

MONALISA APARECIDA DO CARMO

**ENTRE AS PRODUÇÕES DO FEMININO E A CONQUISTA DE ESPAÇOS:
MULHERES E EDUCAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
(1931 – 1956)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação, para obtenção de título de *Magister Scientie*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2019

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

C287e
2019 Carmo, Monalisa Aparecida do, 1992-
Entre as produções do feminino e a conquista de espaços :
mulheres e educação na Universidade Federal de Viçosa
(1931-1956) / Monalisa Aparecida do Carmo. – Viçosa, MG,
2019.

xii, 120 f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui anexos.

Inclui apêndices.

Orientador: Anderson da Cunha Baia.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 96-101.

1. Educação - História - 1931-1956. 2. Mulheres na
educação. 3. Universidade Federal de Viçosa - História -
1931-1956. I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de
Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. II. Título.

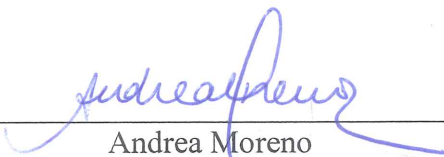
CDD 22. ed. 370.98151


MONALISA APARECIDA DO CARMO


**ENTRE AS PRODUÇÕES DO FEMININO E A CONQUISTA DE ESPAÇOS:
MULHERES E EDUCAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
(1931 – 1956)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 26 de abril de 2019.


Andrea Moreno


Elen Machado Tavares


Anderson da Cunha Baia
(Orientador)

Dedico às mulheres da minha vida, Maria e Bruna, e tantas outras que seguem resistindo.

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas fazem parte dessa construção, compomos redes que estão além do dimensionável, por isso, ressalto que esse agradecimento diz respeito apenas a algumas dessas redes que me vem à memória nesse momento.

Agradeço, primeiramente, à potência maior que rege o universo, sendo minha fonte de força e luz. Sem a minha fé no propósito divino, nada é possível.

Agradeço a minha ancestralidade por permitir que eu seja parte da minoria de estudantes negros e negras na pós – graduação. Hoje, com muita luta, somos apenas 28% das pessoas que fazem parte desses espaços. Concluir essa etapa significa partilhar de uma oportunidade restrita a outros milhares de irmãs e irmãos negros e negras.

Aos movimentos sociais que seguem fazendo da Educação a nossa maior fonte de resistência contra essa estrutura opressora. Foram muitas as que lutaram para que eu, mulher negra, pudesse usufruir o direito de estudar na *Universidade Pública*, algo negado a todas as outras gerações da minha família.

À CAPES por fomentar recursos financeiros para o desenvolvimento dessa pesquisa.

À Universidade Federal de Viçosa por me permitir trocas que ultrapassam as grades curriculares.

Aos professores e professoras que seguem fazendo parte dessa jornada e me motivam a seguir com minhas escolhas. Muito obrigada por todo conhecimento compartilhado.

Ao meu orientador, Anderson Baia, pelo profissionalismo em oferecer uma orientação verdadeira e tornar essa pesquisa algo nosso.

Ao Arquivo Central e Histórico da UFV pelo material oferecido, em especial ao arquivista Eduardo Santos pela atenção e comprometimento que me permitiu acesso a fontes primordiais e ainda não utilizadas.

Agradeço às bancas pela disponibilidade e contribuições que muito acrescentam para construção desse estudo.

Aos colegas do mestrado, em especial às parceiras da linha dois (Rúbria, Priscila, Ariane, Mariana, Cintia, Letícia, Rita, Uyrá e Camila) por tantas subjetividades compartilhadas e teias tecidas ao longo desses dois anos.

Aos amigos e amigas incríveis que a vida me proporciona, agradeço por todo apoio, carinho, atenção e compreensão. Foram muitos convites abdicados, conversas terapêuticas, mas sempre pude ter vocês como alicerce.

Agradeço ao ReLiCáRiO, por se fazer sempre presente. Vocês seguem me ensinando sobre o poder da lealdade e resiliência. O grupo de amigos de 2013 jamais imaginaria as nossas transições e união para vivenciá-las. Seguimos erguendo um “Relicário desse amor”.

Às minhas companheiras de República, Naiara Figueiredo e Jéssica Ferraz, por dividirem muito mais que o mesmo teto ao longo desses dois anos, mas também os dramas emocionais e conquistas ao longo da pós – graduação. Partilhamos desde o choro na reta ao fogo no laboratório, mas nos fortalecemos.

Ao Voleibol Luvé e Humanas por me permitirem vivenciar mais que o prazer imensurável por uma modalidade esportiva. Muitas vezes busquei esses espaços como “válvulas de escape”, mas vocês foram mais, tornaram-se família.

Ao NEAB (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros) por ser meu Quilombo nessa Universidade. Em meio a ausência do sentimento de pertencimento, vocês são fonte de afeto, amparo e empoderamento.

Louvo às pessoas mais importantes da minha vida, Ricardo, Maria e Bruna. Ao meu pai, por me fazer sentir sua presença enquanto sentimento puro e único de acolhimento.

Agradeço à grande mulher que desde criança caminha ao meu lado, acompanhando desde os risos mais alegres às lágrimas mais doloridas, Bruna Carmo, você segue sendo minha fonte de apoio e companheirismo incondicional.

Quando criança, me lembro de ser questionada por minha mãe por não saber fazer café. Ela dizia que eu precisava aprender, mesmo não gostando de tomar, pois precisamos “fazer café pra marido”. Minha mãe reproduzia o que o machismo lhe ensinou e não entendia muito bem meus questionamentos de menina, mas nunca me obrigou a acatar esse sistema. Hoje, agradeço a ela por apoiar e permitir que a menina que nunca quis “fazer café pra marido” lute para que outras mulheres tenham acesso à informação e direito à escolha. Obrigada mãe, por lutar para que meus questionamentos de infância sejam parte da minha vida profissional.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

*“Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela.”
(ANGELA DAVIS, 2017)*

Meus silêncios não tinham me protegido. Tampouco protegerá a vocês. Mas cada palavra que tinha dito, cada tentativa que tinha feito de falar as verdades que ainda persigo, me aproximou de outras mulheres, e juntas examinamos as palavras adequadas para o mundo em que acreditamos, nos sobrepondo a nossas diferenças. E foi a preocupação e o cuidado de todas essas mulheres que me deu forças e me permitiu analisar a essência de minha vida. (AUDRE LOURDE, 1977).

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	vii
LISTA DE FIGURAS.....	viii
LISTA DE TABELAS	x
RESUMO.....	xi
ABSTRACT.....	xii
1. APRESENTAÇÃO	xii
2. INÍCIO DO SÉCULO XX: MULHERES E VIDA PÚBLICA	19
2.1 Redefinições de papéis femininos.....	20
2.2 Honrada ou prostituta: O espaço público delimitando a moral.....	30
2.3 Vidas sociais: Dos clubes à profissionalização.....	33
2.4 De casa para escola: Educação e profissionalização.....	37
3. A ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA E VETERINÁRIA E A PRESENÇA FEMININA	45
3.1 A Escola Superior de Agricultura e Veterinária	45
3.2 Pioneirismo: Mulheres reivindicando espaço na ESAV	54
3.3 Entre bailes e jogos: Mulheres e a vida pública esaviana.....	64
4. MULHERES E O ENSINO SUPERIOR ESAVIANO	77
4.1 Mulheres no ensino superior: fugindo às regras	77
4.2 Uma Escola para elas: Profissionalização para o lar	80
5. APONTAMENTOS FINAIS	92
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	96
ACERVOS E FONTES PESQUISADOS	102
APÊNDICE.....	104
ANEXOS.....	106

LISTA DE SIGLAS

ACAR – Associação de Crédito Rural de Minas Gerais

ESA – Escola Superior de Agricultura

ESAV – Escola Superior de Agricultura e Veterinária

ESCD – Escola Superior de Ciências Domésticas

UFV – Universidade Federal de Viçosa

UREMG – Universidade Rural do Estado de Minas Gerais

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Divisão das zonas mineiras no início do século X	46
Figura 2: Professora D. Belmira do Carmo com alunos da primeira turma da escola anexa à ESAV, em 1927.....	50
Figura 3: Integrantes da Associação Effie Rolfs.....	52
Figura 4: Grupo de encarregados de serviço da ESAV.....	53
Figura 5: Aula de puericultura no <i>Mês Feminino</i> de 1935.....	62
Figura 6: Mapa geral dos alunos diplomados pela ESAV (1928 – 1938).....	66
Figura 7: Atletas e treinador José Cândido).....	69
Figura 8: Atletas treinando.....	69
Figura 9: Jogo entre Viçosa e São João Nepomuceno	70
Figura 10: Corrida do ovo	71
Figura 11: Banho de moças	72
Figura 12: Grupo de nadadores	73
Figura 13: Ellen Richards.....	82
Figura 14: Relatório de trabalho de ensino profissional feminino.....	108
Figura 15: Grupo de mulheres participantes do Primeiro Curso Profissional Feminino em aula prática de campo.	109
Figura 16: Grupo de participantes do <i>Mês Feminino</i> em frente à residência do vice-diretor	110
Figura 17: Grupo de mulheres participantes do <i>Mês Feminino</i> em um campo aberto com galinhas em suas mãos, a direita professor Joaquim Fernandes Braga.	110
Figura 18: Plantio de árvore do <i>Mês Feminino</i> . Árvore que demarca e homenageia a realização do evento	111
Figura 19: Primeira festa do <i>Mês Feminino</i> realizada no quintal da casa do Diretor da ESAV.	111

Figura 20: Grupo de mulheres participantes do Mês Feminino em um campo aberto. Ao fundo vê - se a Avenida Principal e a esquerda a Estaçãozinha.	112
Figura 21: Grupo de mulheres participantes do Mês Feminino.	112
Figura 22: Grupo de mulheres participantes do Mês Feminino em aula prática no aviário.	113
Figura 23: Aula teórica para alunas sobre cachaça em sala do Edifício Principal, ministrada pelo Dr. Jacintho Soares de Souza Lima.	113
Figura 24: Grupo de mulheres participantes do Mês Feminino em uma aula prática de transplântio com o professor Geraldo Francisco Corrêa.	114
Figura 25: Grupo de mulheres participantes do Mês Feminino em uma aula de preparo de alimentos em uma sala do Edifício Principal.	114
Figura 26: Grupo de servidoras e um servidor sentado ao centro de uma mesa dentro de uma sala no Edifício Principal.	115
Figura 27: Grupo de servidores da ESAV e algumas senhoras (possíveis servidoras), em frente ao Edifício Principal da ESAV.	115
Figura 28: Corpo docente, discente, servidores e visitantes na ESAV.	116
Figura 29: Grupo de funcionários, operários, alunos do curso fundamental e a banda da ESAV. A Educação infantil/fundamental funcionou nas instalações do subsolo do Edifício Principal.	116
Figura 30: Crianças em frente a escola infantil, com dirigentes, professores e familiares. Dirigentes: Peter Henry Rolfs; Bello Lisboa. Professores: Lourenço Menicucci Sobrinho; Diogo Alves de Mello; Humberto Bruno.	117
Figura 31: Professora Leonor lecionando ao "ar livre" para as crianças do Jardim de Infância ao lado de uma instalação da ESAV.	117
Figura 32: Jornal O Bonde	118
Figura 33: Jornal Folha Rural ano I, ano 1, n.16.	119
Figura 34: Livro ESAV, 1939.	120

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Analfabetismo na faixa de 15 anos ou mais – Brasil – 1900/2000	38
Tabela 2: Mulheres pioneiras na conclusão de Cursos Superiores no Brasil	42
Tabela 3: Ocupação Regional da Presidência do Estado de Minas	47
Tabela 4: Quantidade de estudantes segundo idade (1931 – 1956).....	89
Tabela 5: Quantidade de estudantes por curso (1931-1956)	90

RESUMO

CARMO, Monalisa Aparecida do, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, abril de 2019. **Entre as produções do feminino e a conquista de espaços: Mulheres e educação na Universidade Federal de Viçosa (1931- 1956)**. Orientador: Anderson da Cunha Baia.

Este estudo aborda as ações das mulheres nos espaços educativos da Universidade Federal de Viçosa. Fundada em 1922, com o nome de Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), foi planejada para ser uma referência, pautada no modelo estadunidense dos *land grant colleges*. Nas primeiras décadas da instituição percebe-se uma hegemonia masculina que colocaria as mulheres em ambientes restritos de atuação. Baseado nesse contexto, algumas questões orientam esse estudo: Quais espaços eram ocupados pelas mulheres na instituição? Como elas conseguiram se inserir? Qual sentido da criação do curso de Ciências Domésticas, no que tange a ocupação da vida pública por meio da educação? Como se constituíram as relações entre homens e mulheres? Com base nessas questões, tem-se como objetivo geral compreender a conquista das mulheres nos espaços educativos da Universidade Federal de Viçosa, no período de 1931 a 1956. Para dar conta desse objetivo, a pesquisa foi construída a partir da análise de documentos institucionais - jornais, estatutos e relatórios anuais - que nos apontaram a inserção feminina em diversos âmbitos ainda não manifestados em trabalhos anteriores. Neste estudo o curso de Ciências Domésticas aparece como uma conquista, resultado de um conjunto de reivindicações e ações que vão marcar a participação das mulheres, partindo de outros meios de atuação feminina. Assim, as mulheres estiveram presentes na ESAV antes da criação da ESCD, foram funcionárias e, muito além de apenas esposas de professores, estiveram nos espaços de socialização e se organizaram para realização do *Curso Profissional Feminino*, *Mês Feminino* e *Associação Feminina Effie Rolfs*. A vida pública passou a contar com maior participação das mulheres nas ruas possibilitando o acesso à educação e à profissionalização, mas sem desconstruir um padrão feminino legitimado pelo discurso biológico socialmente construído.

ABSTRACT

CARMO, Monalisa Aparecida do, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, April, 2019. **Between the productions to be woman and the conquest of spaces: Women and education at the Federal University of Viçosa (1931-1956)**. Adviser: Anderson da Cunha Baia.

This study approach the actions of women in educational spaces of the Federal University of Viçosa. Founded in 1922 under the name of the School of Agriculture and Veterinary Science (ESAV), it was designed to be a reference, based on the US model of land grant colleges. In the first decades of the institution one perceives a masculine hegemony that would place the women in restricted environments of performance. Based on this context, some questions guide this study: What spaces were occupied by women in the institution? How did they get in? What sense of the creation of the course of Domestic Sciences, in what concerns the occupation of public life through education? How were build the relations between men and women? Based on these questions, the general objective is to understand the conquest of women in the educational spaces of the Federal University of Viçosa, from 1931 to 1956. In order to fulfill this objective, the research was built on the analysis of institutional documents - newspapers, statutes and annual reports - that pointed us to the feminine insertion in several areas not yet manifested in previous works. In this study the Domestic Sciences course appears as an achievement, the result of a set of claims and actions that will mark the participation of women, starting from other means of female performance. The women were present at the ESAV before the creation of the ESCD, they were employees and, far beyond just wives of teachers, they were in the spaces of socialization and they organized to realize the Professional Women's Course, Women's Month and Effie Rolfs Women's Association. The public life started to have a greater participation of women in the streets, allowing access to education and professionalization, but without deconstructing a female pattern legitimized by socially constructed biological discourse.

APRESENTAÇÃO

I

Este estudo procura compreender a conquista das mulheres por espaços educativos da Universidade Federal de Viçosa (UFV) entre 1931 e 1956. Fundada a partir da Escola Superior de Agricultura e Veterinária (1926 – 1948) e da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (1948 – 1969), a UFV foi consolidada a partir de propostas educativas muito voltadas ao público masculino, característica que começava a ser lentamente modificada no Brasil do início do século XX.

No dia 6 de setembro de 1920, na gestão do Presidente do Estado¹ de Minas Gerais, Arthur da Silva Bernardes, foi assinado o ato de criação da ESAV. No entanto, a definição do local foi realizada posteriormente levando em consideração o contexto de valorização e incentivo aos investimentos na agricultura e pecuária no Brasil, o que permitiu a expansão do ideal agrícola na Zona da Mata mineira (BORGES, 196-).

Considerando o avanço da agricultura e veterinária nos Estados Unidos, Arthur Bernardes, em 1920, solicitou ao embaixador brasileiro nos Estados Unidos que enviasse especialistas capazes de “fundar, organizar e dirigir uma Escola Agrícola moderna”, assim depois de dois outros nomes cogitados chegou-se ao Dr. Peter Henry Rolfs² (BORGES, 2006, p. 20).

Rolfs chegou ao Rio de Janeiro no dia 04 de fevereiro de 1921 acompanhado de sua família. No dia 10 de agosto do mesmo ano, apresentou ao Governo o primeiro esboço para construção da instituição, propondo para escola as seções: “Agricultura, Horticultura, Mecânica Agrícola, Moléstias das Plantas e Insetos, Silvicultura, Solos, Veterinária, Matemática, Química, Língua Portuguesa e História do Brasil” (BORGES, 2006, p. 21).

No intuito de realizar um levantamento para definição da localização, foi formada uma comissão composta por Rolfs, Dr. Álvaro da Silveira (diretor de agricultura da Secretaria do Estado) e alguns auxiliares. No entanto, o fato de Viçosa ser a terra natal de

¹ Título atribuído ao que atualmente se entende por governador do estado.

² Peter Henry Rolfs (1865 – 1944) formou-se bacharel em agricultura em 1889 pelo Yowa State College. Foi diretor do Florida Agricultural College até 1915. Em 1920 tornou-se *Doctor of Science* e, no ano seguinte, assumiu os trabalhos de construção da Escola Superior de Agricultura e Veterinária, na qual foi o primeiro diretor até 1929. Em seguida, tornou-se consultor técnico da Secretaria de Agricultura de Minas Gerais (RIBEIRO, 2006).

Arthur Bernardes, deixa fortes indícios sobre uma decisão intencional. Segundo John Wirth (1982), Ponte Nova, em 1910, era centro de refinamento de açúcar, o que seria ponto favorável e argumento para que a ESAV fosse arquitetada no polo açucareiro.

Os interesses por um modelo de modernização agrícola somados à trajetória do especialista Peter Rolfs definiram que a escola seguisse moldes dos Estados Unidos em 1862. Com as reivindicações de fazendeiros pela educação para jovens agricultores em terras federais estadunidenses liberadas aos estados, foi promulgada a *Lei Morrill* que instituía os *land grant colleges*. Marcado por uma noção prática, este modelo ficou conhecido como uma filosofia de valorização da expansão que aproximou professores e fazendeiros. Tais bases formaram a tríade do modelo idealizado para ESAV, envolvendo pesquisa, ensino e extensão (RIBEIRO, 2006).

Diante do contexto de escolarização agrícola, o método prático foi necessário ao projeto mineiro para adesão dos filhos de fazendeiros, o que gerou uma demanda pela construção de relações com os entornos e meios sociais que cercavam a Escola. Foram criados cursos breves (duração de oito semanas), elementares (duração de um ano), médios (duração de dois anos) e os superiores (duração de quatro anos).

Art. 5º. Os cursos elementares, com duração de um anno, constituem um systema de educação rudimentar para o preparo de agricultores e capatazes rurais conscientes de sua profissão, e comprehendem o ensino de agricultura e veterinaria, de character essencialmente pratico, alliado à instrucção geral indispensável.

§ 1º Destina-se estes cursos a suprir as necessidades educativas, relacionadas com a vida rural, de pessoas que não tenham oportunidade de receber instrucção mais completa [...].

Art. 6º. Os cursos médios, com duração de dois annos, destinam-se principalmente aos filhos de fazendeiros ou agricultores que não tenham feito o curso gymnasial e visam formar bons technicos agrícolas e administradores ruraes [...]

Art. 7º. Os cursos superiores de Agricultura e Veterinaria, destinam-se á formação de profissionais de agronomia e veterinaria, com ensinamentos theorico-pratico integral das matérias indispensáveis ao exercicio dessas profissões, aproveitando-se nelles os candidatos que houverem concluído o curso gymnasial.

§ 1º A duração destes cursos será de quatro annos, subdivididos em oito semestres [...]

Art. 9º Os cursos de especialização serão organizados para altos estudos e pesquisas originaes sobre agricultura e veterinária e destinam-se a alumnos que houverem concluído um dos cursos superiores desta Escola ou equivalentes (REGULAMENTO DA ESAV DE 1927, p. 53 – 55).

A instituição passaria a seguir o lema com os seguintes dizeres: “Estudar, Saber, Agir e Vencer”. De acordo com Maria de Fátima Lopes (1995), “Estudar” e “Saber” são próprios ao ensino, mas “Agir” e “Vencer” estão ligados à ideologia do sucesso que era esperado

com a modernização do campo.

Isso fica demonstrado quando se desprende de sua análise histórica o fato de sua criação estar vinculada a um momento em que as elites mineiras se vêem ameaçadas de um declínio econômico e político e que dentre as medidas que poderiam modificar essa situação estaria a ESA através da aplicação de conhecimentos modernos na agricultura (LOPES, 1995, p. 17).

O ideal modernizador tinha como base o modelo usado pela *Iowa State College* através das quatro colunas da entrada do campus com a legenda *Learning by Doing* (*Aprender Fazendo*) e *Science with Practice* (*Ciência com prática*) que foram noções bases para a metodologia aplicada na Escola. A modernização agrícola somada à necessidade de cessar o declínio econômico mineiro, à busca por valorização das ciências agrárias e à tentativa em romper a tradição brasileira de ensino apegada à teoria³ deram ênfase ao “Aprender Fazendo” expandido por Rolfs. De acordo com Denílson Azevedo (2005), isso permitiu um maior interesse e adesão dos filhos de agricultores em meio a um processo de reconhecimento da técnica agrícola, além de diminuir a mão de obra contratada por meio do contato direto dos estudantes e docentes com equipamentos.

O projeto de modernização agrícola da instituição exigia cuidados da terra que utilizavam práticas modernas e científicas, porém, de modo previsível, era consolidada a participação masculina de forma ativa e predominante. A ESAV se preocupou em formar os homens que trabalhariam com a agricultura, fonte de desenvolvimento do Brasil (LOPES, 1995), as mulheres que estavam inseridas neste espaço exclusivamente reservado aos homens eram as esposas dos professores que habitavam a instituição, e funcionárias como Sra. Germana de Carvalho, admitida em 1929 para compor a equipe de funcionários da secretaria, e Sra. Hermengarda Gomes e Souza, admitida posteriormente para ser sua auxiliar.

A presença feminina na sala de aula, só terá abertura com a proposta “Aprender Fazendo”, que possibilitou o ingresso de mulheres na ESAV através de cursos de extensão voltados ao público feminino. No Regulamento de 1931⁴, os objetivos da instituição já haviam sido ampliados, acrescentando trabalhos relacionados à Economia Doméstica. Ao mesmo passo em que era preciso formar as ajudadoras dos maridos nos cuidados do campo,

³ O ideal inovador do início do século XX colocou a educação no centro das discussões na busca por um ensino ativo, voltado ao interesse dos alunos e alunas, com ações individuais e fundamentais ao progresso. Diante do contato com diferentes modelos educacionais e a ideia de que o conhecimento vem da experiência, o ensino prático passou a ser priorizado em detrimento do teórico, o que deu origem ao movimento escola novista. “A intenção da Escola Nova era aprimorar a relação escola e vida “real” como inovação.” (SILVAV, 2017, p.28).

⁴ Decreto nº 10.154, de 15 de dezembro de 1931.

era também necessário controlar o ensino que poderia ser oferecido às mesmas. O interesse extensionista e prático permitiu a realização dos primeiros cursos para mulheres: em 1931 o *Curso Feminino Profissional* e em 1935 o *Mês Feminino*. Ambos os cursos de extensão com atividades voltadas à profissionalização da atividade doméstica, entendida como papel feminino.

Foi somente em 1950 que uma mulher se diplomou na instituição. Liene de Jesus Teixeira tornou-se a primeira aluna a concluir o curso superior na instituição. Agrônoma, Liene rompeu com as barreiras da dominação que caracterizavam o ensino superior do estabelecimento de ensino como exclusivo aos homens. Mais tarde, o interesse pela valorização do modelo estadunidense e as transformações contextuais que modificavam a relação feminina com a vida pública e privada no Brasil permitiram que, em 1952, fosse fundada a Escola Superior de Ciências Domésticas (ESCD)⁵. Compreendido como espaço feminino, a Escola foi organizada pelas áreas de nutrição, vestuário, decoração, puericultura⁶, arte e recreação, educação, psicologia e sociologia. Dois anos mais tarde, em 1954, procurando a formação de profissionais para trabalhar na extensão rural, iniciou-se o curso superior de Ciências Domésticas⁷, importante espaço para profissionalização feminina.

De acordo com Maria Ribeiro (2006), a ESAV passava por uma crise que persistia desde meados de 1930.

Com pagamentos atrasados em até seis meses, alguns professores pediam demissão. Além disso, eram grandes as dificuldades para a aquisição de material e para manter o funcionamento regular da Escola. Não obstante tais dificuldades, a Escola obteve o reconhecimento oficial do governo federal em 1935. No ano seguinte, todavia, o governo estadual cassou a sua autonomia, suprimindo seu órgão máximo – a Junta Administrativa – e nomeando um coronel para a sua direção (RIBEIRO, 2006, p. 109).

Em 1942, a Escola Superior de Veterinária foi transferida para Belo Horizonte. Maria Ribeiro (2006) aponta que os acordos firmados com outras entidades estadunidenses na década de 1940 possibilitaram a superação da crise esaviana. Em 1948, para instauração da UREMG, incorporaram a Escola Superior de Agricultura e a Escola Superior de Veterinária, criaram, ainda, a Escola de Especialização⁸ e a Escola Superior de Ciências Domésticas. O

⁵ Em 1948, quando a UREMG foi criada, ficou definido que ela seria constituída pela ESCD, porém a Escola só foi efetivada em 1952.

⁶ Área da saúde que acompanha o desenvolvimento e crescimento infantil, levando em consideração as particularidades do seu entorno e relações familiares (FREIRE, 2014).

⁷ O curso de Ciências Domésticas e Economia Doméstica são tratados como sinônimos nos estudos analisados para o desenvolvimento dessa pesquisa, no entanto, as fontes utilizadas usam Ciências Domésticas, o que nos fez optar por essa denominação.

⁸ Escola voltada à formação de especialistas das ciências agrícolas e da veterinária (ESTATUTO UREMG,

projeto modernizador junto as adaptações locais, viabilizou diversas transformações à realidade do interior mineiro.

II

Ao perceber as delimitações entre os ambientes femininos e masculinos, entendemos que conseqüentemente a formação educacional ainda é direcionada para atender essas construções e distinções sociais e de gênero. Apesar do fortalecimento da conquista de espaços no século XX, as mulheres no Brasil enfrentaram e enfrentam uma série de barreiras para se colocarem como protagonistas na vida coletiva. Buscamos, ao longo deste estudo, discutir algumas dessas limitações e reconhecer as transformações necessárias para ocupar espaços tradicionais criados por e para os homens.

Entendemos, de igual maneira, que falar sobre mulheres nos espaços da universidade é estabelecer todo processo necessário para que fosse possível almejar o ensino superior e ocupar diversos cargos que estão para além do lar. Pensar as dificuldades enfrentadas por esse grupo exige o discernimento de outros percursos, exigindo ainda mais resistência às mulheres negras, grupo em que me enquadro. Os processos para que ocupemos o ensino superior foram e ainda são longos e dramáticos. Essa sensibilidade e conhecimento pessoal facilita perceber a importância em pontuar a relação interseccional ao discutir o feminino, ademais a categoria mulher não contempla a pluralidade existente em tal grupo. O ideal de mulher pensado no século XX, as medidas para controlar a saída da vida privada para pública e o acesso a uma educação para o lar são medidas que não contemplavam todos os grupos de mulheres.

O acesso à educação em Minas Gerais, no período em questão, era algo ainda muito restrito, parte significativa da população enfrentava o analfabetismo e a precariedade do ensino. As mulheres que almejavam os cursos profissionais da ESAV e UREMG eram parte de uma camada socialmente privilegiada. Mulheres pobres circulavam nas ruas e exerciam funções básicas para cuidar do sustento da família enquanto as mulheres negras tiveram⁹ seus corpos desumanizados, portanto não eram nem ao menos cogitadas quando se pensava as medidas para controle da circulação feminina nas ruas, pois estiveram incessantemente no

1950).

⁹ Ao longo do texto ocorrem mudanças no tempo verbal quando nos referirmos a fatos ainda não superados pela sociedade brasileira. Nesse caso, é importante frisar que as mulheres negras permanecem sendo desumanizadas. Para saber mais indico: *Quem tem medo do feminismo negro?*, Djamila Ribeiro. *Vivendo de Amor*, Bell Hooks. *Mulher Negra: Afetividade e solidão*, Ana Cláudia Lemos Pacheco.

espaço público. De acordo com Djamila Ribeiro (2017), é preciso levar em conta que mulheres negras e brancas fizeram um movimento muito diferente entre a vida privada e pública, pois enquanto a camada branca saía da vida privada em busca de educação e profissionalização, as mulheres negras trabalhavam em condições de subalternidade nos lares deixados em proveito da vida pública.

As conquistas femininas são constantemente pautadas de forma hegemônica quando se discute a saída do espaço doméstico, a divisão sexual do trabalho, o acesso a educação e a produção do ideal de mulher. O machismo estruturador dessa sociedade não age da mesma forma sobre todas as mulheres e isso impede que, nessa pesquisa, o termo “mulher” seja empregado no singular, posto que são várias as mulheres e suas diferenças raciais, étnicas, econômicas, culturais, religiosas, entre outros. Essa pluralidade será considerada ao longo desse estudo.

Embora o empenho ao longo de séculos, os movimentos feministas não conseguiram eliminar a *dominação masculina*¹⁰ e acredita-se que demandará certo tempo e esforços para se alcançar o êxito de uma sociedade justa em se tratando dos gêneros, uma vez que as relações sociais são construídas a partir desta dominação que se estabelece desde o lar até os mais diversos espaços onde coabitam os sujeitos. Contudo, essas lutas trouxeram a temática para o centro das discussões, conseguindo romper com diversas barreiras jamais antes questionadas por aqueles que estavam em situação de privilégio.

O empenho por tal temática é consequência da formação em História e interesse pessoal pelo estudo dessa área nas relações de gênero. Durante a graduação me dediquei a temáticas envolvidas com a participação feminina e o discurso em torno das mulheres a partir da análise de processos crime da Comarca de Viçosa- MG ocorridos entre 1893-1965. Em uma pesquisa anterior, foram levantados, problematizados e investigados entendimentos da figura feminina associados à moral por meio de uma perspectiva jurídica e social, a qual foi fundamental para compreender a participação feminina em outras instâncias que não fossem a desonra presente nos processos.

Concomitantemente à pesquisa citada, tive a oportunidade de desenvolver um projeto de iniciação científica voltado para pensar a formação de professoras e professores e as subjetividades produzidas nos/dos/com os cotidianos da escola. Foi-me possível perceber como a profissão docente é marcada pela presença das mulheres e está muito ligada a uma concepção de que cabem a elas as profissões relacionadas ao cuidado. Além disso, as

¹⁰ Será mais bem trabalhado ao longo deste estudo.

diferenças de gênero, as delimitações de padrões e enquadramentos femininos são marcantes no cotidiano escolar. Percebi a escola enquanto espaço reprodutor das desigualdades sociais, já que é parte de uma sociedade dominada por um machismo que está desde a construção da família até os espaços externos a ela. Esse projeto me despertou o interesse pela possibilidade de associação entre Educação, História e Gênero.

Seguindo os caminhos permitidos por tais movimentos e o interesse em compreender os mecanismos de controle do feminino nos espaços educativos, essa pesquisa se propõe a problematizar as limitações enfrentadas pelas mulheres ao ingressar na Universidade Federal de Viçosa, seja enquanto esposas, funcionárias ou estudantes.

A partir desse interesse entramos em contato com a tese de Maria de Fátima Lopes (1995), *O sorriso da paineira: construção de gênero em Universidade Rural*, na qual a autora discute o padrão feminino e masculino, tomando como base as ciências agrárias e domésticas em caráter histórico. É analisado o curso de Ciências Domésticas e seu contexto de inserção no Brasil e na UREM, considerando as relações construídas em torno de uma ciência de e para mulheres.

A visão sobre a educação para mulheres nessa época - década de 50 - é a de que as mulheres deveriam se aprimorar para as coisas do lar, valorizando-se todo conhecimento que as tornasse mais aptas a serem boas donas-de-casa, mães e esposas dedicadas. As ciências domésticas enquanto *ciência de e para mulheres* não fogem a essa regra; ao contrário, no domínio desse conhecimento, essa visão é exacerbada (LOPES, 1995, p. 160).

Para a autora, a Ciências Domésticas surge em uma relação paradoxal, ao passo que havia um contexto de industrialização ligado ao intuito dos brasileiros se incluírem na lógica modernizadora, no entanto, seria uma modernização das fazendas. Diante disso, as relações de gênero se fazem presentes ao consolidar os universos simbólicos entre homens e mulheres que mantém os corpos femininos dentro do que ela nomeia como uma modernização conservadora. Pois, perante o confronto do conhecimento agrônomo e do conhecimento doméstico, as mulheres estavam sendo formadas para permanência no lar.

Numa perspectiva mais recente, porém com o mesmo objetivo de refletir sobre as relações de gênero dentro da instituição, a tese de Fábio Simião (2016), *Ser mulher, “uma missão”*: *A Escola Superior de Ciências Domésticas, Domesticidade, Discurso e Representações de gênero (1948 – 1992)*, discute a trajetória da Escola Superior de Ciências Domésticas e das alunas do curso de bacharelado em ciências domésticas, buscando pensar o material simbólico produzido para as economistas domésticas a cerca de um “um ideal de ser mulher” e de domesticidade difundido. O autor analisa, o que entende por uma transposição

da *home economics* para compreender o Brasil relacionado ao discurso de modernidade e sua importância para consolidação da dominação e resistência no âmbito das relações de gênero dentro do contexto estudado.

Assim, há uma conotação de mulher-esposa dentro de um universo cuja acepção deveria estar voltada talvez a questões mais nomeadamente profissionais. É claro que havia a concepção do curso como uma ciência séria e importante até mesmo para a expansão, consolidação e credibilidade da universidade, mas um juízo dessa envergadura, a partir do qual se justifica a existência de um curso feminino para possibilitar o alargamento do cabedal cultural da mulher a fim de destiná-la ao casamento, é algo que encontra-se notavelmente ancorado nas representações sobre a mulher veiculadas à época (SIMIÃO, 2016, p. 131).

São observados os discursos de criação da ESCD, seus conteúdos e significados, sua trajetória no tempo, rupturas e permanências. O autor considera ser mais que uma proposta de escola e uma concepção de ensino, se constitui, também, um espaço de construção de um ideal de mulher, envolvendo gênero e poder nas relações de sociabilidades que arquitetaram noções de família, mulher, homem, compromissos, profissão, trabalho.

Os trabalhos de Lopes (1995) e Simião (2016) caminham em perspectivas semelhantes procurando pensar as relações de gêneros instauradas em uma instituição voltada à formação de rapazes do campo, com a chegada de uma *ciência de e para* mulheres. No entanto, ambos não se preocupam em discutir pontualmente os movimentos femininos anteriores à ESCD, o que será fundamental ao longo desse trabalho para compreender a instauração do ensino superior como parte de uma conquista gradual com a profissionalização feminina que seguiu a proposta de extensão dos *land grant colleges*.

Outro estudo observado é o de Jairo Barduni Filho (2017), “*Masculinidades: um jogo de aproximações e afastamentos, o caso do jornal estudantil O Bonde*”, no qual destaca a predominância masculina na instituição através da análise do jornal *O Bonde*, organizado pelos estudantes da ESAV. O jornal é utilizado enquanto material rico em discursos e imagens de como os garotos colocavam em prática o ideal de uma masculinidade patriótica e heroica de acordo com contexto. Ao se atentar às masculinidades produzidas, aos cotidianos inventados e às relações entre os bondistas, alcança-se a fabricação dos sujeitos masculinos, uma masculinidade hegemônica que nos leva a compreender como se davam as relações entre as economistas domésticas e os garotos de *O Bonde*. Haja ressalva que a masculinidade deve ser pensada junto à feminilidade, na medida em que ambos se afetam.

A construção da masculinidade hegemônica pode ser percebida pelo discurso pedagógico que envolve o gênero masculino na ação de como se manter o espaço dominante em detrimento do perigo existente na feminilidade, agora num levante da militância feminina. E é preciso negar, se possível, controlar o desconforto causado e tentar desapropriar o feminino de qualquer legitimidade, para que não haja

uma perda de controle. A masculinidade representada pelos bondistas de sentia ameaçada e temerosa de perder o poder. Isso não caíria bem aos bondistas (FILHO, 2017, p. 177).

Além dos trabalhos que tem como objeto de análise as mulheres e relações de gênero na ESAV e UREMG foi necessário recorrer a outro estudo que, apesar de não estar direcionado à presença feminina na instituição, é fundamental para compreender a conquista de espaço das mulheres, apontando as intencionalidades e construções acerca da instituição.

A tese de Denilson Azevedo (2005), *Melhoramento do homem, do animal e da semente*, analisa a organização e funcionamento do ensino da ESAV entre 1920 e 1948, considerando como o modelo extensionista do *land grant college* influenciava as práticas educativas e extensionistas da ESAV. O autor realiza um amplo exame da organização do ensino e a cultura escolar na instituição, investigando desde o funcionamento até os processos de mudança e permanência e sua relação com o entorno.

Assim, é realizada uma abordagem que parte da perspectiva macro à micro, obtendo um panorama geral do ensino agrícola no Brasil para compreender sua importância e os interesses políticos que o perpassavam. Apesar de não apresentar uma atenção às mulheres esavianas, o trabalho possibilita interpretar como os cursos acessados por elas estavam dentro de uma lógica de extensão baseada no modelo estadunidense que percorreu a instituição desde o início. O propósito modernizador que seguia foi fundamental para que as mulheres tivessem acesso ao ensino oferecido pela ESAV e UREMG.

Ao analisar esse conjunto de estudos, é factível perceber a necessidade em compreender conjuntamente como a conquista de espaço das mulheres estava demarcada por uma série de transformações vivenciadas no início do século XX, entendendo como a perspectiva de um discurso urbanizador precisou ser adaptada às relações construídas no campo. A conquista da educação para um grupo de mulheres esteve marcada por diversas redes de controle que impunham limites às mulheres modernas.

III

Como colocado por Pierre Bourdieu (2002), não se deve limitar a descrição das transformações ocorridas ao longo do tempo das condições das mulheres e as relações de gênero em cada época. É necessário, também, perceber como as instituições envolvidas em cada período foram modificadas, instituições essas como a Família, a Igreja, o Estado e a

Escola.

Nomear o que fazemos, em educação ou em qualquer outro lugar, como técnica aplicada, como práxis reflexiva ou como experiência dotada de sentido, não é somente uma questão terminológica. As palavras com que nomeamos o que somos, o que fazemos, o que pensamos, o que percebemos ou o que sentimos são mais do que simplesmente palavras. E, por isso, as lutas pelas palavras, pelo significado e pelo controle das palavras, pela imposição de certas palavras e pelo silenciamento ou desativação de outras palavras são lutas em que se joga algo mais do que simplesmente palavras, algo mais que somente palavras (LARROSA, 2014, p. 21).

Cabe aos historiadoras/es, que são parte do social, pensar para além das relações entre os sexos, uma vez que isso é parte de uma construção a que estão inseridos. As instituições reproduzem as relações de gênero, especialmente a família que é responsável pela construção inicial e tem sua hierarquia justificada pela Igreja. Como reprodutora das desigualdades sociais, acesso à Escola foi negada às mulheres e junto dele o acesso a cultura escrita. Mesmo após reverter tal situação, há, ainda, a permanência do uso de discursos científicos para justificar as relações de gênero.

Considerando o período entre a criação da ESAV e a ESCD com o oferecimento do primeiro curso superior para atender às mulheres, é apreensível que as relações entre os sexos passaram por outros contornos dentro da instituição. Algumas questões orientam esse momento do trabalho: Quais espaços ocupados pelas mulheres na Instituição? Como as mulheres conseguiram se inserir na instituição? Qual sentido da criação do curso de Ciências Domésticas, no que tange a ocupação de espaço público a partir da educação? Como se constituiu as relações entre homens e mulheres neste espaço formativo?

A partir dessas questões, tem-se como objetivo geral compreender a conquista das mulheres nos espaços educativos da Instituição, no período de 1931 a 1956. Como objetivos específicos, pretende-se: a) identificar ações institucionais que contribuíram com a inserção das mulheres nos espaços formativos; b) analisar as relações entre os cursos disponibilizados e o ideal de mulher existente no período; c) compreender como se organizavam as relações entre os sexos feminino e masculino, a partir das mudanças relacionais entre privado e público.

IV

Durante o processo de conquista de espaço das mulheres na Universidade, houve um processo gradual de saída das mulheres do lar para espaços que permitiam um convívio social entre homens e mulheres, fato que está associado ao debate sobre vida pública e privada. Com

base na interpretação de Diane Lamoureux (2009), o privado e público são parte de uma dicotomia que coloca o ato de governar associado ao público e o doméstico ao privado, essa noção será empregada para compreender a saída das mulheres do lar e as bases dos discursos que mantinham tal posição e legitimavam o homem como provedor, apto a governar a vida pública.

A autora explora uma distinção baseada na concepção grega em que aqueles que viviam no público lidavam com seus semelhantes almejando a produção material, enquanto, os seres da vida privada se relacionavam gratuitamente. Tal concepção nos leva a compreender os discursos sobre o uso do trabalho doméstico como um dever moral das mulheres que as colocam na condição de auxiliares da modernização. Na UREMG, serão os agrônomos e veterinários responsáveis pelo desenvolvimento do lar e as mulheres auxiliares administradoras do lar, a base para o desenvolvimento da nação. Com a modernidade o espaço público passa a ser associado à cidadania (participação) e à soberania (poder público). O indivíduo público precisa ser independente, responsável e racional. Em contrapartida, a vida privada se atenta ainda mais à intimidade e à família, “uma vez que a economia moderna sai da esfera doméstica para se tornar social mediante o duplo mecanismo e da divisão social do trabalho” (LAMOUREUX, 2009, p. 210).

Orientados, também, pelo debate de Bourdieu (2002) sobre as relações de gênero, recorreremos ao conceito de *dominação masculina* para compreender que existem variáveis mantidas mesmo diante das mudanças na condição das mulheres. Essas colocam mecanismos e instituições em posição de domínio, tornam-se lugares de imposição de princípios de dominação exercida do masculino sobre o feminino. Logo, Estado e Escola elaboram e impõem princípios que partem da oposição homóloga entre feminino e masculino.

Essa noção foi utilizada para compreender como as transformações do início do século XX, que ocasionaram a saída das mulheres da vida privada para o espaço público, foram cerceadas pelo controle do Estado, seja pela Medicina e Direito ou pela Educação, definindo quais espaços eram aceitáveis às mulheres e quais eram exclusivos aos homens. O entendimento da Escola como reprodutora da dominação socialmente construída e compartilhada com o social permite, ao longo desse estudo, compreender as intencionalidades e os espaços em que elas estão presentes na ESAV e UREMG.

Para Bourdieu (2002), apesar da divisão entre os sexos ser colocada como uma ordem natural e tudo tender a sexualização, de forma a definir o que é próprio para homens e

para mulheres, a visão social cria diferenças anatômicas. No entanto, é negado que essas divergências são parte de suas criações, colocando-as como natural, e

caímos em uma relação circular que encerra o pensamento na evidência de relações de dominação inscritas ao mesmo tempo na objetividade, sob forma de divisões objetivas, e na subjetividade, sob forma de esquemas cognitivos que, organizados segundo essas divisões, organizam a percepção das divisões objetivas (BOURDIEU, 2002, p. 20).

A força da *dominação masculina* legitima uma supremacia com embasamento na natureza biológica que é socialmente construída e que gera uma divisão sexual. Isso instaura um *poder simbólico* intrínseco aos sujeitos e faz com que as próprias subordinadas auxiliem em sua construção. O que possibilita compreender a aceitação, no período estudado, das mulheres à vida doméstica e a permanência nela como uma grande conquista para a preservação do lar. Essa dominação, segundo o autor, é exercida por uma *violência simbólica*.

Longe de as necessidades da reprodução biológica determinarem a organização simbólica da divisão social do trabalho e, progressivamente, de toda a ordem natural e social, é uma construção arbitrária do biológico, e particularmente do corpo, masculino e feminino, de seus usos e de suas funções, sobretudo na reprodução biológica, que dá um fundamento aparentemente natural à visão androcêntrica da divisão de trabalho sexual e da divisão sexual do trabalho e, a partir daí, de todo o cosmos (BOURDIEU, 2002, p. 33).

Considerando as mulheres que estavam presentes na ESAV e mais tarde na UREMG, outro conceito que se fez importante é o de *circulação* discutido por Roger Chartier (2002). O autor analisa as representações e práticas sociais, buscando compreender como se dá a construção de uma realidade social, levando em consideração a produção de sentidos atribuídos. A partir disso, entende que os saberes são frutos de trocas permitidas pela pluralidade cultural. Recorrendo a esse entendimento de uma cultura plural e mutuamente fabricada, nos propomos a considerar esse processo no contato entre sujeitos e práticas do que era definido como mundo moderno e a Escola Superior.

Recorremos ao conceito de *circulação* para compreender como a modernidade manifestada nos grandes centros foi ambientada a uma realidade muito distinta ao interior mineiro. As esposas e professores que circularam pela Escola Superior trouxeram a experiência da cultura citadina modernizadora, o que permitiu que muitos dos padrões idealizados pelo interior de Minas Gerais fossem semelhantes aos dos grandes centros. Com base nisso, ao longo desse estudo, recorreremos a autoras e autores que discutem as mudanças

na vida privada e pública dentro da lógica urbanizadora.

A noção de *circulação* também permite compreender o uso do modelo dos *land grant colleges* pela ESAV. O molde estadunidense passou por adaptações que apontam como os modelos não são importados e aplicados em sua integridade, estão em constante adaptação de acordo com a interação com o meio.

O contato entre pessoas que acompanhavam o contexto progressista dos grandes centros e o interior mineiro permitiu, ainda, a *circulaçãoe* de informações e o contato que gerava a construção do novo. Isso torna acessível assimilar o interesse desse estudo em discutir a saída da vida privada para pública com base em trabalhos que se atentaram às capitais brasileiras.

V

Identificando o caráter histórico da pesquisa, no primeiro momento recorreremos ao arquivo da instituição para ter acesso aos materiais que nos permitiriam compreender a história da instituição e atender aos objetivos traçados nesse estudo. Durante o processo de identificação da documentação, observamos como a própria seleção das fontes a serem preservadas diz sobre essas intencionalidades de um contexto que precisa ser considerado. Não poderíamos deixar de considerar as finalidades dos documentos mais cuidados e organizados em detrimento de outros.

As fontes ou documentos são requisitos fundamentais para a produção e sistematização do conhecimento histórico. O trabalho de levantamento, catalogação, identificação e interpretação das fontes são elementos constituintes da pesquisa histórica e representam o alicerce para a preservação da memória histórica (CASTANHA, 2008, p. 1).

Muitos documentos referentes às mulheres não foram de fácil acesso, a exemplo daqueles que diziam respeito à história oficial construída por homens. As fontes referentes a Ciências Domésticas tiveram um processo de higienização e preservação tardio se comparado aos demais documentos. Além disso, não se encontram disponíveis no Arquivo Central e sim no próprio departamento.

Apesar de tais percursos e interpretações que foram traçadas durante o próprio ato inicial de construir a pesquisa, estabelecemos o recorte temporal a partir desse levantamento inicial das fontes. Em princípio identificamos, em 1935, o *Mês Feminino*, evento voltado a atender as mulheres nas mais diversas atividades, tanto na vida no campo quanto fora dele. Foi composto por professoras como Heloísa Alberto Torres, Ana Amélia Carneiro de

Mendonça, Branca Fialho e duzentas alunas. Tal encontro consistiu a promoção de diversas discussões, como corte e costura, sociologia rural, educação profissional feminina e enfermagem.

A princípio, esse evento marcou o início do recorte, no entanto, a constante descoberta guiada pelas fontes nos permitiu identificar o *Curso Feminino Profissional* em 1931 como pioneiro na ESAV. Não foram muitos os documentos encontrados referentes a esse evento, o que pode ser explicado por sua curta duração, o público de treze mulheres e a seleção de fontes a serem preservadas e priorizadas ao longo da história institucional.

Mesmo diante do contato com o referencial teórico e as subjetividades, a fonte tem seus limites, seja na preservação ou nas limitações das perguntas. As fronteiras do entendimento da importância documental é uma grande barreira ao nosso trabalho. Enquanto historiadoras e historiadores, precisamos reconhecer, como colocado por Marc Bloch (2001), que sempre haverá lacunas, quando o vestígio é deixado mesmo que voluntariamente, não se sabe as perguntas que serão feitas pelas gerações futuras. Precisamos analisar todos os documentos como se fossem voluntários e monumentos para que seja feita a análise crítica.

As perguntas que realizamos ao longo da leitura das fontes devem saber, também, os limites do documento, isso torna fundamental o conhecimento prévio das fontes para estabelecer os objetivos. O interesse em levantar determinados questionamentos em detrimento de outros, são parte das minhas experiências em um contexto marcado por jogos de força que colocam em evidência a preocupação com as relações de gênero.

No primeiro momento, ao trabalhar com o jornal *O Bonde*, tínhamos a hipótese de que encontraríamos poucas referências diretas às mulheres que faziam parte da instituição, acreditávamos que se destacariam por ser exceção, o que causaria um impacto ainda mais forte com o início da Escola Superior de Ciências Domésticas. No entanto, percebemos que as relações entre os alunos da Agronomia já estavam marcadas pela presença feminina ainda antes do curso de Ciências Domésticas. Elas eram esposas dos professores e moravam na instituição, participaram dos eventos, eram protagonistas no “Baile da Rainha”, os alunos conheciam moradoras da cidade e destacavam nomes das funcionárias.

Reconhecer esses espaços é fundamental para compreensão das transformações da sociedade e exige uma leitura que compreenda o contexto dessas mulheres e as relações de força que permitiram a ascensão feminina à vida acadêmica.

Além de jornais, recorreremos a documentos oficiais para entender a história

institucional e analisar os cursos oferecidos pela ESAV e UREMG com enfoque no público feminino. Diante do levantamento das fontes oficiais, nos deparamos com outro importante jornal, a *Folha Rural*. Com trinta e seis exemplares que circularam entre o dia 1º de janeiro de 1935 e 20 de dezembro de 1936, a *Folha Rural* foi criada na administração do diretor Bello Lisboa com o propósito de expandir os conhecimentos produzidos pela ESAV. Como foi criado em 1935, traz uma detalhada cobertura sobre o *Mês Feminino*.

VI

Michel de Certeau (2017) afirmava que ao narrar práticas comuns marcadas por lutas que compõem os espaços, precisamos de uma “maneira de fazer”, um modo de compor o objeto que inscreve nossos passos. Para tal análise, recorreremos a alguns teóricos necessários à compreensão das relações entre homens e mulheres. O referencial tem a capacidade de apontar o não dito, perceber os jogos de força produzidos pelos contextos.

Ao conciliar referencial e cuidados do fazer, analisamos a interpretação de Simone de Beauvoir (2016) por meio de sua afirmação sobre as mulheres serem o *Outro*, identificadas pela oposição que toma o homem como base das definições. Isso permite entender que a identidade feminina é construída a partir da definição biológica que determina as mulheres de forma singular. Me atento a essa noção para ter cuidado com o uso do jornal *O Bonde*, são homens falando sobre mulheres e edificando um feminino. Essa construção se dá também pelo estabelecimento das masculinidades, homens e mulheres são definidos a partir de relações de oposições que mantém a mulher como o *Outro*.

O ingresso das mulheres na universidade foi, sem dúvidas, um grande apoio para o exercício de lutas pela igualdade. No entanto, ao lidar com a documentação, precisamos evitar os anacronismos e perceber o que era fundamental àquelas mulheres naquele período. Ao problematizar a realidade da ESAV e UREMG relacionado ao contexto estudado, devemos estar atentos ao considerar que as mulheres que ocupavam a instituição, especialmente na sala de aula, eram pertencentes a uma camada social privilegiada.

As mulheres da pequena burguesia, que, como se sabe, levam a extremos a atenção aos cuidados com o corpo ou com a aparência física, e por extensão, ao cuidado com a respeitabilidade ética e estética, são as vítimas privilegiadas da dominação simbólica, mas também os instrumentos mais adequados para modificar seus efeitos em relação às categorias dominantes (BOURDIEU, 2002, p. 120).

Ao analisar o jornal *Folha Rural* e *O Bonde*, lidamos com discursos elaborados com

a finalidade de serem publicados , e com relatos sobre o cotidiano dos estudantes da ESAV e UREM. Assim, a pesquisa baseia-se em relatos e narrativas, considerando que as essas últimas produzem deslocamentos e são constituídas de lugares e espaços (CERTEAU, 2017).

Os relatos dos estudantes que faziam parte do jornal foram fundamentais para construção de uma universidade que está marcada por conflitos e tensões que não são percebidos com um simples olhar. Assim como a palavra dita, o espaço não é único, conseqüentemente seu efeito também não. Ele lida com o movimento, com o cruzamento de móveis acionados pelo seu desdobramento, logo os jornais trazem relatos e exemplificam esse movimento. Para além da formação curricular proposta pela universidade, esses alunos se deparavam com vivências que faziam parte da composição de trajetórias. Os jornais são, portanto, parte da transformação da universidade.

Como colocado por Jorge Larrosa (2014), podemos entender como o valor da palavra é fundamental, de acordo com nossas experiências. A opinião é uma reação à informação, é uma ressignificação para construção de conhecimento. Os alunos responsáveis por *O Bonde* traziam suas narrativas construídas a partir das relações entre sujeitos que também constituíam seu lugar, e ao longo desse material iam modificando a instituição em um espaço marcado pelos conflitos do cotidiano, demonstrando assim o que lhes era interessante ressaltar na obra e apontando como o jornal era a voz de estudantes. A *Folha Rural*, assumiu uma perspectiva mais ligada a divulgação institucional, produziu narrativas para lançamento e extensão esaviana.

O Bonde e Folha Rural nos levam a compreender como fabricavam o cotidiano. Relatar o *Mês Feminino*, atividades entendidas como próprias às mulheres e a experiência do contato com as alunas da Escola de Ciências Domésticas era falar também sobre o entendimento deles a cerca da figura e presença da mulher. Como colocado por Bourdieu (2002), o meio faz o indivíduo e o indivíduo faz o meio, ambos são marcados pelas desigualdades. Nessa relação, produzimos o *habitus*, os valores e princípios internalizados. Esse meio é composto por desigualdades, dentre elas a de gênero que é o enfoque desse estudo. A desigualdade de gênero, para o autor, constitui-se a partir da *dominação masculina*. Tais conflitos sociais geram

a violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento, ou, em última instancia, do sentimento (BOURDIEU, 2002, p. 7).

Mesmo partindo de perspectivas diferentes,¹¹ Beauvoir (2016) e Bourdieu (2002) sinalizam a dominação como um sistema capaz de reconhecer a inferioridade nas mulheres, uma vez que é tão bem elaborado que elas se reconhecem em condição de subalternidade. A expressão “ser inferior” significa “tornar-se inferior”, pois o social com suas formas de dominação nos constrói, e usa de recursos como as ciências para se justificar e ser legitimado. Há uma tendência em fazer da construção social algo naturalizado.

As aparências biológicas e os efeitos, bem reais, que um longo trabalho coletivo de socialização do biológico e de biologização do social produziu nos corpos e nas mentes conjugam-se para inverter a relação entre as causas e os efeitos e fazer ver uma construção social naturalizada (os “gêneros” como *habitus* sexuais) como o fundamento *in natura* da arbitrária divisão que está no princípio não só da realidade como também da representação da realidade e que se importa por vezes à própria pesquisa (BOURDIEU, 2002, p. 10).

Existem variáveis que se mantêm acima das reformas da condição feminina, possivelmente elas colocam os mecanismos e instituições em posição de domínio. É preciso ter atenção para compreender se o estudo da história das mulheres nos obriga a privilegiar os mecanismos e instituições que mantiveram a história a seu favor. O *mito do eterno feminino*¹² nos coloca numa posição de *Outro* que está fortemente consolidado. Ao longo dessa pesquisa, faz-se necessário compreender os jogos de força, evitando generalizações que podem auxiliar na manutenção desses conceitos.

VII

Essa pesquisa está estruturada em três capítulos. No primeiro, intitulado *Início do século XX: Mulheres e vida pública*, procuramos compreender as transformações do Brasil no início do século XX que permitiram a presença feminina nos cursos de profissionalização. Analisamos como o período foi marcado pela construção de novos padrões de comportamento e como a vida pública passou a ser dirigida por um padrão

¹¹ Apesar de recorrermos a autoras e autores que seguem concepções divergentes, estruturalistas e pós-estruturalistas, procuramos respeitar os limites de diálogos e apropriar dos seus conceitos de acordo com debates específicos do texto. Exemplos: Bourdieu (2012) é usado pelo debate sobre *dominação masculina*; Certeau (2000; 2017) para analisar os deslocamentos cotidianos dos sujeitos e as relações de coexistência, entendendo as diversas composições para construção de narrativas que tornam o lugar algo praticado; Saffioti (2013) permite uma análise mais descritiva das transformações sociais do início do século XX, partindo das lutas feministas como fundamentais para alteração das relações de trabalho e do patriarcado; Beauvoir (2016) para compreender a mulher socialmente construída de forma singular com a noção de *mito do eterno feminino* e a delimitação de auxiliar que coloca mulheres como o *Outro*; Foucault (1999) é pertinente para compreender a configuração de regras a partir do debate sobre *poder disciplinador* para tecer os *corpos dóceis*.

¹² Conceito usado por Simone de Beauvoir (2016) para se referir as construções sociais estabelecidas às mulheres, criando padrões sobre ser mulher, que mantém a condição de dominação.

urbanizador que tornou necessário a elaboração de novas formas de controle entre homens e mulheres. Esse modelo de vida urbano nos levou, a partir da vida cidadina, a mostrar o processo por meio do qual as mulheres da elite deixaram seus lares para ocupar os espaços de socialização da vida pública. Uma saída que exigiu o fortalecimento dos mecanismos de controle para que se mantivessem os deveres construídos socialmente e apoiados nos discursos biológicos que faziam da capacidade reprodutiva das mulheres um instrumento para mantê-las ligadas ao lar. Mas ainda assim, a vida social se fazia presente com uma outra leitura sobre os lugares de lazer e convívio social da família. Procuramos mostrar como essa vida pública permitiu, muito lentamente, que as mulheres frequentassem a sala de aula, mas atendendo ao seu papel máximo.

No segundo, intitulado *A Escola Superior de Agricultura e Veterinária e a presença feminina*, nos debruçamos em entender os objetivos e contexto de construção da Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV) para conhecer as bases da instituição e assimilar as relações de gênero no espaço. Ao compreender o arranjo da ESAV, foi possível identificar os parâmetros que a regularam e como a presença feminina abalou as estruturas masculinas ao solicitar a criação de determinados espaços. Ao perceber os propósitos da instituição dentro do cenário brasileiro de valorização da vida urbana, indicamos os cursos de profissionalização feminina oferecidos pela ESAV. Nesse processo, buscamos designar as relações entre a história da instituição e os cursos femininos, nos atentamos em pontuar a presença das mulheres, enquanto funcionárias ou esposas, pois partimos da hipótese de que essas mulheres foram fundamentais para gerar tensões e questionamentos sobre a ausência de cursos para atendê-las. Em seguida, apresentamos os dois primeiros cursos profissionais femininos e fizemos uma articulação entre eles e os discursos sobre os deveres femininos, expostos no primeiro capítulo. Por fim, abordamos o modo de vida pública vivenciado pelas mulheres que frequentavam a ESAV.

No terceiro capítulo, intitulado *Mulheres e o ensino superior esaviano* abordamos sobre as mulheres nos cursos superiores da ESAV e os conflitos cotidianos ocasionados por esse contato com homens num espaço que até então era exclusivamente masculino. A presença feminina na sala de aula sugere uma relação horizontal entre os sexos, no entanto, esse convívio será mais arquitetado com a Escola Superior de Ciências Domésticas. Construída para oferecer o curso superior de Ciências Domésticas, a escola trouxe a demarcação dos saberes permitidos aos homens e às mulheres.

1. INÍCIO DO SÉCULO XX: MULHERES E VIDA PÚBLICA

As primeiras décadas do século XX foram marcadas por significativas transformações ocasionadas pela modernização no Brasil, especialmente nos grandes centros. O desenvolvimento industrial no país direcionava para a construção de um modo de vida na cidade que modificou o comportamento social e, conseqüentemente, os códigos de controle desses modos de ser e estar. As regras de civilização¹³ tentavam evitar o desequilíbrio gerado pelas novidades, e simultâneo a isso o discurso nacionalista se fortalecia (ESTEVEVES, 1989).

Em busca de seguir os avanços dos Estados Unidos e Europa, as cidades maiores criaram planos de organização do espaço público, no entanto, a realidade brasileira tinha muito que caminhar para alcançar os propósitos almejados. Estabeleceu-se uma reforma social que tinha mecanismos de vigilância do público ao privado, e os corpos femininos foram um importante alvo (CAULFIELD, 2000).

As relações entre homens e mulheres foram profundamente adaptadas a um contexto de reestruturação de valores. A vida pública passou a ser partilhada com as mulheres que eram pertencentes à elite brasileira e foram mantidas nos recônditos do lar. As diferenças passaram a ser vistas como necessárias, no entanto, o discurso de fragilidade, que sempre foi conciliado ao de inferioridade, continuava justificando e demarcando o lugar das mulheres. Surgia uma “nova mulher” e, para lidar com ela, gerou-se um “novo homem”, visto que as mudanças de comportamento se dão por redes que se reconstituem em conjunto (CAULFIELD, 2000).

O início do século XX no Brasil exibia os contrastes entre um agrupamento de regras que tinham como parâmetro a elite preocupada em instituir um estilo de vida pública baseada em moldes burgueses, ignorando a população pobre e com mulheres que já eram parte da vida pública pela necessidade de trabalhar fora de casa. Desse modo, ao longo desse capítulo, discorreremos sobre as transições graduais que permitiram a presença feminina nos espaços de profissionalização.

Vale ressaltar que o objeto de estudo se circunscreve em Viçosa. Cidade, que no início do século XX era significativamente constituída de analfabetos, semelhante ao que acontecia

¹³ Almeida (2014) com base na análise de três manuais de comportamento e etiquetas usados entre 1940/1960 (*Na sociedade e na família*, de Emília de Sousa Costa – 1943; *Arte das boas maneiras*, de Berthe Bernage – 1967; e *Manual de civilidade e etiqueta*, de Beatriz Nazareth – 1914) chama de regras de civilidade os comportamentos que passavam a ser ditados para os costumes nacionais, com base na influência francesa.

no Brasil, especialmente na maior parte das cidades do interior. Contudo, a instituição abordada nesse estudo – Escola Superior de Agricultura e Veterinária – nasce como símbolo do progresso, representando os avanços da agricultura norte-americana implantada por um representante dos Estados Unidos que, ao organizar sua instalação, trouxe para compor o quadro de funcionários pessoas de diferentes partes do mundo.

Segundo Lopes (1995), norte-americanos, holandeses e professores de grandes centros no Brasil compuseram os primeiros grupos de funcionários que chegaram a Viçosa com suas esposas. Ao chegarem na cidade com sua cultura carregada de traços que permeavam a vida nos grandes centros brasileiros e no estrangeiro, se relacionaram com uma realidade do interior, muitas vezes distante do que estava acontecendo nos grandes centros. É no contato dessas mulheres com a realidade viçosense, um terreno de cultura masculina hegemônica, que podemos perceber suas ações nas reivindicações, nas negociações, na conquista de espaços, em um movimento de circulação da cultura (CHARTIER, 2002). Isso justifica, inclusive, a busca feminina por espaços de formação – representada pelo *Mês Feminino* (1935- 1937) e demais eventos com a ocupação de espaços públicos por mulheres com banhos de lago¹⁴, semelhante aos banhos de mar que se tornam mais presentes no início do século XX no Rio de Janeiro e outras capitais do país.

2.1 Redefinições de papéis femininos

No início do século XX, a representação feminina no Brasil¹⁵ estava muito ligada a conquistas para realização dos deveres das mulheres, as poucas ousadias permitidas eram aceitas desde que seus princípios e papéis não fossem esquecidos. Em um contexto de transformações estruturais que iam desde a consolidação da República e do capitalismo até as mudanças no cotidiano da população, Silvana Goellner (2003) ressalta que o aumento da modernização e a queda da produção agrária fizeram com que as cidades se transformassem em centros rurais. Consequentemente, novos hábitos passaram a ser definidos para a população com o objetivo de incluir o país no mercado capitalista. As relações sociais e de gênero foram transformadas, homens e mulheres passaram a lidar com outras realidades para com os serviços, produtos e trabalhos oferecidos.

¹⁴ De acordo com o vídeo *Mês Feminino da ESAV (atual UFV)*, em 1935 as cursistas do *Mês Feminino* usaram o intervalo entre aulas para se banharem na lagoa da ESAV.

¹⁵ De acordo com Almeida (2014) essas representações se faziam presente no Ocidente e, normalmente, seguiam parâmetros ditados pela França.

No meio rural, a família patriarcal percebeu a necessidade em passar por uma remodelação de sua tradicional estrutura. Juntamente a outros seguimentos da sociedade, o papel das mulheres era controlado para não ameaçar o núcleo familiar, com isso as modificações que promoviam a liberdade feminina eram marcadas pelo temor de alterações bruscas na estrutura social. Diferentemente do período colonial em que as mulheres saiam do lar apenas para o cumprimento das obrigações religiosas, elas passavam a ultrapassar os limites da Igreja, porém era o cuidado com sua imagem que determinaria os locais que seriam frequentados. Tais redefinições ideológicas traçavam as mudanças de toda uma época, ao mesmo tempo em que se temia que a emancipação feminina ultrapassasse níveis que interferiam na formação da família, grande alicerce para modernização da pátria (MOTT; MALUF, 1997).

Nas três primeiras décadas do século XX no Brasil, a natureza feminina era justificada para que a mulher permanecesse no lar, isso fazia com que Igreja, Estado e imprensa tentassem resistir à saída das mulheres da elite, divulgando a imagem de “moça do lar” em paradoxo às “moças da rua” (CAULFIELD, 2000). O próprio código civil de 1916¹⁶ colocava a mulher em posição de inferioridade e ditava comportamentos moralmente aceitáveis. Os juristas brasileiros entendiam que a preocupação com a honra como símbolo do progresso era a imposição de um comportamento civilizado para estabelecer ordem social na Primeira República. Na medicina, especialistas pesquisavam sobre o hímen para pensar a virgindade feminina, vista como algo importante a ser preservado pela ideia que se tinha acerca da honra e do controle social.

Os esforços desses homens para definir a honra sexual e justificar seu papel de defensores dessa honra explicitam algumas das tensões sociais e políticas que acompanharam a legitimação do poder do Estado depois da queda do Império. As controvérsias sobre direitos e responsabilidades dos cidadãos e dos sujeitos jurídicos, o poder do Estado de regular a vida privada e pública e o poder dos juristas e de outros funcionários públicos na sociedade republicana eram todos abordados em debates sobre a honra sexual (CAULFIELD, 2000, p. 55).

Essas preocupações e mudanças no conceito de honra juridicamente não foram apenas usos de modelos estrangeiros, havia uma preocupação muito própria dos juristas

¹⁶De acordo com o código civil de 1916 as mulheres casadas eram entendidas como incapazes. “Art.6. São incapazes, relativamente a certos atos (art. 147, n°.1), ou à maneira de os exercer:

- I. Os maiores de dezesseis e menores de vinte e um anos
- II. As mulheres casadas, enquanto subsistir a sociedade conjugal.
- III. Os pródigos
- IV. Os silvícolas

brasileiros, os quais carregavam um projeto de progresso e civilização nacional que perpassava o comportamento moral. Segundo Sueann Caulfield (2000), eles acreditavam no papel das leis e valores morais, no entanto, alguns questionavam se a diversidade brasileira poderia ser interpretada como “povo” e quais traços dessa mistura deveriam ser mantidos. A defesa da honra era uma intervenção do Estado na família. Assim, medicina e judiciário, trabalharam juntos na investigação sobre quais grupos sociais poderiam ser reproduzidos para melhorar a nação.

Desde o final do século XVIII, na Europa, o modelo que associa feminilidade, submissão e passividade estava presente no discurso médico, no entanto, a partir do século XIX e XX permitiram a atribuição de responsabilidades às mães e à família nuclear. No Brasil, foram criados desejos para a “nova mulher” baseados no desejo masculino, pois consideravam que os homens atribuíam voz à fala das mulheres, logo, criaram os padrões de acordo com seus desejos.

A cada representante da sociedade matrimonial conferiu-se um atributo essencial. Assim, se ao marido cabia prover a manutenção da família, à mulher restava a identidade social como esposa e mãe. A ele, a identidade pública; a ela a doméstica. À figura masculina atribuíram-se papéis, poderes e prerrogativas vistos como superiores aos destinados à mulher (MOTT; MALUF, 1997, p.379).

A definição da mulher honrada estava associada à vida sexual, enquanto o homem honrado era o bom trabalhador, respeitável e leal. Assim, o corpo feminino precisava ser vigiado pela competência de usufruir do dom da reprodução e dos cuidados do lar. Essas capacidades eram vistas como únicas ao corpo feminino e, por isso, deveriam ser tratadas com zelo (CAULFIELD, 2000).

Conseguir um marido era fundamental para conquista de seu dever máximo na sociedade, logo, a beleza feminina deveria ser sedutora, não era o suficiente ser bela para si, era preciso ser capaz de conquistar o olhar dos homens. Para Bourdieu (2012), as mulheres são objetos simbólicos para possuir uma dependência do olhar do outro, são para serem olhadas e admiradas, esperando que sejam sempre “femininas”¹⁷.

A imagem da mulher bela como irresistível ao desejo masculino carrega em si um certo encantamento que, uma vez desfeito transforma o que representava

¹⁷ Os termos “femininas” e “feminilidade” são usados entre aspas para se referir à construção discursiva e simbólica criada em torno de tais expressões para definir os padrões de mulheres de acordo com a submissão feminina.

esperança e possibilidade em controle e submissão. Valorizada pela aparência do seu corpo é ao prazer do outro que deve agradar, ainda que nesse jogo de sedução não seja avara consigo mesma, exercitando também seu desejo, sua sexualidade e sua feminilidade (GOELLNER, 2003, p. 54).

Porém, esse embelezamento não faz referência à maternidade. Segundo Goellner (2003), ser mãe é uma função social e natural da mulher para atender a manutenção da raça. Quando essa condição materna era atingida, o *eterno feminino* era consagrado fazendo com que toda sexualidade fosse retirada dessa mulher.

O corpo da mãe inspira mais respeito que desejo, é menos profano que sagrado, reclama reverências porque portador da vida. O corpo da mãe é esculpido no detalhe do seu sexo abandonando nas suas conotações eróticas. É ventre, pulsão e promessa. É sexo em ação e é controle do sexo. É afirmação e negação da sexualidade (GOELLNER, 2003, p.97).

O papel de sedução tornava-se desnecessário à mãe, conseqüentemente, a valorização de sua beleza. O *eterno feminino* é trazido para eternizar a *dominação masculina*. “Os dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, fazendo-as assim ser vistas como naturais” (BOURDIEU, 2012, p.46). Legitimada pela capacidade de amar dada pela biologia, às mulheres caberia o cuidado dos filhos e do lar, devendo se atentar para manutenção do modelo de família nuclear hegemônica que era parte do projeto de identidade nacional. A biologia aparece como necessária para fazer referência a questões que são socialmente construídas, assim como a própria visão que estabelece as diferenças anatômicas,

e que é esta diferença socialmente construída que se torna o fundamento e caução aparentemente natural da visão social que a alicerça, caímos em uma relação circular que encerra o pensamento na evidência de relações de dominação inscritas ao mesmo tempo na objetividade, sob forma de divisões objetivas, e na subjetividade, sob forma de esquemas cognitivos que, organizados segundo essas divisões, organizam a percepção das divisões objetivas (BOURDIEU, 2012, p. 20).

Em meio às diversas construções sociais, alguns discursos eram mais apropriados a uma sociedade preocupada em controlar o corpo feminino diante da modernização. Era preciso aceitar o novo estilo de vida, pois até mesmo a medicina reconhecia a importância da socialização para a saúde do corpo. As festas e reuniões entre familiares e conhecidos, longe dos bailes públicos, eram muito bem vistas (ESTEVEZ, 1989).

Na década de 1940, se fortalece a ideia de uma mãe-cívica com a responsabilidade de servir a pátria. O discurso oficial colocava Deus e Família como bases do nacionalismo, juntos esses elementos compõem a família maior, a Pátria. Por conseguinte, a regra é ditada pelo discurso nacionalista tanto dentro quanto fora do lar, a família terá papel fundamental

para o progresso e as mulheres serão responsáveis pela educação dos filhos da Pátria. Ameaçar o lar era ameaçar a nação, o contrário também se aplicava, pois

as relações do povo brasileiro entre si e do povo brasileiro com a Nação, em vez de serem relações de cidadania, são relações de filiação. O que se sugere aqui é que, como no âmbito privado da família, a regra de comportamento a ser seguida no espaço público da Nação é informada pelos valores de respeito a obediência à autoridade e pelo valor de preservação da harmonia e da coesão (DUTRA, 1997, p. 164).

Segundo Eliana Dutra (1997), na segunda metade dos anos 1930, a pátria tornou-se o sonho de uma sociedade indivisível, as diferenças devem ser suprimidas, logo as divergências partidárias, de classe e gênero precisariam ser deixadas de lado pelo bem comum. A mãe é o seio da família e deve controlar a sua sexualidade e a dos filhos sustentando a moralidade.

Em meio a isso, questões relacionadas à saúde e higiene ganharam destaque, pois diziam respeito ao futuro da nação, os cuidados com a mulher eram necessários para preservação e desenvolvimento da pátria. Os periódicos traziam questões pertinentes à educação sexual para controlar os instintos e evitar perversões morais. Controle da procriação, exame pré nupcial e esterilização dos “anormais” eram também medidas de controle. O corpo feminino precisava ser forte, saudável e ter sua fertilidade preservada, pois era o futuro da nação (GOELLNER, 2003). Essa noção que liga pátria e mãe coloca a vida privada como fundamental para solucionar a vida pública e a imagem da mãe-esposa-dona de casa passa a ser almejada para o comportamento feminino, de forma que a natureza feminina colocava a mulher em uma relação de dependência do lar. Ela deveria fazer desse espaço um lugar prazeroso para que o pai sentisse vontade de retornar após a jornada de trabalho.

A idealização do lar feliz criou uma série de normas que delimitavam os papéis de homens e mulheres, divididos pelo sexo e constituídos de experiências cotidianas que lhes eram desconhecidas. A divisão entre público e privado¹⁸ era central para identidade da mulher e do homem, posto que diante de uma relação dialética, os discursos definiam a feminilidade e a masculinidade (MOTT; MALUF, 1997).

¹⁸ A partir da leitura de Rousseau, Diane Lamoureux (2009) identifica o público e privado na modernidade como uma divisão entre os sexos, sendo a mãe incapaz de participar do contrato social, pois não consegue lidar com a imparcialidade para atender a vontade geral. Dessa forma há uma tendência em naturalizar a divisão sexual entre público e privado, consolidando um discurso da vida doméstica como própria às mulheres.

No discurso em questão, constatamos que é da mãe o exemplo do trabalho e do gosto pelo trabalho; é da família- através da mãe- o aprendizado da honestidade e aceitação da hierarquia através do submetimento à inquestionável autoridade patriarcal. Ao se situar num ponto de cruzamento entre a micro e macropolítica, a família torna-se, assim, um aliado em potencial dos projetistas de uma sociedade autoritária, além do ponto de partida da experiência das potencialidades para o controle e a dominação social (DUTRA, 1997, p. 167).

Segundo Marina Maluf e Maria Mott (1997), o marido sentia-se pai da mulher, podendo punir quando considerasse necessário, desde que não fosse diante de pessoas do mesmo grupo social ou próximas. A abertura para a vida pública não era sinônimo de exposição daquilo que era entendido como íntimo do casal, as boas aparências deveriam ser mantidas. Havia ensinamentos para lidar com as dificuldades do casamento, demonstrando, assim, como essa instituição já precisava ser repensada. O Estado se preocupava com essa manutenção, era preciso fazer do lar um espaço imutável e sólido, evitando que a organização doméstica corresse riscos. O casamento era uma etapa superior, por isso era tão importante o controle sobre ele. Para as camadas mais pobres, essa fiscalização foi ainda maior, passando por medidas prescritivas, pois temiam a falta de instrução desse grupo que é maioria e mão de obra indispensável ao progresso (MOTT; MALUF, 1997).

Traçadas as linhas da “conduta decente”, os promotores da moral e da ordem classificaram como ilícita toda e qualquer relação entre homens e mulheres que se firmasse fora do controle matrimonial. Em nome de uma ligação de amor que fundisse existências, e não somente sexos, o amor na mancebia foi transformado em objeto de intervenção. Amor degenerado, espectro de amor, imitação de amor: esses eram os termos do discurso que pretendia regular as uniões consensuais (MOTT; MALUF, 1997, p. 387).

A preocupação com a manutenção da família buscou cercear as conquistas femininas. A educação não poderia permitir uma verdadeira emancipação, pois as mulheres poderiam almejar outros espaços que não fossem o lar. Apesar dos recorrentes discursos sobre a liberdade feminina, ela era algo vigiado para ser dentro dos limites daquilo que era definido como papel da mulher (MOTT; MALUF, 1997).

Mais que uma preocupação com o futuro da nação, a manutenção dos privilégios masculinos fiscalizava as conquistas femininas. A mulher que era solteira por opção ou por não conseguir um marido era uma ameaça aos homens no mercado de trabalho. Em função disso, eram vistas como feias, lésbicas e histéricas. A identidade sexual da mulher era definida pelos padrões criados para a heterossexual e a mãe que estava ausente de qualquer sexualidade. A ocupação de um espaço diferente daquele atribuído a elas era motivo para eliminar da mulher toda feminilidade que era entendida como essencial a sua existência.

A higienização do corpo feminino estava relacionada a questões morais e precisava ser feita com cautela para que a “nova mulher” não avançasse demais, interferindo no núcleo familiar. A entrada no mercado de trabalho poderia colocar em risco a presença no lar e comprometer a criação dos filhos que eram o futuro da nação. A “nova mulher” colocava em risco a ordem social e a natureza humana. Elas são julgadas de acordo com a adequação ou inadequação à maternidade e à heterossexualidade. A liberdade feminina só é aceitável quando as conquistas não colocavam em risco a hierarquia sexual.

As transformações se deram de forma muito gradual, ao mesmo tempo em que era preciso seguir a modernização, necessitava-se controlar a saída das mulheres para as ruas. Nas famílias mais tradicionais isso ainda foi mais lento, “a rua, ainda no início do século XX, era pouco visitada pela mulher higienizada, a casa em que morava era geralmente fechada e com poucos contatos com a vida exterior” (ESTEVEES, 1989, p.43). A presença de moças das camadas altas e médias nas ruas causava estranhamento. Os diversos questionamentos justificaram por que

as cidades passaram a sintetizar, intelectuais de ambos os sexos elegeram como os legítimos responsáveis pela suposta corrosão da ordem social a quebra de costumes, as inovações das rotinas das mulheres e, principalmente as modificações nas relações entre homens e mulheres. Conjugaram-se esforços para disciplinar toda e qualquer iniciativa que pudesse ser interpretada como ameaçadora à ordem familiar, tida como o mais importante “suporte do Estado” e única instituição social capaz de represar as intimidadoras vagas da “modernidade (MOTT; MALUF, 1997, p. 371).

Os horários e locais em que as mulheres eram vistas também estavam bem definidos, assim como se caminhavam acompanhadas ou não, pois tudo dizia sobre sua honestidade. Segundo Martha Esteves (1989), nos casos em que mulheres eram vítimas de defloramento ou qualquer comportamento que pudesse dizer sobre sua honra, o judiciário levava em consideração todos esses fatores entendidos para discernimento da índole feminina. Qualquer deslize as levava a ser associadas à prostituição, mesmo que não tivesse nenhuma menção à vida sexual. As mulheres que trabalhavam também eram contestadas no julgamento, ainda quando seguiam ordens do patrão para estar nas ruas. Andar só era aceitar o risco a sua honra e ser interpretada como culpada.

Há uma identidade sexual que coloca a passividade como feminina e a virilidade como própria ao homem. Baseada na relação de oposições, a mulher que não assume o que é dito como feminino é entendida como masculina. Qualquer sinal de independência é interpretado como característica masculina, perdurando na situação que Bourdieu (2012) chama de *double bind*, pois comportar-se como homem é assumir a ausência de feminilidade

que acaba naturalizando as posições de poder como masculinas, e quando se comportam como mulheres são vistas como incapazes. Apesar de Bourdieu realizar uma análise para pensar o feminino, é possível perceber como determinados discursos perpassam diversas épocas e ainda permanecem. A oposição entre feminino e masculino ainda coloca aquele ou aquela que se afasta do que é definido como próprio do seu sexo enquanto desviantes e, por isso, pertencentes ao sexo oposto.

Em meio à substituição dos bens simbólicos e a desvalorização vigente da figura feminina em relação a sua capacidade para manter comportamentos ativos e autônomos, houve a valorização dos afazeres masculinos, o trabalho do homem foi interpretado como aquele que exige mais. Da mesma forma, eles eram julgados de acordo com tais imposições. Eram reconhecidos e vistos como poderosos por possuírem trabalho e capacidade para cuidar do lar, quando não cumpriam tais afazeres eram cobrados e desvalorizados.

Não se pode esquecer ainda que a contrapartida do marido provedor era a mulher responsável pela honra familiar. Ou seja, em troca do sustento garantido, a mulher casada deveria se distinguir socialmente, respeitando os ditames da moral e dos bons costumes, evitando assim incorrer em injúria grave, definida como procedimento que “consiste em ofensa à honra, respeitabilidade ou dignidade do cônjuge. Isso significa dizer que o julgamento do comportamento do marido pela sociedade dependia em grande parte do comportamento da mulher (MOTT; MALUF, 1997, p. 382).

Essa relação de homem provedor foi muito mais comum nas elites da sociedade, pois nas camadas mais baixas, as mulheres saíam de suas casas para auxiliar no sustento da família. Como colocado por Ribeiro (2017), mulheres negras e pobres não faziam parte dessa transição entre público e privado, posto que seus corpos já ocupavam as ruas para ajudar na manutenção econômica do lar. As formas de controle diziam respeito à imposição de um modo de vida burguês que não incluía as camadas mais baixas.

No início do século XX, a grande maioria das mulheres além de realizar todo o serviço doméstico, era responsável pela sobrevivência do grupo familiar. Estava excluída do mercado formal de trabalho e exercia as tarefas menos qualificadas e mais desvalorizadas, executadas com frequência dentro de casa, juntamente com os serviços domésticos. A lavagem da roupa nas cidades brasileiras era, no período, uma importante fonte de renda para as mulheres (MOTT; MALUF, 1997, p. 408).

Muitas das relações que são consideradas características de toda uma geração de mulheres dizem respeito a um grupo bem específico. O período conhecido como aquele de domínio da “nova mulher” se coloca como generalizado, no entanto, atinge mulheres diversas de formas diferentes. As experiências no mercado de trabalho e exteriores ao lar não eram inéditas para uma maioria de mulheres, pois além dos afazeres domésticos, muitas

precisavam trabalhar fora e, nesse momento, lidar também com as cobranças estatais em relação ao futuro da nação.

Havia uma tentativa de invisibilizar o problema do Brasil em relação aos homens que não assumiam o papel de provedor e abandonavam suas famílias, fazendo com que mulheres fossem responsáveis por todos os cuidados que envolviam a manutenção do lar. A nova família encobria o homem que estava ausente do trabalho regular e a mulher que trabalhava fora para ser provedora e doméstica diante da ausência do pai, “a presença do pai não é, como nunca foi, uma realidade absoluta em todas as famílias” (MOTT; MALUF, 1997, p. 421). Esse discurso também tirou das mulheres a importância social e econômica do trabalho doméstico, “levou o trabalho feminino a ser visto como acessório, temporário; justificou o ganho diferenciado entre homens e mulheres, abafou o grito doloroso daquelas que ousaram denunciar as iniquidades que sofriam” (MOTT; MALUF, 1997, p. 421).

Perversamente, acabou também por circunscrever a família ao “lar feliz, onde a mulher é apresentada como rainha, escamoteando-se, assim, o drama da história, os conflitos, as diferenças e as relações de poder se dão no seu interior, e atribuindo-se às mulheres, sobretudo às casadas, uma importância social à igualdade de direitos com os homens foram cuidadosamente fechadas” (MOTT; MALUF, 1997, p. 421)

Principalmente a partir de 1920, o termo “mulher moderna” foi difundido de forma universalizada, incluindo desde as trabalhadoras das fábricas às namoradeiras. Era muito semelhante ao que foi propagado na Europa e nos Estados Unidos para se referir às mulheres do novo século e questionar a ordem que pautava valores diferentes em relação à família patriarcal. No entanto, dessemelhante a esses outros contextos, no Brasil, tal discurso foi usado para pensar a identidade nacional (CAULFIELD, 2000).

Ao estabelecerem oposições entre homens e mulheres, tendiam a tornar os eventos bem encaixados, o que se difere muito da realidade que é promovida pela liberdade dos fatos. “A realidade, portanto, é aquilo que nunca coincide consigo mesma porque depende não só de como ela se apresenta, mas também do olhar que recai sobre ela.” (MOTT; MALUF, 1997, p. 421). À mulher o trabalho doméstico, ao homem a manutenção financeira do lar, à mulher a preservação do corpo, ao homem a virilidade.

Nesse discurso que atendia muito mais as famílias de elite, as inovações do período colocavam a dona de casa com acesso a diversas facilidades, a exemplo da eletricidade, do fogão a gás ou querosene e dos alimentos industrializados que antes precisavam ser produzidos em casa. Intensificavam, dessa maneira, as propagandas de incentivo às mulheres para manutenção do lar. Isso não significou maior tempo livre nos cuidados

domésticos e sim a substituição dessas atividades. As exigências para o cuidado materno e a higiene da família passavam a ocupar esse tempo e exigir da mulher organização para realização do trabalho doméstico (MOTT; MALUF, 1997).

A partir da análise da *Revista Feminina*¹⁹, Mott e Maluf, discutem sobre os afazeres domésticos ao mostrar como o higienismo²⁰ atingia os lares. O uso da máquina de lavar era uma forma de facilitar o trabalho feminino ao mesmo passo que deixava de gerar fonte de renda para as lavadeiras. As autoras ressaltam também a necessidade de organização do tempo para realização dessas atividades, assim nenhuma outra distração poderia desviar a atenção dos deveres femininos, ademais o marido provedor legitimava a posição da mulher como sendo encarregada dos cuidados domésticos.

Assim, para que as considerassem boas donas de casa, além de manter permanente bom humor, de realizar as tarefas sempre em benefício de toda a família, deixando para o segundo plano tudo que as afastasse da “administração científica” do lar, de ser econômicas, as mulheres jamais deveriam pedir a participação do marido no serviço doméstico” (MOTT; MALUF, 1997, p. 419).

O silêncio em relação à vida privada tornava os escândalos que chegavam a público ainda mais alarmantes. À medida que as normas eram colocadas, os comportamentos se reestruturavam da mesma forma que a sociedade ia se modificando, dando origem a novas normas. A rua era o lugar dos desvios, por isso deveria ser temida, de modo que causava demasiado estranhamento quando mulheres da elite começaram a frequentar esses espaços. Mesmo os avanços interpretados como menores na saída do lar geraram impactos para que os modos de controle se atentassem a “nova mulher”.

A partir da circulação desses valores, as mulheres em uso do espaço público passavam por um momento de transição em que o seu acesso ao coletivo ainda era muito delimitado. É importante pensar nas diversas configurações dessa saída do espaço privado, pois diz respeito a todo um contexto social com uma gradual transformação. A história das relações de gênero não se dá de forma linear e nem seguindo uma ordem. Ocorreram movimentos médicos, jurídicos, estatais e de luta que às vezes se deram de cima para baixo

¹⁹ A Revista Feminina foi um importante periódico brasileiro que circulou em São Paulo entre 1915 e 1936. Voltada ao público feminino, a Revista construía o corpo feminino diante das informações para modificar a mulher de acordo com os moldes estabelecidos pela sociedade, e ao mesmo tempo, ensiná-las as normas consideradas adequadas, ou seja, como ela deveria ser parecer e qual era seu papel nesse grupo (SOARES; BARROS, 2014).

²⁰ O higienismo foi um marco dos regulamentos sociais para o ideal de modernização em finais do século XIX e início do XX, colocou a Escola e a família como meio fundamental para tratar dos desajustamentos sociais. Janaína Gomes (2013) ao analisar a trajetória de mulher negra da socióloga e psicanalista Virgínia Bicudo, retrata como a proposta de progresso usada pelo higienismo buscou o embranquecimento da população brasileira.

como as preocupações legais com a honra feminina e o controle social, ou de baixo para cima com as mulheres adquirindo o direito ao voto e ocupando o espaço público. Todas essas em conjunto, sem o seguimento de ordens, permitiram diversos avanços que ultrapassavam o controle estatal, as imposições lidavam com reações. Não devemos considerar que as mulheres só incorporam essas definições, pois elas também interagiram e transformaram tais padrões (GOELLNER, 2003).

2.2 Honrada ou prostituta: O espaço público delimitando a moral

Essa “nova mulher” trouxe a necessidade de novos códigos morais para o início do século XX no Brasil, mas mantinham como base de institucionalização aquelas que eram pertencentes à elite. Quando era muito necessário estar nas ruas e entrar em algum lugar, não lhes era permitido ir aos bares ou restaurantes, apenas confeitarias (ESTEVEVES, 1989). Andar sozinha era inaceitável e determinados horários poderiam ameaçar a moral dos corpos higienizados.

A rua, ainda no início do século XX, era pouco visitada pela mulher higienizada, a casa em que morava era geralmente fechada e com poucos contatos com a vida exterior. Desde criança, essa mulher tinha o seu lazer condicionado ao espaço único da casa em que morava (ESTEVEVES, 1989, p.43).

O cuidado com as “moças de família” dizia respeito à honra e ultrapassava os limites da vida privada, fazendo com que as mulheres tivessem sua índole avaliada sempre que algo as levassem a público. A família era o cerne para o desenvolvimento da sociedade brasileira e como tal, a medicina e o judiciário caminhavam estabelecendo regras para organizar a honra das mulheres responsáveis pela moral familiar.

Os crimes que as envolviam, quando eram expostos²¹, consideravam todos esses códigos de regulamentação criados. Até mesmo aquelas que precisavam trabalhar fora do lar ou estavam seguindo ordens dos patrões eram questionadas sobre estar nas ruas: “o fato de estar sozinha implica necessariamente estar fora da vigilância e, portanto, sujeita a poder ter vários ‘colóquios amorosos’” (ESTEVEVES, 1989, p.52). Aquelas que desrespeitavam essas regras eram vistas como isentas de proteção da justiça. Os juristas controlavam a imagem de bem ou mal, certo ou errado. A vigilância desses cotidianos era usada para acusar ou

²¹ Segundo Caulfield (2000), os códigos morais faziam com que as famílias evitassem ao máximo a exposição aos crimes que comprometiam a honra da mulher. Muitos tinham na família ou eram próximos a advogados e pessoas que poderiam resolver a situação sem passar pela exposição burocrática da abertura de um processo. Nos casos de defloração, o casamento era a melhor das saídas para evitar a exposição do nome da família.

inocentar uma mulher, e o contato com a rua era fundamental para essa avaliação. Nas ruas se estabeleciam os riscos de desvios e tentações.

A defesa da honra ainda era observada enquanto uma marca de superioridade moral e de civilização avançada. Uma mulher desonrada “ofendia”: a) à autoridade paterna; b) às normas estabelecidas pelo discurso católico quanto ao casamento e ao batizado; c) à reputação pública da família; d) a sua própria integridade moral; e) ao patrimônio familiar; f) ao Estado (BURITI, 2012, p. 146).

No entanto, as regras de controle instituídas não partiam da realidade marginalizada. Frequentar as ruas não era bem visto, contudo, esse era o local de trabalho das mulheres pobres. Elas lidavam com a ausência dos homens na manutenção da família e revelam um cenário bem distinto daquele criado por e para famílias de elite. Muitas mulheres precisavam sustentar a casa e realizar trabalhos que fugiam do que médicos e juristas pregavam como próprios a natureza feminina.

É o caso das domésticas, por ocasião das compras para a casa; das lavadeiras, quando fazem entregas a domicílio; das operárias da indústria, nas horas em que se locomovem para o local de trabalho ou para casa após uma exaustiva jornada diária. E como seria possível às mães que precisavam trabalhar acompanhar suas filhas ao trabalho ou mesmo ao lazer? (ESTEVES, 1989, p.47)

Padrões da vida burguesa eram estabelecidos. O status da burguesia definia os comportamentos para o enquadramento no estilo de vida burguês. A imagem da família nacional não se preocupava em apontar uma democracia das classes sociais. O conceito de família era usado para separar as mulheres simbolicamente, pois se criava uma grande distância entre a “moça de família” e aquelas que descumpriam as normatizações (CAULFIELD, 2000). O termo “As famílias” era sinônimo de “sociedade respeitável”:

Embora os homens da elite frequentassem diversos espaços urbanos, as senhoras e senhoritas geralmente não se expunham pelas ruas, mantendo-se em espaços privados protegidos, debruçadas nas janelas ou reunidas em cadeiras à porta da residência (CAULFIELD, 2000, p.117).

Era o discurso médico avaliador dos lugares a serem visitados. De tal modo os trabalhadores e trabalhadoras pobres, para se tornarem civilizados, deveriam sair das ruas e fazer do lar um local muito respeitado. As casas e locais frequentados deveriam ser higiênicos, mas permanecer em casa continuava a ser o melhor caminho a seguir. A vida social feminina se resumia aos ambientes familiares.

Nesses recintos fechados, a nova mulher higienizada teria o direito de aparecer e demonstrar toda a sua habilidade em obter alguma vantagem econômica ou política para seu esposo ou mesmo para seus filhos. Contudo, ela não poderia

jamais esquecer que havia um jeito especial e saudável de participar da “festa burguesa” (ESTEVEES, 1989, p. 51).

Consequentemente, o que estava associado ao popular, como as festas, segundo médicos e políticos, eram espaços perigosos. A exceção se fazia presente com as festas religiosas, pois tinham a moral familiar como princípio base. Ignorar as regras era negar a sua função maternal, consolidada pelo que postulava de forma dicotômica mãe-prostituta (ESTEVEES, 1989, p.52). Essa era uma forma de evitar a naturalização dos desvios. Não havia um meio termo, ou era a mulher honrada para casar ou a que frequentava as ruas e vivia na amoralidade, destinada a desonra e perdição da prostituição.

Para além da importância em não estar “só”, ressaltava-se quem eram as companhias permitidas às mulheres. Era considerada desacompanhada toda mulher que estivesse na presença de outra mulher, pois o corpo necessário para proteção deveria ser masculino. Ou seja, mesmo que houvesse um grupo de mulheres caminhando pelas ruas, elas seriam interpretadas como desacompanhadas e suscetíveis aos crimes contra sua honra sexual (CAULFIELD, 2000).

Apesar do século XIX ter aceitado e ensinado que as mulheres poderiam ter prazeres sexuais, limites foram colocados para preservação do casamento e evitar a prostituição (CAULFIELD, 2000, p.54). A preocupação com as mulheres em lugares públicos se dava pela inquietação em controlar seus corpos para o casamento e na sequência assumir sua função de cuidadora da família. Aquelas que ocupavam as cidades maiores e com melhores condições econômicas seguiram com mais frequência os laços matrimoniais pelo civil e religioso, assim mantiveram-se ligadas aos trabalhos domésticos, administração do lar e dos filhos. As diretrizes sobre o que deveria ou não ser feito por uma mulher ultrapassava o controle individual, pois diziam respeito ao desenvolvimento nacional.

A noção de pátria-mãe misturava o público e o privado, trazendo a importância em pensar essa ocupação feminina dos locais públicos. É importante discorrer sobre as relações familiares ao considerar que essas a acompanha em todos os processos e principalmente, quando colocam as mulheres como responsáveis pela orientação da conduta de seus cômpanes. Em meio a uma série de discursos institucionalizados para responsabilização mulher-lar-pátria, a maternidade passa a exigir mais atenção. O processo de institucionalização da medicina que vinha desde meados do século XIX passa a se colocar como capaz de organizar e orientar as demais áreas da sociedade, da família até o espaço urbano. A sociedade é posicionada como um organismo que precisa ser cuidado e regado. A nova conduta social para a organização da família brasileira considera a saúde psíquica e

física como básicas. Às classes populares essa disciplina se daria por meio do trabalho, deveriam ser dóceis, submissas e produtivas (SANTOS, 2009).

O discurso de fragilidade se conciliava à inferioridade, fazendo com que em todos os espaços isso fosse legitimador da função feminina. No entanto, apesar da *dominação masculina* se fazer presente estabelecendo o que é permitido ou não ao feminino, segundo Aline Santos (2009), estão presentes os contra poderes que perpassam o cotidiano e ultrapassam aquilo que é definido como próprio a esse grupo.

A partir de 1920, a medicina, diante da associação entre o biológico e nacional, conferia à maternidade um caráter científico. Ela era uma função patriótica e pública. É importante trazer aqui essa preocupação com a maternidade, pois será fundamental para compreender a saída das mulheres da elite do espaço privado para a profissionalização. A puericultura, por exemplo, abriu chances para formação de muitas mulheres, pois elas eram vigilantes do lar e as teorias científicas permitiram um maior aprofundamento para compreensão do banho, das brincadeiras e alimentação daqueles e daquelas que eram o futuro da nação. Todo cuidado a eles e elas era necessário, criando uma rede de proteção materno-infantil e instituições femininas de filantropia (SANTOS, 2009).

2.3 Vidas sociais: Dos clubes à profissionalização

Na primeira década do século XX, as ruas das cidades brasileiras passaram, gradualmente, a ser ocupadas pelas mulheres em função, também, de uma série de atividades atrativas, em resposta estavam as normas de controle. A mobilização das pessoas entre o público e o privado foi intensificada e as esferas de convivência social foram ampliadas para estabelecer um estilo de vida burguês muito estimado. As mulheres passaram a frequentar

os clubes de dança, as associações esportivas, os grêmios recreativos, os salões de festas, os cafés, dentre outros, como tentativa de se firmar em sociedade. Nesses ambientes faziam demonstrações de habilidades, talentos e da capacidade de crítica política e social, através de suas composições, fazendo com que sua participação fosse bem quista e requisitada (ALMEIDA, 2017, p. 25).

Os olhares para os corpos femininos nos espaços de convívio público responsabilizavam a cidade pela quebra da ordem social, rompimento com os “bons costumes” e as relações entre homens e mulheres (MOTT; MALUF, 1997, p. 372). Criadas novas configurações de sociabilidade, a inclusão feminina nesses ambientes era uma

atribuição de beleza e leveza ao ambiente. Além disso, a busca por pretendentes passou a ter local próprio, sendo frequentado pelas famílias da alta sociedade como estratégia para acessar os “bons” casamentos.

Apesar de ser uma vida pública, Marilaine Almeida (2017) ressalta que não foram locais de acesso popular, normalmente eram frequentados por famílias da elite que superavam algumas noções conservadoras ao permitir que “moças de família” ocupassem esses recintos. Porém, eram mantidas sob controle, informavam onde, quando e com quem poderiam estar.

Embora a condição feminina em termos de educação e ocupação de espaços públicos estivesse condicionada ao modo pelo qual a sociedade definia e estruturava os padrões de comportamentos, de hábitos e de costumes, os quais regulavam onde e como os indivíduos deviam estar, as mulheres estrategicamente souberam valer-se das suas próprias representações e através delas se posicionaram como protagonistas na construção de espaços que se configuraram como autênticos e legítimos para a sua aparição pública (ALMEIDA, 2017, p. 30).

Na vida esportiva, o turfe foi o primeiro esporte a se organizar no Rio de Janeiro e com presença pública nas arquibancadas. Em meio ao despreparo dessas organizações, ele tornou-se uma atividade de diversão que conseguia atrair pessoas de diferentes níveis socioeconômicos, porém, mantendo as distinções sociais. Com o caráter burguês e familiar do público que o acompanhava, foi um importante espaço de participação social feminina. As mulheres usaram desses ambientes para exibir suas roupas da moda e isso foi aproveitado para dar um aspecto familiar aos locais esportivos, o que era conveniente para manter as relações entre a “nata da sociedade” (MELO, 2007).

Nos anos 1920, tais relações passaram a ser mais comuns e algumas mulheres chegaram a ser diretoras sociais ou de arquibancadas. Victor Melo (2007) chama atenção para o aparecimento do nome *sportwoman* que indicava como as mulheres tinham um papel significativo a ponto de ser atribuída uma definição específica para elas.

As modificações socioculturais, a preocupação com higiene, saúde, honra e uma nova estética corporal fizeram com que as praias se tornassem locais de convivência social para o banho de mar. Os homens eram encarados nesses banhos como corajosos e heroicos, enquanto as mulheres o faziam durante a madrugada com roupas que não marcassem as curvas femininas.

se a participação dos homens nas regatas, a despeito do clima favorável nos primeiros anos do século XX, ainda chamava a atenção e causava polêmicas, pelas roupas ‘muito curtas’ e pela ‘excessiva’ exposição corporal para os padrões da época, supomos que para as mulheres esses aspectos deveriam ser ainda mais elementos complicadores (MELO, 2007, p. 139).

A prática da natação foi muito associada ao banho de mar, sem um espaço reservado para a sua prática, elas só começaram a se exercitar significativamente a partir de 1920, quando em São Paulo foi construída a primeira piscina para natação.

Almeida (2017) aponta que em meio à criação dessas novas formas de socialização voltadas ao mundo moderno, as festas dançantes também passaram a fazer parte dos cotidianos das pessoas, cunhando até mesmo a associação para oferecer lazer e sociabilidade por meio de bailes. O tempo livre passou a ser aproveitado com dança, música e uma diversão que incluía os tão controlados corpos femininos. A partir da análise do *Jornal do Século XX*, Almeida (2017) identifica que no ano de 1919 havia 112 mulheres associadas ao Recreio Clube e ao Clube dos Diários, centros que promoviam bailes carnavalescos em Aracaju. A mesma entende que os clubes foram os lugares de lazer mais expressivos permitidos pela modernidade.

Como colocado por Jordan Ferreira (2008), o cinema e o teatro também foram importantes formas de distinção social para recreação, principalmente pelo seu caráter artístico, e serviram de paisagem para exibir o progresso das cidades. O cinema começou como um divertimento essencialmente masculino, com um caráter popular pelo baixo custo, funcionava como pausa para os trabalhadores a caminho de casa. A partir de 1920, seu conteúdo foi diversificado e modificou até mesmo a localização das salas na tentativa de atingir um público mais seletivo. Esperava-se fazer do cinema uma atividade de socialização sofisticada como a ópera e o teatro, e a presença feminina era importante para isso. Assim os tipos de filme a serem exibidos não poderiam ofender a honra e a pureza feminina.

Houve, dessa forma, movimentos de saída do âmbito privado para o público, no entanto, as relações de convivência continuavam muito próximas entre pessoas do mesmo grupo social. É preciso se atentar a esses detalhes nas mudanças relacionais, pois apesar de trazer significativas transformações, que foram fundamentais aos anos seguintes, elas atenderam aos aspectos culturais da época. Os espaços aqui entendidos como públicos para moças da elite tinham um caráter muito mais transitório entre a vida dentro de casa e a conquista de acesso à profissionalização e livre circulação pelas ruas.

Algumas mulheres se beneficiaram dessas aberturas para ir além do que era aceito pelo discurso masculino oficialmente instaurado, como abordado por Certeau (2017), recorreram a outros percursos criando caminhos, diante dessas astúcias estabelecidas, para saírem ainda mais do lar, a educação foi um artifício usado por muitas. Ocupar as áreas que eram aceitáveis a fragilidade feminina era uma alternativa para acessar ambientes

legitimados pelos homens, mas que estavam fora do privado e traziam a possibilidade de avanço.

Aquelas que atraíram olhares e causaram espanto andando pelas ruas no início do século, aproveitaram dessas pequenas aberturas para ir muito além do que era esperado. Com padrões de comportamento que diziam respeito a um grupo específico, esperava-se que um discurso controlador fosse acatado por todas, no entanto, suas reivindicações sociais ganharam destaque e a emancipação ultrapassou os limites estabelecidos (FRACCARO, 2018).

As mulheres que frequentemente caminhavam pelas ruas e principalmente trabalhavam, seja para “ajudar” o marido ou enquanto único sustento da família, tinham uma realidade que os códigos do discurso oficial não se atentaram quando instauraram suas configurações de comportamento. Com o desenvolvimento das fábricas na segunda metade do século XIX, muitas mulheres das classes populares começaram a ocupar a função de operárias. Ainda com trabalhos ligados ao que já desenvolvia no lar, como tecelagem e fiação, o aparecimento delas no mercado de trabalho fez emergir novas demandas para incluí-las em outros espaços de predominância masculina (FRACCARO, 2018).

A abertura do cotidiano das fábricas, o envolvimento com os movimentos dos operários e outras demandas marcou o século XX, gerando constantes emancipações femininas. Ao redor do mundo, feministas se organizaram desde o século XIX em prol da luta pelo voto e elaboração de leis trabalhistas pensadas através e para os corpos femininos. Formaram-se entidades internacionais mobilizadas por mulheres de diversos países para preparar as diretrizes do trabalho feminino. As reivindicações delas entoavam alto.

O deslocamento da mulher do lar para o público foi uma conquista que aos poucos se firmou através de práticas de resistência, configurando-se como uma revolução passiva, na qual, dentro das normas que eram socialmente aceitas, as mulheres buscaram estrategicamente se posicionar nos espaços projetados para buscar outras formas de convívio e assim, construir também formas de sociabilidade (ALMEIDA, 2017, p. 31).

Importa trazer o movimento feminista aqui tão brevemente, pois ele foi fundamental para que as mulheres saíssem dos seus lares e, mais que isso, conseguissem almejar a profissionalização. Como pontuado anteriormente, a independência vem se dando de forma gradual e é cerceada pelos homens e suas normas, pois eles estão nos locais de poder, determinando as regras de comportamento social, moral e político.

À medida que as mulheres começaram a participar da vida pública nas festividades entre pessoas do mesmo meio, chás beneficentes, associações femininas e eventos

esportivos, foram sendo institucionalizadas novas políticas sociais e jurídicas.

A ideia de progresso que circulava no Brasil e os corpos femininos estavam no discurso oficial como algo que precisava de cuidados e controle. A *circulação* das ideias fazia com que os contornos entre vida privada e pública dos grandes centros também estivessem presentes entre as mulheres do campo, a *circulação cultural* permitia que os padrões de comportamento feminino circulassem. Campo e cidade, contavam com sujeitos em constante movimento, fazendo com que as ideias se deslocassem.

A escola foi uma dessas alternativas encontradas. O movimento legitimado sobre a mulher educadora do lar fez com que a educação feminina permanecesse ligada ao ambiente doméstico. Ensinadas a ler, escrever e cuidar da família, as poucas que tinham acesso à educação passaram a ser responsáveis pelo ensino das crianças que eram o futuro da nação. Conciliando o discurso da mulher cuidadora e as demandas do mundo capitalista, começava a ser aceitável em alguns grupos sociais que elas trabalhassem para ajudar os maridos. Assim o magistério foi uma importante alternativa para ocupar o espaço público (SAFFIOTI, 2013).

2.4 De casa para escola: Educação e profissionalização

O avanço do feminismo na Europa e Estados Unidos alcançou as mulheres brasileiras para a reivindicação por oportunidades profissionais (MOTT; MALUF, 1997). Quando saíam para trabalhar e conseguir uma profissão, objetivavam o sustento da família e não a realização pessoal. Os espaços educativos melhoraram, no entanto, eram ligados ao lar.

Esse progresso feminino, no entanto, precisa ser tomado com cautela, uma vez que havia certos limites para a aspiração feminina: eram inúmeros os empecilhos ao acesso a determinadas profissões. As ofertas disponíveis, em geral, estavam próximas daquilo que se considerava uma extensão das atribuições das mulheres: professora, enfermeira, datilógrafa, taquígrafa, secretária, telefonista, operária das indústrias têxtil, de confecções e alimentícia (MOTT; MALUF, 1997, p.402).

Considerando os discursos de formação da figura feminina fortemente propagados no início do século XX, na condição daquela que deveria cuidar do lar, da família e do futuro da nação, cabia a ela, também, na conjuntura de *a outra*, assumir os encargos das profissões que não despertavam os interesses masculinos e nem se enquadravam nos ideais de masculinidade pregados na época.

Estando sujeita a vontade de outrem, era destinada a elas uma profissionalização doméstica, enquanto os homens seguiam para o ensino secundário voltado ao ensino superior.²² Logo no ensino primário, as moças aprendiam a ler e escrever, as quatro operações e, na sequência, a cozinhar e a bordar. Dependendo da condição social, algumas poderiam se dedicar a outras disciplinas, como nos conventos em que aprendiam música e latim (RABELO; COSTA; MARTINS, 2015).

As distinções sociais somadas ao descuido e despreparo com a educação, permitiram que as escolas funcionassem nas casas das/dos professores/ professoras ou fazendas, muitas vezes em péssimas condições, justificando um dos motivos para a altíssima taxa de analfabetismo. A educação era algo muito restrito a alguns/algumas pessoas das camadas sociais privilegiadas da sociedade, fazendo com que as mulheres enfrentassem essa barreira e a *dominação masculina*, somada a outros fatores que distinguem as mulheres, como a raça.

De acordo com o mapa do analfabetismo de 2001, percebemos numericamente como maior parte da população brasileira não tinha acesso ao ensino durante o século XX.

Tabela 1: Analfabetismo na faixa de 15 anos ou mais – Brasil – 1900/2000

Ano	População de 15 anos ou mais		
	Total ⁽¹⁾	Analfabeta ⁽¹⁾	Taxa de Analfabetismo
1900	9.728	6.348	65,3
1920	17.564	11.409	65,0
1940	23.648	13.269	56,1
1950	30.188	15.272	50,6
1960	40.233	15.964	39,7
1970	53.633	18.100	33,7
1980	74.600	19.356	25,9
1991	94.891	18.682	19,7
2000	119.533	16.295	13,6

(Fonte : IBGE *apud* Mapa do analfabetismo no Brasil, 2001.)

Com esse cenário, antes de 1930 eram muito poucas as mulheres que se diplomavam a partir do secundário. As escolas normais permaneceram por um longo período como uma importante alternativa para profissionalização feminina, isso auxiliaria

²² “A contradição reside no fato de que o curso secundário era o único a permitir o ingresso direto nos cursos superiores. Se, no nível secundário de estudos, a mulher deve receber educação especial orientada para a “natureza feminina de sua personalidade” e tendo em vista “sua missão no lar, é esse curso que sem distinções pode conduzi-la aos bancos das escolas superiores” (SAFFIOTI, 2013, p. 321).

financeiramente o grupo social a qual essa mulher pertencia.

O ramo tradicionalmente açambarcado pelas mulheres foi, sem dúvida, o ensino profissional normal. Os homens não atingiam aí sequer 10% do número de mulheres... O corpo docente das escolas primárias chegaria a ser quase totalmente feminino, como era o caso do Rio de Janeiro em 1935, em que as mulheres representavam 99% dos professores do ensino elementar (SAFFIOTI, 2013, p.313).

Em 1925, a primeira escola da cidade de Viçosa, o Grupo Escolar Coronel Antônio da Silva Bernardes²³, tinha 100% do corpo docente constituído por mulheres²⁴. No entanto, a direção, tesouraria e secretaria, espaços da administração e poder dentro da escola, eram ocupados por homens.

Esse cenário de exclusividade feminina na cidade foi consequência da formação normal iniciada em 1914 com a Escola Normal anexa do *Gymnasio de Viçosa* (PANIAGO, 1990). Pouco depois, em 1917, o curso normal passou a ser administrado por Irmãs Carmelitas da Divina Providência vindas de Cataguases para o fortalecimento de uma educação moral baseada nos princípios católicos. As Carmelitas ficaram responsáveis pela educação das jovens viçosenses, “deveriam elas consolidar os valores religiosos, éticos e morais inculcados pelos primeiros sacerdotes do município no seio da população” (PANIAGO, 1990, p.144). Contudo, seguindo a desigualdade educacional brasileira, não era uma educação para todas as viçosenses, “somente filhas que pudessem arcar com o ônus do pagamento das mensalidades, ficando reservada à outra parte da população a educação no curso primário do Grupo Escola Cel. Antônio da Silva Bernardes” (PANIAGO, 1990, p.144). Ao mesmo tempo em que essas escolas eram implementadas, continuavam funcionando as escolas particulares nas casas das professoras, muitas passaram a oferecer cursos preparatórios para ingressar no Grupo Escolar e Escola Normal.

Era uma educação básica para poucos e poucas. “O sistema de ensino existente era para atender a elite e não respondia as aspirações do momento” (PIMENTEL; FREITAS, 2012, p. 935). Assim cria-se um sistema de ensino para aqueles e aquelas que começavam a lidar com a modernização, explicitando um modelo de escola que é dividido em duas funções na sociedade capitalista: “a reprodução da cultura e a reprodução da estrutura de classes” (PIMENTEL; FREITAS, 2012, p. 936).

²³ Fundado em 1916.

²⁴ As professoras eram Anna Macário Soares, Francisca Soares, Sylvania da Silva Araújo, Francisca da Costa Val, Maria Val de Castro, Paulina de Assis, Márcia Loureiro, Etelvina Brandão de Rezende, Anna da Conceição Machado, Dylia Pieri e Sylvania Del Giudice, esta última de trabalhos manuais (PANIAGO, 1990).

O casamento tinha um valor social superior à carreira profissional e era um grande empecilho na qualificação da força e trabalho feminina. Casamento e carreira muitas vezes eram vistos como oposições. Além de ser colocadas como vocação, as escolas normais eram uma forma de seguir nos estudos, pois normalmente era o máximo de instrução permitida às mulheres. Muitas não chegavam a concluir nem mesmo essa etapa em função das promessas de casamento. Geralmente, o curso era usado como forma de esperar marido e tornava-se critério para ser escolhida. Os cursos costumavam incluir disciplinas como Puericultura, Economia Doméstica e Psicologia Infantil.

A instrução de nível superior não é suficientemente valorizada pela sociedade brasileira, a ponto de impelir o elemento feminino a disputar as poucas vagas existentes nas escolas superiores. Por outro lado, o namoro precoce e a educação voltada para o casamento constituem desestímulos ao prosseguimento dos estudos. Dado o estágio de desenvolvimento econômico da sociedade brasileira e a escassez de mão de obra qualificada, a profissionalização se tem feito apesar do grau relativamente baixo de instrução dos trabalhadores (SAFFIOTI, 2013, p. 326).

As mulheres que tinham acesso à instrução e possibilidades de ingressar no mercado de trabalho corriam o risco de se tornarem concorrentes dos homens, desestabilizando a ordem social, de forma que poderia ocasionar o abandono do lar ou o apego a uma vida luxuosa que não seria facilmente mantida pelo provedor da família. Os salários também precisavam ser mais baixos, pois seus rendimentos eram apenas complementares. Além disso, as mulheres poderiam comprometer sua feminilidade e perder “os privilégios de seu sexo”. Trabalhar era para as mulheres “solteironas”, posto que o casamento exigia dedicação exclusiva (COSTA, 2016).

A ausência de uma trajetória escolar explica a dificuldade de acesso feminino ao ensino superior. Enquanto o nível primário e secundário dos meninos era preparatório para ingressar nas faculdades, as meninas eram preparadas para servir o lar. Os cursos superiores em que estavam presentes eram em sua maioria Farmácia, e em segundo lugar Medicina juntamente com Odontologia. Segundo Heleieth Saffioti (2013), isso era consequência da desvalorização com a profissão do farmacêutico e a relação com áreas do cuidado, assim a procura masculina era muito restrita. Para a autora, ao referir-se ao Brasil como um todo, “a mulher não havia realmente penetrado nas escolas superiores, em números significativos, até 1930” (SAFFIOTI, 2013, p.312).

A primeira mulher a conquistar um diploma de Medicina foi Maria Augusta Generosa Estrela (1860- 1946) em 1881, através de uma bolsa para estudar nos Estados

Unidos disponibilizada pelo imperador D. Pedro II. Posteriormente, a mesma recebeu o grau de “doutora em medicina” pelo *New York Medical College and Hospital* e, durante o tempo que esteve nos Estados Unidos, Maria Augusta criou a Revista *A Mulher* que defendia que as mulheres tem a mesma capacidade que os homens. Ela serviu de inspiração para que, a partir do decreto n° 7.246 de 19 de abril de 1879, as mulheres passassem a ter permissão para entrar no ensino superior, contudo, poucas tinham a instrução básica para ingressar devido à ausência de uma trajetória escolar (COSTA, 2016).

A tabela seguinte apresenta o nome de algumas mulheres que além de concluir o curso puderam exercer a profissão no Brasil, até mesmo entre as pioneiras.

como a já citada médica Maria Augusta Generoso Estrela e a cirurgiã-dentista Antônia d’Ávila, que concluíram com êxito seus estudos no exterior. Houve outras, ainda, que, apesar de ingressarem e concluírem os estudos superiores no Brasil, não puderam exercer a profissão, como Maria Fragoso, Maria Coelho e Delmira Secundina da Costa, que concluíram os estudos em 1888, e Maria Augusta C. Meira Vasconcelos, em 1889, todas na Faculdade de Direito de Recife. Algumas como Maria Fragoso, Maria Coelho e Delmiro Secundina da Costa não puderam exercer a profissão (COSTA, 2016, p. 57).

Tabela 2: Mulheres pioneiras na conclusão de Cursos Superiores no Brasil

Ano de conclusão do curso	Nome	Curso	Instituição
1887	Rita Lobato Velho Lopes	Medicina	Faculdade de Medicina da Bahia
1888	Maria Luiza Torrezão de Surville	Farmácia	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro
1898	Mirthes Gomes de Campos	Direito	Fac. Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do RJ
1899	Isabella Von Sydow	Odontologia	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro
1915	Maria Eulália da Costa	Agronomia	Escola de Agronomia e Veterinária (UFPEL)
1919	Edwiges Maria Becker	Engenharia	Escola Politécnica do Rio de Janeiro
1926	Maria Rita de Andrade	Direito	Faculdade de Direito da Bahia
1937	Yolanda Monteux	Física	Fac.e de Filosofia, Ciências e Letras da USP
1950	Liene de Jesus Teixeira	Agronomia	Universidade Rural do Estado de Minas Gerais

FONTE: COSTA, 2016- Adaptado.

A primeira mulher branca a se graduar no Brasil foi Rita Lobato em 1887, no entanto, apesar de não ter sido ressaltado na tabela de Priscila Costa (2016), a primeira mulher negra foi Maria Rita de Andrade, pela Faculdade de Direito da Bahia quase quarenta anos depois, em 1926 (COSTA, 2016). Demonstrando, assim, que para além da desigualdade de gênero, a estrutura racial do Brasil delimitava os grupos que tinham acesso à educação.

Finalmente, é importante observar que essas mulheres, pioneiras nas suas respectivas áreas, eram, pela análise de suas biografias, em sua maioria, oriundas de famílias abastadas e de cor/raça branca. Se para elas já pesava uma discriminação muito forte, por conta do sexo, para as mulheres negras, pardas ou indígenas essa discriminação era potencializada por conta da etnia e/ou origem social (COSTA, 2016, p. 58).

O critério classe e raça não é exclusivo às mulheres, o acesso masculino também diz respeito à posição racial desses homens. De acordo com Angela Davis (2016), o povo negro precisa lidar com os séculos de privação educacional gerados pela escravidão para satisfazer seu desejo de aprender e atingir ascensão social. É comum separar esses grupos como se apenas as relações de gênero determinassem suas condições, no entanto, outras estruturas socialmente estabelecidas também as definem. Davis (2016) analisa a importância em compreender a categoria mulheres marcada pela noção de raça e classe, pois é fundamental para o lugar social de cada mulher, entende-se através dessa colocação como as generalizações silenciam²⁵. Ao longo dessa pesquisa, nos referimos a homens e mulheres brancos e brancas que faziam parte das elites, porquanto ingressar no ensino superior em um país que começava a investir na educação pelo progresso era um grande privilégio.

Visto como tradicional, o Brasil teve entre 1945 e 1964, com os *anos dourados*²⁶, a esperança pela modernidade, fazendo com que a classe média e o proletariado industrial crescessem mais com a oferta de emprego, permitindo que as mulheres fossem requisitadas em certas áreas, incentivando a instrução feminina.

Este, aliás, foi um período marcado por contradições no que se refere ao status social da mulher. As transformações urbanas acabaram impondo novos espaços e modos de convívio social que abrangiam aspectos que iam desde o convívio nas ruas, espaços públicos até o relacionamento familiar no espaço privado. Falava-se sobre a “emancipação feminina” que, desde o final século XIX, vinha sendo discutida na Europa e Estados Unidos; verifica-se um aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho; difundia-se, no início dos anos 1960, a pílula anticoncepcional; assistia-se a importantes transformações culturais (teatro, literatura, artes) e a popularização do cinema como produto cultural de massa (COSTA, 2016, p. 62).

²⁵ Kimberle Craenshaw, em finais do século XX, denominou essa sobreposição e intercepção de opressões como interseccionalidades, o que levou ao conceito de Teoria Interseccional (RIBEIRO, 2017).

²⁶ Nome dado aos anos 50 pelos grandes avanços científicos, mudanças culturais e comportamentais da população brasileira. Os meios de comunicação passaram a contar com as transmissões da televisão. Enquanto isso a bipolarização do mundo era dominada pelos Estados Unidos e União Soviética com a Guerra Fria (SOUZA, 2009).

Apenas com essas melhoras, as mulheres conseguiram traçar uma carreira profissional superior. Tanto na colônia, no Império e na Primeira República, as mudanças no ensino feminino foram muito minuciosas. O ensino superior foi algo conquistado, de forma geral, muito lentamente, com instituições como a Igreja, Família e Estado delimitando a formação e legitimando o acesso a educação como exclusivo aos homens. Para compreender esse acesso ao ensino superior é necessário entender a trajetória do desenvolvimento da educação no Brasil.

Somente na década de 1950, as mulheres estavam no ensino médio em número mais igualitário ao de homens, e a partir da década de 1970 ocorreram transformações significativas que permitiram o ingresso em outros níveis de instrução. Mas apesar disso, as áreas eram pensadas para conciliar maternidade e carreira, continuavam entrando nos cursos com aceitação social, temia-se a “mulher culta”.

Percebe-se, pois, que a expansão do ensino superior na década de 1970 foi determinada pelo acesso das mulheres a esses níveis de ensino. No entanto, deve-se atentar para o fato de que, se outrora as mulheres eram excluídas do ensino superior, seja por restrições e cultural, nos anos 1970, por sua vez, surge uma nova forma de discriminação contra a mulher já que a discriminação não se efetua mais através do impedimento de acesso ao sistema educativo, mas se transferiu para seu interior, manifestando-se através da segregação sexual que se verifica nos cursos superiores de diferentes áreas (COSTA, 2016, p. 67).

As áreas com predominância feminina foram e ainda são muito definidas em função de uma sociedade conservadora que tenta se reestruturar para atender a modernização. Seguindo uma cultura que determina os papéis de gênero, criando mulheres e homens para atender a esses padrões, as profissões procuradas por cada sexo continuavam contando com a presença feminina maior em cursos relacionados aos cuidados. O histórico de “feminização do magistério” e a força conquistada pelas escolas normais deixam os resquícios de uma predominância feminina no ensino básico. No entanto, o incentivo aos programas de pós-graduação (a partir do final do século XX) e o fortalecimento das lutas feministas têm permitido um fortalecimento das pesquisas sobre a condição feminina em diversas áreas do conhecimento, inclusive pensando nas estruturas culturalmente criadas para sua legitimação e instrução feminina.

2. A ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA E VETERINÁRIA E A PRESENÇA FEMININA

A Escola Superior de Agricultura e Veterinária surgiu nesse contexto de valorização do progresso para atender a uma demanda de desenvolvimento agrícola que foi entendida como de extrema importância, uma vez que as bases da economia brasileira foram dependentes da agricultura. O antagonismo entre o campo e a cidade colocou a vida campestre como inferior diante das possibilidades trazidas pelas cidades. A industrialização e urbanização foram propagadas como as grandes chaves para o progresso, no entanto, isso se concentrou em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo.

Somando os interesses políticos e as medidas para o desenvolvimento da agricultura, a criação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária foi um importante espaço para a consolidação de uma metodologia de ensino que ultrapassava os limites da sala de aula e partia para a prática. Muito atenta ao “Aprender Fazendo”, a ESAV procurou se manter próxima aos agricultores na construção de conhecimento, muito pela necessidade de conquistar espaço para a valorização das ciências agrárias.

Diante de um local pensado por e para homens, as mulheres se fizeram presentes através dos cursos profissionalizantes. Voltadas a atender o papel socialmente definido de “colaboradoras” do processo de construção dos “líderes da modernização agrária”.

3.1 A Escola Superior de Agricultura e Veterinária

Como mostrado anteriormente, a modernização das cidades brasileiras teve como referência as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo que se constituíram desde esse momento como os grandes centros da época. Em Minas Gerais, esse processo foi galgado por meio de um viés diferenciado, visto que apesar da criação de Belo Horizonte²⁷ em 1897, os moldes do desenvolvimento mineiro pautaram-se em suas raízes campestres. Após o *boom* do café na virada para o século XX, a agricultura ditava ainda mais a economia mineira que, por sua forte representatividade política, conseguiu buscar uma perspectiva modernizadora para além dos moldes da urbanização.

²⁷Belo Horizonte era denominada Cidade de Minas em 1897 e recebeu o atual nome somente em 1901 (OLIVEIRA, 2018).

Em um estudo comparativo sobre as localidades mineiras, Wirth (1982) demonstra que os novos valores de modernização e industrialização colocavam o estado em uma posição distanciada e conservadora no novo cenário. As tendências progressistas que valorizavam a indústria, não permitiam a permanência de Minas Gerais na posição central que havia ocupado por muito tempo, de acordo com Wirth (1982, p.41):

Em 1920, o produto agrícola e industrial bruto de São Paulo era o dobro do de Minas. Desenvolveu-se uma situação neocolonial que os mineiros não conseguiram inverter: Minas deixava partir pessoas e matéria-prima, São Paulo enviava manufaturados e alimentos processados.

Desse modo as formas de progresso precisaram seguir outros moldes em Minas Gerais, cada zona²⁸ desenvolveu em um tempo e tipo de economia particular, “dando ao estado uma longa história de crescimentos desarticulados e descontínuos” (WIRTH, 1982, p. 41). Porém, diante dessa desarticulação, a Zona da Mata, Sul e Triângulo, conseguiram um desenvolvimento maior no início da República pela proximidade aos polos de crescimento, Rio de Janeiro e São Paulo.



Figura 1: Divisão das zonas mineiras no início do século X

(Fonte: WIRTH, 1982, p. 42)

Apesar de ocupar uma posição inferiorizada na economia em relação a São Paulo, a força política mineira facilitava a manutenção e desenvolvimento, pois contava com apoio

²⁸ O autor não considera que o estado tenha sido dividido em regiões entre o século XIX e XX e opta por denominar como zonas. Minas seria um mosaico de sete zonas (Triângulo, Leste, Oeste, Norte, Centro, Mata e Sul) (WIRTH, 1982).

das autoridades federais e estaduais sustentadas pela política do café com leite²⁹. Dentro do estado, as três zonas mais populosas foram as que tiveram maior participação política: Zona da Mata: 36%; Centro: 26%; Sul: 20%; demais: 18%. O centro destacou-se pela construção da capital Belo Horizonte em 1897, e a Zona da Mata e Sul pelo desenvolvimento da cafeicultura no século anterior (VISCARDI, 2009). Como demonstra o quadro abaixo:

Tabela 3: Ocupação Regional da Presidência do Estado de Minas

Regiões	1888-1898	1898-1918	1918-1930
Centro	33,33	16,66	20
Mata	13,33	0	60
Sul	0	83,33	0
Vertentes	33,33	0	0
Oeste	0	0	20
Outros	20	0	0

(Fonte: VISCARDI, 2009.)

Conforme a tabela apontada, percebemos as relações entre a força política e os investimentos em uma modernização agrícola que é revestida na construção das Escolas Agrícolas. No período de construção da Escola Agrícola de Lavras³⁰, entre 1898 e 1918, 83,33% dos governantes eram da região Sul. Em 1926, período entre 1918 e 1930, 60% dos governantes eram da Zona da Mata, foi criada a Escola Superior de Agricultura e Veterinária em Viçosa. Dessa forma, há evidências que a criação de algumas escolas superiores atendeu a interesses regionais, os governantes responderam as suas próprias localidades, confirmando a teoria de Wirth quanto a um mosaico marcado por uma forte diferença no desenvolvimento econômico e as políticas voltadas para os interesses locais.

Esse cenário de representações políticas e modernizações, somado a tentativa de recuperação econômica da posição em que esteve com o *boom* da Zona da Mata

²⁹ Acordo durante a República Velha (1889-1930) entre oligarquias para que o cargo de presidente da República alternasse entre governante mineiro e paulista, mantendo assim o poder político e econômico concentrado no sudeste brasileiro (WIRTH, 1982).

³⁰ A Escola Agrícola de Lavras foi fundada em 1908, período em que a tabela acima apresentada demonstra predominância da região Sul na presidência do estado. Em 1938, a instituição passou a ser Escola Superior de Agricultura de Lavras (ESAL). Em 1963, foram federalizadas e em 1994 tornou-se universidade, hoje conhecida como Universidade Federal de Lavras (UFLA) (ROSSI, 2010).

cafeicultora, nos permite construir fundamentos para compreender o surgimento da Escola Superior de Agricultura e Veterinária, objeto central desse estudo.

De acordo com um levantamento de Bello Lisbôa e o médico João Baptista Brito, a mão de obra existente no início da construção da ESAV era 92% analfabeta e todos sofriam de alguma doença, fatos que teriam dificultado o desenvolvimento da obra. A doença que assolava a população viçosense não era algo isolado. Conforme colocado Wirth (1982, p.55).

A doença e morte ameaçavam todas as classes em Minas. No entanto, naquela sociedade dispersa e rural, poucos perceberam até que ponto as doenças eram endêmicas, o que só foi feito em 1912, quando as primeiras pesquisas médicas no interior foram conduzidas pelo Instituto Osvaldo Cruz no Rio.

Segundo o autor, Minas pautava-se no progresso e tomava como referência o sucesso do combate à febre amarela empreendido no Rio de Janeiro por meio das campanhas sanitárias, porém, os mineiros e mineiras “não viram a paisagem poética imaginada pelas cidades, mas “pedaços do purgatório” povoados de seres humanos doentes” (WIRTH. 1982, p. 56).

Diante dos empecilhos, foram criadas estratégias para o enfrentamento dessas limitações. De acordo com Azevedo (2005), Bello Lisboa criou uma caixa beneficente dos próprios trabalhadores da obra que permitiu “a promoção de uma educação para o trabalho” (AZEVEDO, 2005, p. 72). Os operários contaram com um serviço de saúde que, somente no sétimo ano de combate, chegou próximo de eliminar as doenças. A educação precisou tratar do analfabetismo, higienização, disciplina, ética e moral dos funcionários:

Foram feitas semanalmente preleções pelo Engenheiro Chefe, com assistência de todos os encarregados de serviço, versando sobre assumptos educativos. Atribuimos a este trabalho a perfeita ordem e disciplina que sempre reinaram, durante a construção, nas dependências da Escola. Muitos assumptos foram tratados com vantagem, entre estes: combate ao álcool, pontualidade ao trabalho, não serem usadas armas; males causados pelo jogo, desgraças de syphilis; amor a pátria, respeito às autoridades, organização de família, etc. Os encarregados de serviço tinham o dever de transmitir aos companheiros (empregados), os assumptos tratados nas reuniões, que sempre se realizaram ao sabbados, após o pagamento- semanal, ocasião muito oportuna para semelhante obra (LISBOA, 1929).

Tais demandas demonstram a rotação dos modelos, o *land grant colleges* adaptou-se ao que a realidade local solicitava. Os altos índices de analfabetismo local exigiram uma adaptação para o uso do exemplo idealizado, não bastava incluir um curso de ensino superior com os padrões modernos, era preciso adaptá-lo. Diante disso, em 26 de fevereiro de 1923, foi criada a Escola Cooperativa para empregados, seus filhos e filhas. Funcionou

no formato de cooperativa, com o pagamento de uma caixa beneficente pelos funcionários, para atender demandas básicas como assistência médica, medicamentos e educação (AZEVEDO, 2005).

Fabrizio Silva e Vera Borges (2007) nos mostra que a criação da ESAV colocou o empirismo agrícola como solução para as desigualdades mineiras, uma vez que se consolidou a noção de que o produtor rural estava relacionado ao “uso ou não uso” das técnicas modernas. Nos dizeres de Silva e Borges (2007. p.179), “tratava-se de eliminar o modo de vida do Jeca Tatu³¹ — “o caipira mineiro”, que segundo as elites do período em estudo era resistente ao “progresso”, à civilização do país e estava sempre de “cócoras” para a racionalização da agricultura mineira”.

O movimento para que a educação da ESAV não se transformasse em livresca, aproximou a escola dos fazendeiros mineiros. Segundo Silva e Borges (2008), esse ensino prático era também uma estratégia para atrair os filhos de agricultores e promover uma renovação técnica e sociocultural do campo. Conforme a metodologia preceituada por Rolfs, construiu-se um modelo de produtor ideal, o moderno, pois era preciso combater os métodos arcaicos. Nesse contexto, os alunos eram formados para serem líderes do projeto de modernização do campo, o que não significa dizer que era um projeto para atender toda população campesina. Percebemos esse direcionamento no público denominado presente no estatuto de criação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas, conforme excerto abaixo:

Dedicada especialmente aos fazendeiros mineiros, visa, de modo “especial, a educação agrícola de seus filhos e o aumento da riqueza das fazendas pela aplicação dos métodos mecânicos modernos, pelo aperfeiçoamento das culturas existentes e pela introdução de novas espécies de plantas e animais. A Escola possui todos os característicos de um grande e moderno estabelecimento agrícola: campos de cultura, edificações rurais, animais, pastagens, etc. (ESTATUTO, 1929).

Do mesmo modo que Rolfs era estrangeiro, outros professores oriundos do exterior foram igualmente sondados para lecionar na instituição. A contratação contava com uma seleção elaborada pelos dirigentes da Escola, era preciso encontrar profissionais formados, experientes e habituados à vida no campo e ao ensino prático. Além disso, a conduta moral era um fator muito importante para que o professor compreendesse e se adequasse à pedagogia da ESAV. Desse modo, nos primeiros anos, a instituição contava com “docentes

³¹Jeca Tatu é um personagem do livro *Urupês* criado por Monteiro Lobato, inspirado no trabalhador rural que passa a representar a situação do caipira brasileiro diante do abandono do poder público em relação às pessoas do campo, o que gera uma vida de pobreza marcada por doenças ligadas à falta de higiene (WIRTH, 1982).

brasileiros, norte-americanos, alemães, russos e dinamarqueses, que muito auxiliaram para a instalação e equipamento de laboratórios e oficinas, de organização didática e de atividades nos departamentos e nas seções de trabalho da ESAV” (AZEVEDO, 2005, p. 130). No entanto, esse perfil adequado de professores não entendia as mulheres como uma possibilidade, não há relatos de professoras para ocupar os cargos. O corpo docente esaviano, nos momentos iniciais, foi exclusivamente composto por homens.

A ausência feminina permite uma importante reflexão acerca da “feminização do magistério”, pois apesar das mulheres serem aceitas nas áreas voltadas ao cuidado, como a sala de aula, não era sempre que isso acontecia. Quando essa diligência envolve uma situação de poder, como as Escolas Superiores e Universidades, os homens assumem o domínio. O corpo docente dos cursos superiores era exclusivamente masculino, enquanto a escola de formação básica da instituição, em 1924, contava com a presença feminina da Professora D. Belmira do Carmo. A ausência de uma trajetória acadêmica devido à demora em acessar a educação é uma das justificativas, contudo, essas amarras da construção social que coloca as mulheres em posição de submissão e preparada para o cuidado do lar e do casamento é um importante fator.



Figura 2: Professora D. Belmira do Carmo com alunos da primeira turma da escola anexa à ESAV, em 1927.

(Fonte: LOCUS UFV, 2018).

A Escola, fundada antes mesmo da ESAV, se concentrava sobre a necessidade de formação moral e disciplinar dos funcionários da ESAV, além disso, o oferecimento do ensino aos filhos e filhas dos empregados atendiam ao modelo expansionista e modernizador que reconhecia a necessidade em eliminar as mazelas do Brasil para atingir o progresso.

De acordo com a imagem da professora, alunos e alunas da Escola da Cooperativa, percebemos que foi um importante espaço de acesso para mulheres negras a educação, uma vez que ao observar outras imagens apresentadas ao longo desse estudo, é perceptível a completa ausência de mulheres negras acessando a Escola Superior, no período trabalhado. Como já apontado, tal recorte é fundamental para compreensão das distinções existentes na categoria mulheres.

As mulheres que frequentavam a ESAV ocupavam cargos aceitáveis a elas ou vinham acompanhadas de seus esposos, trazendo demandas por um estilo de vida semelhante ao que levavam em suas origens. A proposta para recebê-los precisava ser muito atraente, pois vinham com suas famílias para o interior de Minas Gerais para atuar em uma instituição ainda em desenvolvimento. Essa chegada acompanhada junto às famílias permitiu que as mulheres estivessem presentes desde o início das atividades na instituição. Vivendo nos imóveis destinados aos docentes, tinham a ESAV como um verdadeiro quintal.

As moradoras da ESAV também se organizaram no ambiente masculino. Para o Natal de 1936, essas senhoras se reuniram durante as quintas-feiras para planejamento do evento. Em 31 de dezembro de 1936, juntamente com outras funcionárias da instituição, não se conformaram em ficar apenas nesses encontros e com o intuito de manter as reuniões criaram a *Associação das Senhoras da E.S.A.V.* Porém, para homenagear a memória de Effie Rolfs³² que almejava construir uma instituição beneficente, o nome passou a ser *Associação Feminina “Effie Rolfs”*.

A Associação foi composta exclusivamente por mulheres. Em seu primeiro ano, ocupavam os seguintes cargos: Presidentes honorárias: D. May Griffing e D. Armia de Faria Alvim; Presidente: D. Hermengarda Gomes de Souza; Vice- Presidente: D. Memorina de Bittencourt Araújo; Secretária: D. Julia Duarte Corrêa; e Tesoureira: D. Celeste Pereira de Mello. Voltadas ao trabalho beneficente, costuravam roupas para doar aos filhos de operários no Natal e também prestavam serviços ao hospital da cidade. Em 1939, a associação já era constituída por vinte e cinco mulheres.

³² Effie Rolfs chegou ao Brasil em 04 de fevereiro de 1921. Na ESAV, buscou construir uma instituição beneficente, porém faleceu em Gainesville, Flórida, em 31 de março de 1929 (PIONEIROS UFRV). Em consequência da posição historicamente ocupada pelas mulheres, as poucas informações sobre ela estão muito vinculadas ao marido, Peter Henry Rolfs, uma vez que ele foi um dos responsáveis pela construção da ESAV.

As reuniões se efetuam de quinze em quinze dias, das duas às cinco da tarde, cada vez em casa de uma das associadas e, durante esse tempo trabalha-se na confecção de roupas para os filhos de operários da escola, as quais deverão ser distribuídas no dia de Natal, com brinquedos e balas. Em geral, no primeiro semestre do ano a Associação trabalha para o hospital da cidade de Viçosa.

A Associação tem contribuído materialmente em auxílio dos operários, pagando mesmo diárias no hospital, auxiliando também desta maneira às pessoas de suas famílias (ESAV, 1939).

Apesar do poder do patriarca ultrapassar o espaço doméstico e negar às mulheres uma participação política nas cooperativas, associações de produtores rurais e atividades que envolvam a tomada de decisões e controle de poder (PINHEIRO, 2016), a *Associação Feminina “Effie Rolfs”* foi pioneira na articulação feminina dentro da ESAV. Lembradas apenas como esposas dos professores, essas mulheres usaram do contexto para se reinventarem e criar outros modos de existir dentro da instituição.



Figura 3: Integrantes da Associação Effie Rolfs

(Fonte: ESAV, 1939)

Dentre as integrantes estava Sra Germana de Carvalho, admitida como funcionária da ESAV em 1929 para compor a equipe de funcionários da secretaria. Germana inaugurou a presença feminina dentro dos cargos distribuídos por uma ESAV hegemonicamente masculina. Mais tarde, foi auxiliada por Sra. Hermengarda Gomes e Souza. Essas mulheres na

função de administradoras do internato³³ estão entre as primeiras funcionárias da instituição, fato que aponta a movimentação apresentada no capítulo anterior sobre o deslocamento do privado para o público. Essas mulheres administravam o lar existente na Escola Superior, o internato era a casa de muitos estudantes que não podiam voltar para seus lares frequentemente.



Figura 4: Grupo de encarregados de serviço da ESAV

(Fonte: ESAV, 1929)

As movimentações das mulheres somadas aos objetivos extensionistas da Escola Superior permitiram a organização dos primeiros eventos para o público feminino. Na gestão de João Carlos Bello Lisboa³⁴, visando o princípio de valorização do ensino prático,

³³A preocupação com uma formação prática e extensionista exigiu um ensino em tempo integral, conseqüentemente criou-se uma infraestrutura para permanência desses jovens. Foi construído o serviço de dormitório, refeitório, lavanderia, assistência médica e o internato com um regime que buscava estender a formação dos alunos para além das aulas. Tais serviços, semelhantes aos necessários em um lar, pode ter sido um importante espaço para ingresso profissional feminino. Até o primeiro semestre de 1928, o internato não havia sido finalizado, o que fez com que os alunos ficassem alojados provisoriamente no porão do prédio principal.

³⁴ Nasceu em Vassouras, Rio de Janeiro, no dia 18 de agosto de 1892. Oriundo de uma família de pessoas influentes, estudou na Academia do Comércio, em Juiz de Fora, com desconto oferecido pelos padres e a partir do seu rendimento passou a receber bolsa integral. Estudou na Escola de Engenharia de São Paulo e depois, por motivos de saúde foi para Escola Politécnica do Rio de Janeiro, onde terminou o Curso de Engenharia Industrial, Mecânica e Elétrica, e recebeu o grau de Agrimensor e Contador. Em 1918 foi secretário de uma comissão de estudos sobre plantas fibrosas e indústrias têxteis, nas Índias Inglesas. Trabalhou em Ponte Nova na reforma urbanística da cidade, construindo diversas obras e fornecendo energia elétrica e calçamento. Esse trabalho lhe rendeu uma Medalha de Ouro e em 1922 tornou-se engenheiro auxiliar das obras de Viçosa. Encontrou na

foi criada no plano prévio a *Semana dos Fazendeiros* e a *Semana das Fazendeiras*, seguindo as *Farmer's Week*³⁵ criadas em 1914 pelos *Land Grant Colleges*

(...)

Art. 20. A Escola organizará, anualmente, as “Semanas dos Fazendeiros” e “a das Fazendeiras”, de acordo com o plano prévio que lhes der a Congregação.

Art. 21. A Escola organizará e fomentará a realização de exposições agrícolas, em sua sede ou fora dela, com o fim de divulgar bons produtos da lavoura.

Art. 22. Dentro das possibilidades, o estabelecimento, quando necessário e conveniente, organizará o ensino ambulante, visando melhorar as condições técnicas, econômicas e morais do povo rural, abrangidos por adultos e crianças.

Parágrafo único. A regulamentação desse serviço terá oportuna organização.

Art. 23. A Escola manterá o serviço de informações escritas e orais, devendo ser devidamente anotadas (DECRETO nº10.154, 16 de dezembro 1931).

Em julho de 1929, foi realizada pela primeira vez a “Semana dos Fazendeiros” com o intuito de manter o caráter prático da instituição e considerar as demandas apresentadas pelos fazendeiros. De acordo com esse mesmo Regulamento, a Escola atenderia a todos os graus e modalidades da economia rural, dentre os conteúdos a serem ministrados estavam os trabalhos relacionados à economia doméstica. Contudo, em 1931, as mulheres ainda reivindicavam que a *Semana das Fazendeiras* fosse colocada em prática. Diante de seus questionamentos, em 1931, foi realizado o *Curso Feminino Profissional*, três anos depois, em 1934, as mulheres ubaenses se organizaram para solicitar que a *Semana das Fazendeiras* fosse transformada em *Mês Feminino*, ambos eventos exclusivos ao público feminino.

3.2 Pioneirismo: Mulheres reivindicando espaço na ESAV

O entendimento do campo como caminho para a modernização somado ao reconhecimento da agricultura como a grande base para o progresso da Pátria contribuiu para uma institucionalização das ciências agrárias no início do século XX, no Brasil. Ao longo do tempo, a paisagem foi sendo valorizada e permitiu que as Escolas Agrícolas tivessem suas funções reconhecidas. Diferentemente de algumas áreas das ciências, a agrícola, inicialmente, não priorizou uma cultura científica associada ao laboratório,

ESAV, os 90% de analfabetos e 100% de doentes e trabalhou para modificação desse cenário. Contribuiu na construção da Escola e tornou-se professor de Engenharia Rural, em 1928 passou a ser Diretor. Em 1936, ao encerrar sua missão e contrato, tornou-se proprietário rural e industrial e depois foi Prefeito de Ubá e Uberaba. Faleceu em 13 de dezembro de 1973, em Belo Horizonte (BORGES, *et. al.*, 2006).

microscópio e biologia. Essas novas bases admitiram às mulheres uma saída da relação simbólica e difusa para ter uma presença crescente na profissionalização das atividades do campo (OLIVER; FIGUERÔA, 2007, p. 393).

Em contraste a isso, a capacidade física do homem esteve associada aos trabalhos no campo. A posição antagônica entre eles e elas é aqui usada para sustentar o jogo de transferências práticas e metafóricas, ou seja, mudanças que criam ações e sentidos dicotômicos para os homens e mulheres (BOURDIEU, 2012). Sendo a ESAV construída e pensada para um grupo restrito de homens capazes de assumir a liderança do projeto de modernização do campo, aceitar a presença feminina significava permitir que os homens mais fracos e menos qualificados também pudessem usufruir desse espaço de liderança modernizadora, pois até esses indivíduos eram considerados mais capazes que as mulheres. Essa situação gerou uma resistência à aceitação das mulheres nos meios de produção de conhecimento agrícola necessário ao progresso. Desse modo, era preciso colocá-las em espaços próprios, conforme versa Graciela Oliver e Silvia Figuerôa (2007, p. 382): “As escolas superiores de agricultura, lugar das ciências agrícolas, definitivamente, não eram lugares para mulheres, pois estas não poderiam exercer as suas potencialidades naturais”.

A proposta de inovação da Escola Superior de Agricultura somada às mudanças do início do século possibilitou a presença dos corpos femininos na ESAV. No contexto em que se colocava as mulheres como mão de obra auxiliar dos maridos no sustento do lar, a profissionalização, específica às habilidades naturalizadas para elas, não foi deixada de lado pela instituição. O Regulamento³⁶ de 1931 da ESAV trouxe a condução de trabalhos relacionados à Economia Doméstica, e como discutido no capítulo anterior, os cuidados relacionados ao lar ficavam sobre os encargos da mulher.

No dia primeiro de agosto de 1931, exatamente quatro anos depois do início do primeiro curso oferecido pela instituição, foi inaugurado um curso da ESAV para mulheres. O *Curso Feminino Profissional* contou com a presença de treze senhoras. Durante seu discurso, Bello Lisboa ressaltou que o curso seria a base para outros na instrução feminina na ESAV.

(...)o Exmo Sr. Dr. J. C. Bello Lisboa, inaugurou o curso com palavras que se dignoravam do acontecimento, dando esperança a todos presentes que tais cursos seriam o núcleo da Instrução profissional feminina, desta escola, numa obra cuja influencia, para o bem do Brasil, seria sentido em todos os pontos e que cuja magnitude só o futuro saberia (ESAV, 1931).

³⁶ Decreto n°.10.154, 16 de dezembro de 1931.

O tema da primeira aula do curso foi “As proteínas na alimentação humana”, lecionado pelo professor Albert Oliver Rhoad³⁷. As alunas fizeram uma observação de animais para ver o papel das proteínas na alimentação e em seguida foram ao laboratório de alimentos onde tiveram uma demonstração do valor das proteínas para os animais em crescimentos. Após esse momento, foi realizada a distinção e categorização de alimentos gordurosos. Mantendo os controles da relação mulheres-público na seleção de conteúdos e o método “aprender fazendo”, “a parte mais teórica da aula foi a explicação do modo pelo qual estes alimentos são aproveitados, rejeitados, armazenados e transformados e as partes digeríveis, no corpo do animal” (ESAV, 1931).

Apesar de o curso ser preparado e pensado para mulheres, as estruturas da dominação foram mantidas. A elas coube o papel passivo de acompanhar e receber o conhecimento transmitido pela figura masculina, pois o professor Rhoad foi colocado na posição de detentor de um conhecimento útil ao espaço feminino, ou seja, os homens definindo o que elas deveriam fazer no espaço que designaram a elas, uma vez que conheciam a cientificidade daquilo que deveria ser reproduzido no lar, lugar feminino por excelência neste momento.

Considerando o período entre a inauguração dos cursos na ESAV e a formação do primeiro curso para mulheres oferecido pela instituição, podemos compreender como se definiu a importância das mulheres nesse processo de modernização agrícola. No entanto, Oliver e Silva (2007) ressaltam que a participação feminina nas escolas agrícolas não era comumente interpretada como provedora da tão almejada modernização, elas eram tratadas como colaboradoras do processo, uma vez que deveriam focar na educação dos futuros líderes agrícolas.

O propósito de Bello Lisboa em fazer desse evento o primeiro de muitos que viriam foi concretizado somente quatro anos depois com a realização do *Mês Feminino*. Assim, como ocorreu a *Semana dos Fazendeiros*, um importante espaço de construção do conhecimento externo e prático almejado pela ESAV, Bello Lisboa solicitou apoio do Presidente do Estado para que se realizasse a *Semana das Fazendeiras*, como atesta o trecho da carta à Olegário Maciel (1930 – 1933):

Ilmo. E Exmo. Snr. Dr. Olegário Maciel, Muito Digno Presidente do Estado de Minas Geraes.
Excellentissimo Snr.

³⁷ Graduado pela Universidade da Pensilvânia, mestre em Laticínios pela Universidade Cornell foi professor de reprodução animal e manejo de aves na Universidade dos Estados Unidos. Em 1929, iniciou-se na ESAV e assumiu o Departamento de Zootecnia (BORGES, 2006).

Considerando o alto valor de nossa agricultura no alicerce do nosso edificio econômico;

Considerando a situação grave que os nossos compromissos financeiros externos e internos crearam para os brasileiros, chegando a preocupar seria e assustadoramente ás classes productoras com a formidável crise que vem atravessando o seu principal producto- o café;

Considerando a necessidade imprescindível de, para o ressurgimento e prosperidade do Brasil, haver uma colaboração efficaz de todos os brasileiros de boa vontade (inclusive a mulher), cada uma na sua esphera de acção;

Considerando que o maior passe da hora actual é de todos brasileiros em condições tomarem o rumo ao campo, onde está guardada a imensa riqueza de nossa Pátria;

Considerando que a mulher pode e tem muitas vezes que desenvolver ahi a sua actividade, cooperando vantajosamente para o augmento da nossa produção;

Considerando que essa produção precisa ser seleccionada, afim de se impor ao bom mercado;

Considerando que para haver tal selecção é necessário que luzes mais esclarecidas iluminem o campo escuro da rotina, onde ainda se debate a quasi totalidade dos agricultores;

Considerando que a Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais, com sede em Viçosa, tem sido, neste Estado, um pharól precioso de onde estão se irradiando para a lavoura ensinamentos práticos de immediata utilidade aos agricultores;

Considerando que nessa Escola já tem sufficiente desenvolvimento as secções de horticultura, avicultura, pomicultura- domínios intimamente affectos á acção da mulher-, para não falar na suinocultura, apicultura, floricultura, agronomia e pecuária, que também, muito de perto a interessam;

Considerando que, em nosso meio, muitas são as senhoras fazendeiras que dirigem, em pessoa, os serviços de sua propriedade

A mulher mineira, convencida de que os ensinamentos ministrados na Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Geraes, durante o curso dos fazendeiros, em julho, são de irretorquível utilidade prática e de real benefício á lavoura, representada pelas que abaixam assignam, vem á vossa presença, solicitar do patriótico e justiceiro espírito de V. Excia., a instituição na referida Escola, da Semana da Fazendeira, afim de que bebendo alli os preciosos conselhos que lhe serão dados por occasião dos cursos práticos sobre as questões que mais a interessam, passa estimular-se, desenvolver melhor a sua actividade, e mais efficazmente collaborar na obra benemérita da reforma de nossa agricultura- base do reerguimento e da consolidação de nosso aparelho econômico- alavanca poderosa que nos há de multiplicar as forças para bem alto levantarmos o nosso crédito.

Esperamos o deferimento de V. Excia., nos assignamos, com elevada consideração. Saudações mui respeitosas (LISBOA, 1931).

Ao longo da carta, é traçado um caminho para explicar a relevância de um evento dedicado às mulheres. A importância feminina ganha destaque no desenvolvimento do campo e o documento mostra como elas atuavam firmemente na direção das fazendas, antes mesmo de possuírem uma formação específica para isso. O entendimento do campo como salvador do progresso da Pátria e a presença de mulheres como responsáveis por fazendas, apontam considerações para chegar ao ponto em que as mulheres são importantes ao desenvolvimento.

É ressaltado, também, que nesse processo de progresso, cada um/uma deve estar na sua “esphera de acção”, ou seja, respeitando os limites impostos pelo poder. Esses são

habitualmente justificados por um simbolismo sobre a naturalização das diferenças biológicas do corpo feminino e masculino, deixando de considerar que, são socialmente construídos (BOURDIEU, 2012). Não é considerado que a visão social cria a diferença anatômica. Diante disso, a esfera de ação das mulheres é definida e, junto ao desenvolvimento da ESAV, aparecem as habilidades e os “domínios intimamente affectos á acção da mulher” no campo.

Diante da ausência de fontes sobre a *Semana das Fazendeiras*³⁸, consideramos que o evento serviu de base para a construção do *Mês Feminino*. O relatório anual de 1931 sinaliza que até tal momento o evento não havia acontecido.

Apesar de maior boa vontade por parte do estabelecimento, ainda não foi organizado a “Semana das Fazendeiras”. Já houve autorização do governo, em atenção no abaixo assinado de 1100 senhores e senhorinhas mineiras, solicitando sua instituição. Estão sendo feitos estudos e preparativos e será iniciada a obra tão cedo, quando possível.

Afim de melhor conhecimento do assunto em preparação, -a “Semana das Fazendeiras”, foram dados, em 1931, 8 cursos às Exmas Senhoras e Senhorinhas, relacionando com o Estabelecimento.

Além de se obter pratica sobre a “Instrução Profissional Feminina” poderão as senhoras dos professores e parentes auxiliar muito, quando se organizar a “Semana das Fazendeiras” (RELATÓRIO ANUAL, 1931).

Em Alves e Castro (2017), a *Semana das Fazendeiras* e o *Mês Feminino* são tratados como o mesmo evento, no entanto, as fontes usadas nessa pesquisa revelam que foram eventos distintos. Ele surge através da insatisfação com a curta duração da *Semana das Fazendeiras*.

Revelando nítida compreensão da finalidade inspiradora da reunião de quantos desejassem aprimorar conhecimentos de utilidade pratica, nos ensinos ministrados nesta casa, mil e seiscentas senhoras e senhoritas do município de Ubá pediram ao dr. Olegario Maciel, então Presidente de Minas, permitisse que, ao invés da <<Semana das Fazendeiras>>, se fizesse, por tempo mais dilatado, uma série de prelecções e demonstrações practicas, tanto ás fazendeiras quanto ás filhas dos fazendeiros.” (FOLHA RURAL, 1º de janeiro de 1935, nº1)

Outro fato importante a ser ressaltado, é a criação do *Mês Feminino* como uma reivindicação das mulheres, e não um evento dado a elas na gestão de Bello Lisboa como pode ser interpretado quando essa construção não é destacada³⁹. Ao afirmar que mil e

³⁸ Não foram encontradas fontes sobre a *Semana das Fazendeiras*, o evento é citado apenas no Regulamento da ESAV (artigo 20) que se refere à criação da Semana dos Fazendeiros, e quando as mulheres solicitam que ao invés da Semana se fizesse o *Mês Feminino*, pois a Semana teria duração curta. Isso não permitiu afirmar se houve ou não uma *Semana das Fazendeiras*.

³⁹ “Eis porque merece aplausos o Mez Feminino, em tão boa hora organizado pelo Director da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais, d J. C Bello Lisboa, com a aprovação do Sr. Ministro

seiscentas senhoras e senhoritas do município de Ubá se organizaram para fazer a solicitação, podemos perceber uma participação e mobilização das mulheres do campo para compor os cursos da ESAV. A partir disso, Olegário Maciel encaminhou o pedido à Junta Administrativa da ESAV⁴⁰ que deu parecer favorável em 27 de julho de 1933 para realização do *Mês Feminino*.

A's Exmas. Senhoras e Senhoritas que se interessam pela agricultura e pela vida rural:

Primeiro <<Mez Feminino>>, a realizar-se na Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Geraes, de 7 a 26 de janeiro de 1935, sob o patrocínio das Senhoras e senhoritas relacionadas com o estabelecimento (FOLHA RURAL, 1º de janeiro de 1935, nº1).

O protagonismo feminino é silenciado para manutenção da dominação quando tais conquistas não são ressaltadas, destacando apenas a organização de Bello Lisboa. Há uma violência simbólica que se processa através do conhecimento e desconhecimento, ultrapassando a consciência e vontade que atribuem um “poder hipnótico” a todas as manifestações que desrespeitam a ordem (BOURDIEU, 2012). O controle dos discursos para que as mulheres sejam colocadas na passividade é um mecanismo para manutenção dessa ordem dominadora. Apesar de não ser assim apresentado, o evento criado por mulheres ligadas a vida rural foi pioneiro e usado como mais um ato inovador da ESAV com seu propósito de valorização técnica necessária ao desenvolvimento da pátria.

O <<Mez Feminino>> é, no gênero, a primeira reunião que vae logar em Minas e quicá no Brasil, o que bem demonstra que a Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais visa, além do preparo tecnico dos seus alumnos espalhar a maior somma de bons conhecimentos pela maior quantidade de pessoas.

O <<Mez Feminino>> terá inicio nesta cidade; as prelecções serão feitas na própria Escola Superior, de 7 a 26 do corrente mez.” (FOLHA RURAL, 1º de janeiro de 1935, nº1)

A participação no evento foi efetivada mediante inscrição prévia. Assim, as inscrições para participação acontecerem a partir do dia 31 de dezembro de 1934. Foram oferecidas quatro categorias de cursos: 1) Agrícolas 2) Domésticos e sobre hygiene 3)

Odilon Braga, que tão inteligentemente dirige a pasta da Agricultura.” (FOLHA RURAL, 20 de fevereiro de 1935)

⁴⁰ Em dezembro de 1931, foi aprovado um novo regulamento para a ESAV que dava autonomia administrativa e financeira a instituição, porém, formou-se uma Junta Administrativa que estava subordinada ao Governo de Minas Gerais. A Junta era composta por nove membros, com mandato de três anos, sendo que um terço deveria ser renovado anualmente. O governo do estado era responsável pelas nomeações de agricultores que não tinham cargos públicos ou eletivos, além disso, deveria haver representantes das diferentes zonas do estado, não podendo o representante da Zona da Mata residir em Viçosa. Esse modelo administrativo se assemelhava ao sistema *governing boards* dos *Land Grant Colleges* que inicialmente procurou manter proximidade com os fazendeiro.(RIBEIRO, 2006)

conferências ou palestras educacionais e sociais 4) Educação física e prática de desportos. Assim como os primeiros cursos da ESAV que se atentaram à lógica da prática local e atenderam a diferentes públicos, com o *Mês Feminino* não foi diferente.

7. Os cursos para fazendeiras terão carácter de demonstração e duração de duas horas, cada um.
8. Os cursos para professoras e fazendeiras, que nestes se inscreverem, terão duração até de 9 aulas de duas aulas, teórico-práticas conforme os cursos, e denominar-se-ão <<Cursos Breves>>.
9. As alunas que terminarem cursos breves será fornecido atestado, de acordo com o Regulamento da Escola.
10. Os cursos da divisão A serão feitos de 7 a 9 e de 1 a 3; os da divisão B de 9,30 a 11:30 e de 3,30 a 5,30; os da divisão C, às 20 horas, às terças, quintas e sábados.” (FOLHA RURAL, 1º de janeiro de 1935, nº 1)

Foi oferecido o serviço de internato a 150 alunas com a predefinição de que estas deveriam arcar com suas despesas, o que evidencia o público atendido⁴¹. Para realização do evento a escola buscou conseguir auxílio da Secretaria de Educação, Escola de Aperfeiçoamento de Belo Horizonte, Cruz Vermelha Nacional, Associação Brasileira de Educação, das professoras primárias e de cursos normais do Estado de Minas. Além desses órgãos, solicitaram apoio a educadores e fazendeiras (ESAV, 1935). O apoio de tantas instituições demonstra a grandiosidade e importância do evento, reconhecidos, principalmente por setores mais relacionados à educação que ao desenvolvimento agrícola. Como ressalta Oliver e Silva (2007), o caráter científico desses cursos oferecidos à educação feminina, iniciados nas décadas de 1930 e 1940, tinha o intuito de preparar as mulheres para exercer o seu papel de reprodutoras dos herdeiros. As mulheres não eram colocadas como detentoras de um conhecimento e mão de obra necessária ao projeto modernizador. O compromisso delas com a pátria se dava através da reprodução e dos cuidados com o lar, e a profissionalização foi usada como forma de mantê-las no lar. Era a ocupação do espaço público com uma profissionalização do trabalho doméstico, portanto, uma formação no espaço público para um melhor desempenho no espaço privado.

Outro ponto que sinaliza a imponência do *Mês Feminino* foram as contribuições e convidadas e convidados ilustres que fizeram parte desse momento. Dentre desse, em resposta a solicitação de apoio, a Associação Brasileira de Educação⁴² enviou sócios para o

⁴¹ Programado para acontecer em três anos, em 1935, o evento contou com a participação de 212 mulheres, em 1936 esse número aumentou para 364 e em 1937 para 370.

⁴² A Associação Brasileira de Educação (ABE) foi criada em 1924 no Rio de Janeiro por intelectuais de diversas áreas do conhecimento, como professores/as, jornalistas e escritores/as que se reuniam e realizavam

oferecimento de atividades, entre eles estava D. Branca Fialho⁴³ que falou sobre *Educação Profissional Feminina*; D. Anna Amelia Carneiro de Mendonça⁴⁴ que fomentou a discussão sobre a *Casa do Estudante*; D. Heloísa Torres⁴⁵ com a temática da *Sociabilidade Rural*; Dr. Paulo Carneiro, *As Vias de comunicação como agentes de conforto e progresso*; Dr. Venancio Filho, sobre *Organização de Bibliotecas*; Dr. Faria Góes, *Educação Secundaria*; Prof. Paschoal Lemme, *Educação Materna*; Dr. C. Mello Leitão, sobre *Educação Normal*; Dr. J. Moreira de Souza, *Educação Rural*; e Dr. Olinto de Oliveira, *Educação Infantil*⁴⁶.

Foram enviados sete homens e três mulheres, o que sinaliza para a força das propostas de extensão propagadas pela instituição. Contudo, havia uma desproporção para um evento feminino com temáticas entendidas como próprias para mulheres, não observamos uma divisão sexual da temática apresentada. Os temas discutidos pelos homens eram temáticas socialmente definidas como femininas. Essa autorização parte de uma visão androcêntrica colocada como neutra, fazendo que os homens não busquem justificar ou usar discursos para legitimar seus comportamentos, ou seja, a predominância deles em áreas socialmente colocadas como femininas não causaria tanto alvoroço como o contrário, pois são autorizados a falar sobre tudo (BOURDIEU, 2012, p. 18).

A presença de mulheres para lecionar cursos também é muito significativa, vinham do Rio de Janeiro, onde estavam todas envolvidas com a luta pelos direitos das mulheres. Quando percebemos feministas ocupando esses espaços, notamos como as lutas estavam muito vinculadas à conquista da vida pública, independente dos mecanismos de dominação envolvidos nessa tentativa.

No curso doméstico, nota-se um predomínio de áreas voltadas à saúde humana,

eventos para discutir a educação brasileira como caminho para o desenvolvimento do país. Acreditavam que a promoção da ciência deveria atingir as diversas camadas da população, seja no ensino formal ou informal fazendo com que estivessem nas escolas, mas também nas fábricas (BURLAMAQUI, 2013).

⁴³ Branca Fialho (1895-1965) era proveniente de uma família privilegiada economicamente, recebeu uma educação de qualidade e humanística. Educadora, foi membro fundador da Associação Brasileira de Educação e do Instituto Brasileiro Estados Unidos. Lutou nos movimentos pelos direitos das mulheres. Seus trabalhos lhe renderam a Medalha Rui Barbosa (Mulher 500 anos atrás dos panos, 2018).

⁴⁴ Anna Amélia Carneiro de Mendonça (1896-1971), poetisa e tradutora de importantes obras como a de William Shakespeare, contribuiu com a fundação da Casa dos estudantes do Brasil e União Nacional dos Estudantes, onde foi presidenta. Primeira mulher a integrar o tribunal eleitoral brasileiro. Feminista com participação ativa na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

⁴⁵ Heloísa Alberto Torres (1895-1977), antropóloga, sua aprovação em primeiro lugar no concurso para professor substituto da Divisão de Antropologia, Etnografia e Arqueologia do Museu Nacional em 1925 lhe rendeu o reconhecimento pela imprensa como uma vitória do feminismo. Foi diretora do Museu Nacional por 20 anos e Conselheira do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico e Nacional. Também exerceu papel significativo no Conselho Nacional de Proteção aos índios e participou da criação da FUNAI.

⁴⁶ Ao longo das referências às mulheres e homens no meio profissional, foi possível identificar as diferenças no pronome de tratamento para se referir a eles e elas. Aos homens a carreira profissional é ressaltada, normalmente usando o termo Doutor, enquanto as mulheres são tratadas como Senhoras, o que é um tratamento moral e não relacionado à carreira.

revelando a preocupação com a saúde pública do período. Os médicos e as elites intelectuais do Brasil passavam a interpretar os erros alimentares como causa da mortalidade infantil, a qual colocava em risco o futuro do país. Dessa maneira, as ações pedagógicas se voltavam para a formação das mulheres, mães e futuras mães (FREIRE, 2014, p. 985).



Figura 5: Aula de puericultura no *Mês Feminino* de 1935

(Fonte: LOCUS UFV, 2018)

As enfermeiras ministravam ensinamentos sobre a higienização que iam desde a limpeza adequada dos utensílios até as explicações sobre a fisiologia do sistema digestivo das crianças. O lar era transformado em um laboratório. O envolvimento das mulheres com esse novo papel conta com as soluções concretas aos problemas alimentares das crianças e as vantagens da valorização dos afazeres femininos. Como percebemos com o *Mês Feminino*, essa era a oportunidade de ingressar no mundo acadêmico e profissional da ciência (FREIRE, 2014, p. 987).

O poder disciplinador infiltra nesses mecanismos e os tornam invisíveis. O ato de fazer parte dos cursos profissionalizantes, mesmo sendo para manutenção dos seus corpos no interior do lar com base em justificativas socialmente construídas, torna-se algo desejável, pois esses corpos dóceis são formados para seguir as regras (FOUCAULT, 1999).

Os cuidados com a alimentação imputavam certa cientificidade à cozinha, colocando as mães como nutricionistas da família. A atenção médica e do Estado para o lar permitiu que as mulheres se aproveitassem desses espaços para alcançar uma melhor formação. A função máxima das mulheres passava a exigir cuidados que as colocavam em contato com os espaços de construção do conhecimento científico. “A mulher participa alegremente desta evolução porque lhe grangêa a independência econômica e os horizontes se alargam para a sua actividade” (FOLHA RURAL, 20 de fevereiro de 1935).

Bourdieu (2012) indica que a manutenção da dominação não está principalmente onde se espera, dentro da unidade doméstica, local que o discurso feminista deu maior ênfase. Ela se encontra nos espaços que nos elaboram e moldam incutindo princípios de dominação, como a Escola e o Estado. Os cursos oferecidos às mulheres mostram a permanência dessa estrutura de gênero desigual em que a profissionalização feminina é usada para o cuidado com o lar. As mulheres não são colocadas em uma posição individual, na realização de uma atividade do próprio interesse, suas ações são em função do bem de outrem, seja do marido, filho ou lar. São tratadas como símbolos que se compõem fora delas e tem a função de ajudar o aumento do capital simbólico em poder dos homens.

Criado a ESAV o Mez Feminino, quis, mais uma vez, patentear a todo o Brasil o incalculável desejo de, atacando esse importante problema, estimular as fazendeiras a uma cooperação mais estreita com os seus maridos, nas lides da fazenda; preparar as jovens filhas do campo à constrição mais hígida de seus lares, tornando-as, com as noções da Agricultura moderna, fazendeiras mais valiosas, e quis também, convidando a participar dos seus trabalhos de rudimentos de Agricultura, desde as escolas primárias, despertar na infância a tendência para os estudos agrônômicos. Assim, a todas predispões a receber com mais entusiasmo os ensinamentos dos bandeirantes da economia Brasileira do presente e do futuro- os agrônomos (ESAV, 1939).

Apesar das mulheres realizarem e participarem desses eventos, elas foram entendidas como auxiliares e colaboradoras do desenvolvimento. Os cursos iniciados na ESAV para os homens prometiam fazer dos filhos dos fazendeiros os grandes líderes da modernização do campo. Contudo, às mulheres a liderança não chega a ser cogitada, a submissão permitia que elas fossem lembradas, apenas, por serem responsáveis pela educação inicial daqueles que seriam capazes de desenvolver o país.

3.3 Entre bailes e jogos: Mulheres e a vida pública esaviana

Recorrer aos *land grant colleges* foi uma forma de acompanhar a modernização que tinha como exemplo o desenvolvimento agrícola dos EUA e uma metodologia que permitiria maior adesão em meio ao processo de valorização da agricultura enquanto ciência. Ao mesmo tempo em que a Escola recorreu à extensão para atrair seu público, também se preocupou em evitar a desvalorização do “Aprender Fazendo”, promovendo o aprendizado através do contato direto com a terra. Esse movimento foi necessário para seduzir seu público campesino com um método técnico e não livresco.

O discurso progressista tendia a construir um antagonismo entre o atraso e o progresso, entre a vida moderna da cidade e o atraso do campo. Ambos procuravam fugir do que era entendido como atraso para seguir as lógicas modernizadoras (CERASOLI, 2004). Nesse cenário, as mudanças e contatos internacionais realizados pela ESAV foram vistos com um olhar positivo, pautados como sinônimos modernização e melhoramento. O oferecimento de cursos para mulheres seguiam o movimento de saída da vida privada para pública que também atingia o interior mineiro.

Ao estudar a modernização da capital paulista, Josianne Cerasoli (2004) discorre sobre esse discurso como algo hegemônico e apaga a pluralidade existente no contexto, pois:

Tal apropriação acaba transferindo para os estudos sucessivas traduções de uma dada concepção do progresso e da modernização, não raramente subvertendo-a em um discurso linear e hegemônico, inclusive remetendo-o a supostos programas de um único setor da sociedade (CERASOLI, 2004, p. 312)

Se até mesmo São Paulo, identificada como modelo modernizador mais próximo aos grandes centros, não participou de uma modernização uniforme, podemos identificar a complexidade disso diante de um discurso nacional que desconsiderava as diversidades do cenário brasileiro. Ao trazer essa pluralidade para realidade esaviana, depreendemos como, apesar da proposta inicial da ESAV em ter como público os filhos de agricultores, o público atingido foi sendo diversificado de tal modo que em 1942 e 1947, como aponta Azevedo (2005), a maior parte dos estudantes da ESAV já não eram filhos de agricultores. Incluir o ensino prático e voltado às pessoas do campo foi entendido como o caminho para a modernização, e o discurso esaviano era colocado dessa forma. No entanto, esse foi sendo modificado e distanciou-se do propósito inicial da instituição, de modo que ganhavam destaque os filhos de empresários, profissionais liberais e funcionários públicos.

Em 1942, esses estudantes que não possuíam pais agricultores já compunham 53% do corpo discente, tornando-se público dominante dentro da ESAV, “o que demonstra que a escola passou a atrair jovens do meio urbano, com aspiração em ocupar cargos na burocracia do Estado, o que amplia os propósitos originais concebido para instituição” (AZEVEDO, 2005, p. 134).

(...) a maioria dos estudantes eram filhos de agricultores (fazendeiros e lavradores) até 1934 (54,8%), decaindo para 47%, em 1941 e 41%, em 1947. Já a participação dos alunos filhos de empresários (comerciantes, industriais e banqueiros) representava 17% em 1934, atingindo a 27,2%, em 1941 e recuando, em 1947, para 21,1%. Já os filhos de profissionais liberais correspondiam a 15,3% dos alunos, em 1934, a 19,4% e 14,7%, respectivamente, em 1934 e 1947. Os filhos de funcionários públicos compunham 6,5% dos estudantes, em 1934, 4,2% em 1941, e 11,5%, em 1947. Por fim, os filhos de assalariados, que representavam 7,1% dos alunos, em 1934, 2,2% e 5,5%, respectivamente, em 1941 e 1947 (AZEVEDO, 2005, p. 134).

A *circulação* dos sujeitos que compunham a ESAV auxilia na consolidação do ideal de modernização esaviano. Marcada pela presença de homens e mulheres que vinham de diversas partes do país e fora dele, as ideias circulavam aproximando algumas propostas da vida urbana e rural. Se nas cidades as mulheres deixavam suas casas, no campo elas começavam a deixar o interior das fazendas para seguir em busca de uma educação com propostas modernizadoras. As mulheres que frequentavam a ESAV, normalmente funcionárias, esposas dos professores e integrantes da elite viçosense, apesar de seguirem um ritmo diferente daquele presente nas capitais brasileiras, também passaram a partilhar de uma vida pública, com festividades entre pessoas do mesmo meio, nos bailes realizados da ESAV, associações femininas e eventos esportivos.



Figura 6: Mapa geral dos alunos diplomados pela ESAV (1928 – 1938)

(Foto: ESAV, 1939.)

O jornal *Folha Rural* circulou na instituição em 1935 sob a direção do Dr. Bello Lisboa e redação de Advincula Reis, e objetivava atender a proposta extensionista através da publicação de conteúdos sobre a vida rural. Propôs-se a compartilhar técnicas para o trabalho e para o conforto do lar, voltado aos agricultores e industriais, e às pessoas envolvidas com o desenvolvimento do país.

Lançando á publicidade esse jornal, os seus fundadores entregam-no ao publico, notadamente á laboriosa população dos centros produtores, á qual ele se destina de modo especial. Nas suas columnas, a *Folha Rural* ha de levar sempre aos meios ruraes palavra que ensina a tornar mais compensador o trabalho, realçando as excelências da vida de relação entre o homem e a terra, auterindo esse proveito merecido por seus esforços, entre as alegrias do lar e a tranqüilidade individual, no decurso do tempo que o faz completamente feliz.

Dentro deste programma- difundir os melhores conhecimentos pelo maior numero- o pequeno agricultor, o fazendeiro, o industrial, em fim a grande classe productora encontrará neste periódico tudo quanto possa interessar áquelles que elaboram a construção do futuro, com os olhos fitos na grandeza crescente da patria commum (FOLHA RURAL, 1º de janeiro de 1935).

O uso do periódico aponta a importância da movimentação no campo das ideias dentro da instituição. O público indicado como alvo era composto por “todas as pessoas de boa vontade” e certamente aqueles que tinham condições financeiras e escolaridade para assinar o

material. Assim como Chartier (2002) entende que a *circulação* permite a construção cultural, partindo de ambas as partes pela relação fluída, estabelecendo uma relação de reciprocidade entre as pessoas que formavam tais grupos. A palavra tem poder, seja por meio da oralidade ou escrita, e apesar de não surgir da classe dominante pela reciprocidade, tende a permanecer sob o seu controle. Os padrões da vida moderna não eram apenas impostos de forma vertical das cidades para os campos, eles circulavam permitindo que o ideal de progresso se voltasse ao campo e desenvolvimento agrícola, fonte de desenvolvimento econômico do país. Apesar de haver desigualdade entre as informações que circulam, posto que o hegemônico tem espaço privilegiado para controlar, as relações não são estáticas (CHARTIER, 2002), como apontado por Cerasoli (2004), o progresso do início do século XX foi colocado como uma política do Estado, tendendo a uniformidade pelos discursos e fontes mais propagadas, no entanto, as pluralidades dessa modernização apontam uma relação extremamente relacional do que seria moderno.

Assim como acontecia nos discursos hegemônicos dos grandes centros, os debates que circularam na ESAV por meio do jornal *Folha Rural* apontavam para o deslocamento das mulheres do privado para o público em se tratando dos sujeitos presentes na ESAV. O início da circulação do periódico se deu no mesmo ano em que feministas ministravam cursos do *Mês Feminino*. O reconhecimento da importância feminina era evidenciado sem deixar de lado o propósito agrícola esaviano. O texto de Maria Amalia de Faria nas páginas do jornal nos permite tais entendimentos:

Iniciei para a imprensa uma série de artigos sobre a classe dos agricultores. É bom lembrar que agricultor, em nosso paiz, não se refere exclusivamente aos homens, pois o cultivo da terra não está entregue somente ao sexo forte, mas também ás mulheres. Em nosso paiz, os fazendeiros habituaram-se a cultura do café, canna, milho, arroz e gado. É por que as nossas fazendeiras não ouvem o conselho de sra Alice Tiburiça e não se dão também a criação mais delicada das aves, bichos de seda e das abelhas e á cultura das flores, hortaliças e fructas? (FOLHA RURAL, 10 de fevereiro de 1935)

Maria Amalia procura ressaltar a importância das mulheres no campo, no entanto, segue a concepção de que elas não são o sexo forte, e por isso são responsáveis pelas atividades delicadas. O discurso de legitimação da mulher na posição de auxiliar era recorrente e justificado por fatores biológicos socialmente construídos. O jornal seguia a divisão de espaços para homens e mulheres e apresentava em todos os exemplares um tópico intitulado *Folha Doméstica*.

A *Folha Rural* demonstrava certa preocupação em discutir sobre o modo de ser ideal para o lar por meio da coluna *Como mobiliar uma casa*. São dadas dicas de combinação de

tapetes, papel de parede e há um reconhecimento de que campo e cidade possuem estilos de casas diferentes, o que faz com que as dicas sejam usadas de formas diferenciadas. A descrição revela uma percepção sobre como deveria ser o lar moderno.

A formação do lar ideal deveria começar com a construção do edifício, o qual deverá adaptar-se aos costumes das pessoas que vão ocupar. Mas na maioria dos casos, isto não é possível, e daí que, ao mobiliar uma casa, seja preciso proceder de acordo com a situação já existentes. Seja qual for a situação, contudo, é mister levar em conta os gestos e necessidades dos moradores, quer se trate de edificar e mobiliar. Na cidade as exigências não são as mesmas que no campo; nas casas de campo predomina maior simplicidade, uma atmosfera menos luxuosa, preferindo-se as cores mais claras e alegres que harmonizem com o meio ambiente.” (FOLHA RURAL, 20 de fevereiro de 1935)

De acordo com Maria Bresciani (2017), as concepções sobre vida moderna eram redefinidas pelas políticas envolvendo o público e o privado, os artefatos arquitetônicos eram entendidos como capazes de modificar as pessoas física e moralmente, “acrescentavam o domínio do íntimo, como último reduto para o recolhimento solitário: reorganizam o espaço da casa, da casa burguesa e ou aristocracia, e em particular da população pobre” (BRESCIANI, 2017, p. 129).

Em 1937, as funcionárias da Secretaria da Escola se organizaram e implantaram o voleibol como prática esportiva do público feminino. Goellner (2005) afirma que a participação feminina no esporte permitiu uma maior visibilidade das mulheres no espaço público, porém esteve muito mais vinculada a esforços individuais e organizações entre grupos de mulheres que a uma política nacional para inclusão das mulheres nos espaços de lazer. Nas primeiras décadas do século XX, as mulheres no Brasil deixaram de ser apenas assistentes ou acompanhantes dos maridos nos eventos esportivos e usaram desse espaço para socialização: “é nesse contexto, portanto, que o esporte vai aparecer como uma das possibilidades de participação social feminina, já que era considerado de caráter aristocrático, familiar e saudável” (GOELLNER, 2005, p. 91).

À medida que os treinos foram ficando regulares, as moças da cidade de Viçosa sentiram-se atraídas pelo esporte e realizaram competições. Posteriormente, as atividades se expandiram, chegando a atrair cidades como São João Nepomuceno e Ponte Nova.



Figura 7: Atletas e treinador José Cândido)

(Fonte: ESAV, 1939)

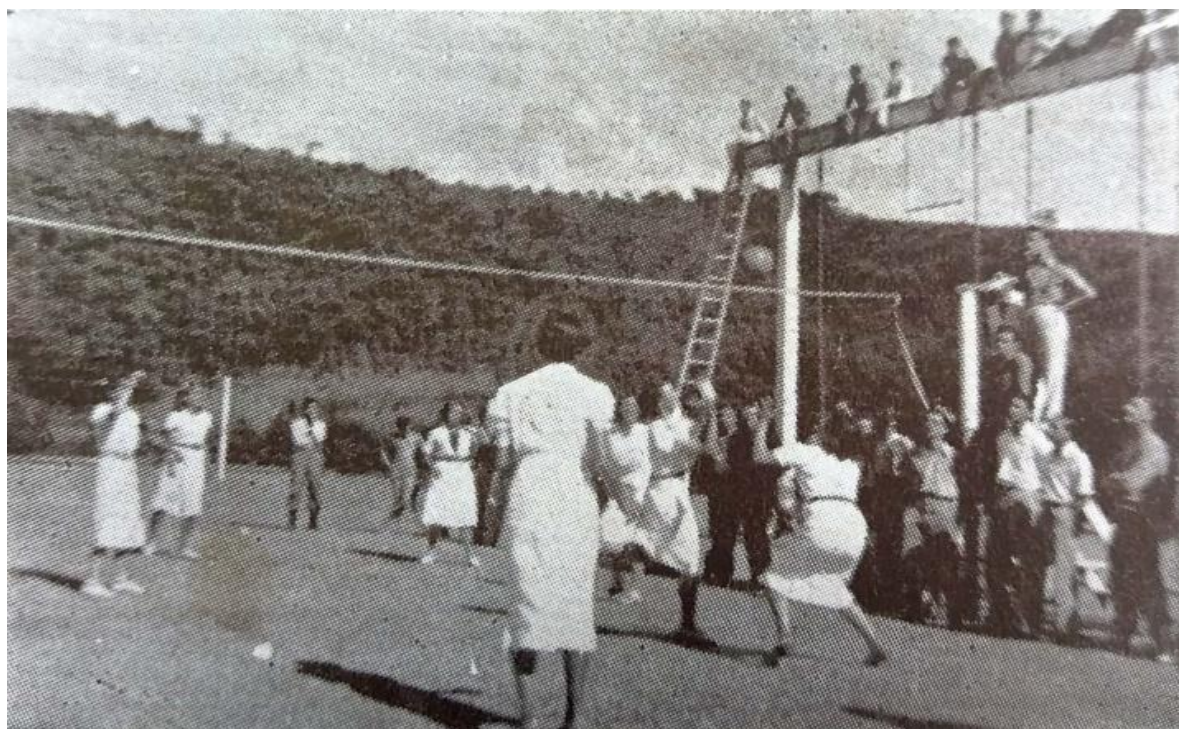


Figura 8: Atletas treinando

(Fonte: ESAV, 1939.)



Figura 9: Jogo entre Viçosa e São João Nepomuceno

Fonte: ESAV, 1939.

As práticas corporais tornaram-se uma forma de divertimento e passaram a ocupar as horas de lazer como espetáculo. Em meio aos eventos realizados em 1939, para interação entre o público esaviano, também aconteceram atividades de recreação que promoviam interação entre homens e mulheres como a “Corrida de ovo”, com inscrição destinada apenas às moças (ESAV, 1939).



Figura 10: Corrida do ovo

(Fonte: ESAV,1939)

As atividades esportivas desenvolveram um estilo de vida “pública, coletiva, eufórica, cujas ofertas de diversão abraçam homens e mulheres, redimensionando hábitos e práticas cotidianas, acrescidas de inúmeras outras possibilidades” (GOELLNER, 2005, p. 86). O projeto modernizador presente na ESAV se aproximou do que é relatado como moderno nas cidades, e passou por adaptações e assimetrias em ambos os espaços. Apesar da localização viçosense não permitir os banhos de mar do litoral carioca, as preocupações com as modificações socioculturais e o interesse pelos locais de convivência social também estavam presentes. Dentre as atividades esportivas ocorridas durante 1939, contava-se com o remo e a natação para os homens, as mulheres se divertiam nos banhos na represa.



Figura 11: Banho de moças

(Fonte: ESAV,1939)

Melo (2007) ressalta que as fotografias tendem a mostrar os homens posando para mostrar virilidade, característica associada à masculinidade, enquanto as mulheres são fotografadas como espectadoras. Nessa imagem, percebemos uma foto tirada de forma espontânea sem que as mulheres se direcionassem à imagem. No entanto, na fotografia abaixo, em face do objetivo direto de registrar aquele momento, os homens aparecem com seriedade e uma postura que exalta o aspecto físico e, supostamente, busca expressar o vigor e empenho com que tratavam a prática esportiva.

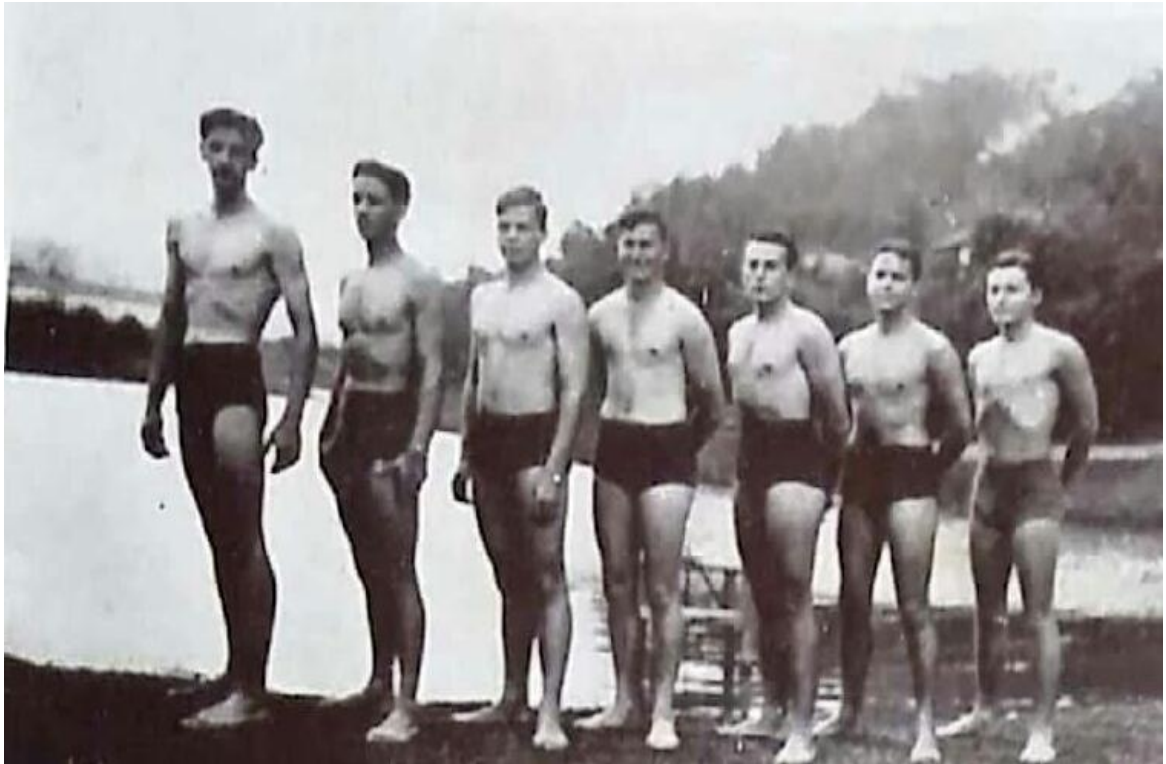


Figura 12: Grupo de nadadores

(Fonte: ESAV,1939)

No *Mês Feminino*, as cursistas também usaram esse espaço para interação e divertimento ao final das aulas. O mesmo evento trouxe para instituição três importantes figuras envolvidas com o movimento feminista no Rio de Janeiro e São Paulo, enviadas pela Associação Brasileira de Educação para o oferecimento de atividades, entre eles estava Branca Fialho, fundadora da Associação que se dedicava à formação profissional feminina; Anna Amelia Carneiro de Mendonça que fundou a Casa dos Estudantes do Brasil e União Nacional dos Estudantes, e a antropóloga Heloísa Torres. Atuantes da luta feminista e profissionalização feminina, suas presenças na ESAV sugerem uma possível aproximação entre o interior mineiro e as movimentações das capitais.

A *Folha Rural* exibia tais mudanças em relação à figura feminina que deixava de ser entendida apenas como “enfeite para sala de visita” para ser vista como aquela que tem o direito de ir à cozinha, ao terreiro e à lavoura. Os locais nos quais a presença feminina passa a ser entendida como necessária ainda são parte da manutenção do que é permitido às mulheres. Deixa-se de ser parte da decoração para ser agente ativa, porém, na condição de auxiliar do companheiro e na cozinha.

Precisamos fazer da mulher verdadeira companheira do homem, a mulher não é enfeite para sala de visita, mas deve ir desta á cosinha e desta ao terreiro e até á lavoura.

Quando estudante muitas vezes conversei com João Pinheiro sobre taes assumptos; pois só tratavam da educação da mulheres para sala de visita e aprendia a tocar piano e a fazer crochet; tanto assim que ficaram synonymos as expressões- fazer crochet e namorar, porque as molas colocavam-se nas janelas e faziam as duas cousas ao mesmo tempo.

Com a educação technica, a mulher se torna, como já disse, verdadeira companheira do homem e a vida do casal torna-se cada vez mais harmônica, mais higienica, mais moralizada e mais prospera (FOLHA RURAL, 20 de fevereiro de 1935).

A educação é o caminho para essa troca da posição das mulheres no meio social. No entanto, é uma educação que a aponta como responsável pela manutenção do casamento, da moral e do progresso, princípios importantes para o país no início do século XX. Às mulheres modernas caberia uma formação técnica para que se tornassem agentes da transformação no campo.

Os espaços de socialização entre homens e mulheres também tiveram lugar fora da ESAV, permitindo a interação entre os estudantes, moças da cidade e até mesmo estudantes da Escola Normal Nossa Senhora do Carmo⁴⁷. Em 1946, um estudante escreve sobre sua experiência em um domingo com as alunas da Escola Normal, um colégio direcionado por freiras que gerou estranhamentos aos visitantes quanto à abertura para interação com as moças, o que para o estudante não era algo esperado. Esse comportamento demonstra as transformações da vida pública até mesmo nos espaços mais marcados pelo controle dos corpos, como esperado para um colégio de freiras.

Os jogos entre as alunas foram muito interessantes e sobretudo, animadíssimos. O vôlei, embora com pouca técnica, foi jogado com uma gritaria de ensurdecer. Moça é uma coisa muito delicada e muito atraente, mas é, sobretudo, uma excelente máquina gritante. Como gritavam! A torcida era feita quase que de gritos! Eram elas umas pauladas nos tímpanos da gente. Todos os jogos tiveram torcidas e todas as torcidas foram assim, feitas de pauladas nos tímpanos. Deixem-me dizer que as pauladas foram boas que tudo foi bom, tudo agradável.

Só que eu não queria por nada deste mundo, estar no lugar daquela vencedora do jogo das cadeiras. Coitada, foi cumprimentada com tanta palmada que deve ter ficado moída.

Eu esperava encontrar coisa bem diferente, um outro ambiente, pois afinal de contas, colégio de freira tem sua fama toda particular; nada de voleibol, nada de gritarias, nada de rapaz visitante, conversando com alunas. Eu não esperava essas coisas e fiquei admirado e satisfeito com o que vi. É que as Irmãs, bondosas e compreendedoras, tratam as alunas como irmãs e não procuram limitar suas expansões de alegria. Deixam que elas joguem, torçam com gritos, pulem de contentamento, cantem e façam cordões. Elas parecem ouvir Monsieur Rabelais dizer: “Il faut suivre la nature” Sim, é preciso seguir natureza e seguindo-a, não haverá excessos. Estes podem surgir de proibições e limitações (O BONDE, 9 de novembro de 1946, n° 37).

Como já discutido no terceiro capítulo, o teatro também foi uma importante forma de lazer no início do século. Ferreira (2008) identifica essa prática nas cidades como uma

⁴⁷ Sobre a Escola Normal Nossa Senhora do Carmo, ver capítulo 1.

atividade voltada a sofisticar os espaços com a beleza feminina, os teatros se consolidaram como um ambiente familiar e elitizado. Na ESAV, em 1942, o Diretório dos Estudantes organizou o Teatro Esaviano com o objetivo de valorizar a expressão da cultura artística. A peça inaugural “Terra Natal” contava com as mulheres viçosenses não só entre o público como também no elenco.

Pela primeira vez este ano, assistiremos mais uma peça denominada “TERRA NATAL” de Oduvaldo Viana.

Integrando o ELENCO, encontram-se várias Senhoritas da Sociedade Viçosense que pelo apoio imprescindível têm contribuído em grande parte para os êxitos até agora alcançados (O BONDE, 9 de novembro de 1946, n° 37)

O convívio nesses espaços foi muito utilizado como forma de manutenção das relações familiares entre pessoas da mesma classe. Passaram a ser usados como lugar para conseguir casamento. De acordo com Jarbas Filho (2018), o casamento para os homens era um modo de serem vistos como cidadãos nacionais, “é possível tal premissa, de um início de república, tenha servido de base para as décadas posteriores, tendo sido mesmo incorporada a instituições masculinas, como foi a ESAV.” (FILHO, 2018, p. 83).

O interesse e as trocas de olhares despertava a atenção por um perfil de mulheres ligado a ideia de pureza construída para alguns corpos femininos.

Encontramos, anos depois, em uma festa de família. Estava linda naquele vestido branco. Seus lindos olhos eram buliçosos e um pouco mais escuros. Seus lábios bem feitos, se abriram num sorriso zombeiro. Conversamos. Toda ela era confiança, beleza, mocidade, com um pouquinho ainda daquela inocência de criança.

Impressionou-me mais.

- No último baile da Rainha vimo-nos outra vez (O BONDE, 9 de novembro de 1946, n° 37)

Acompanhando o ideal de mulher pura, acontecia o *Baile da Rainha*, uma tradição entre os estudantes. Escolhiam moças viçosenses que seguiam os padrões de beleza criados, essas eram homenageadas e ganhavam a atenção nos eventos da Instituição. No entanto, traziam uma valorização da representação idealizada da figura feminina, ingênuas, puras e simpáticas. A Rainha assumia o posto e permanecia por um ano. Os relatos sobre esse evento datam de antes da circulação do jornal *O Bonde*.

De acordo com Rodrigo Caixeta (2015), os concursos de beleza foram comuns para concepção do papel feminino, contribuíam “para o reforço e a cristalização das representações que definiam a feminilidade clássica, não somente no padrão comportamental, mas também na aparência: cabelos bem penteados, maquiagem impecável, corpo delineado de silhueta ampulheta” (CAIXETA, 2015, p. 81). Também era comum recorrer a esses espaços para viabilizar uma ascensão social, na medida em que possibilitava um “bom casamento”.

Era uma festa real. Não havia os protocolos da corte. Não se notava a ostensiva riqueza dos castelos. Faltava a côroa de diamantes cingindo a cabeça de Sua Majestade.

Havia, porém, mais que tudo isto. Alí reinavam a alegria e uma espontânea sinceridade. Todos prestavam homenagem a Nely Ribeiro Gomes, RAINHA DOS ESTUDANTES DA ESAV.

As flores substituíam as pedrarias.

O salão, fruto do esforço de dedicados colegas, realçava bastante apesar de adornado singelamente.

E assim, a festa continuou até a alta madrugada.

Deixamos aqui muitos votos de felicidade para S. Majestade. Que o reinado seja próspero e na estrada a percorrer não apareçam os cardos da incompreensão.

Para você, garota de Viçosa, que se sobrepondo á maledicência popular, iluminou com o seu sorriso a nossa festa, manifestamos o nosso agradecimento. Que o exemplo do seu espírito superior sirva de Almenara para as ovelhas desgarradas. Você está de parabéns (29 de Setembro de 1945, p. 931).

O *Baile da Rainha* era um importante evento de participação feminina que seguia as formas de socialização do mundo moderno, e como discutido anteriormente, havia um forte movimento de aproximação entre a vida esaviana e os avanços da cidade. O fato de a Escola ser composta por um grande número de estudantes urbanos construía diferentes formas de lidar com o cotidiano esaviano. Os sujeitos que atravessavam esse espaço compunham seus cotidianos ultrapassando as fronteiras entre campo e cidade. Como ressaltado por Certeau (2017), o discurso, como a palavra nos coloca diante da relação com o outro, assim a circulação entre pessoas do campo e da cidade configurava a ESAV.

À medida que a Escola crescia, seu público também se diversificava. Os professores e estudantes vinham de diferentes partes do mundo, além disso, a proposta extensionista permitia a publicação de jornais e eventos com a presença de pessoas que estavam fora da instituição e até mesmo das fazendas. Esses sujeitos móveis e diversificados fizeram da Escola, o que Certeau (2017) chama de lugar praticado⁴⁸, pois se tornou um elemento na relação de coexistência, com diversas composições, sujeitos, sonhos e lembranças. Os lugares lidam com passagens que transitam de um para outro, passa a ter interferência do tempo, direção e velocidade, tornando-se espaço. Assim como a palavra dita, o espaço não é único, consequentemente seu efeito também não. Ele lida com o movimento, o cruzamento de móveis dinamizados pelo seu desdobramento.

⁴⁸ De acordo com Certeau, o movimento dos sujeitos e a ação fazem com que o lugar passe a ser chamado de espaço. “o espaço é um lugar praticado” (CERTEAU. 2017, p. 202).

3. MULHERES E O ENSINO SUPERIOR ESAVIANO

Em meio a cursos de extensão e participação nos cotidianos da ESAV, o acesso ao ensino superior não ocorreu simultaneamente. Seguindo uma lógica de definição dos espaços para homens e mulheres, a ESCD serviu para o ingresso significativo das mulheres na instituição. Antes da consolidação da Escola, o curso superior contou com a conclusão de apenas uma aluna, que fugindo dos padrões definidos aos corpos femininos, concluiu o curso de Agronomia.

A Escola Superior de Ciências Doméstica foi a grande porta para uma entrada mais significativa em meio a um contexto de participação das mulheres nos cotidianos da ESAV e UREMIG. Seguiu a lógica de aproximação aos modelos de ensino estadunidenses, percorreu caminhos semelhantes à ESAV, no que diz respeito aos interesses de uma expansão extensionista nos moldes de um modelo colocado como inovador, contudo, foi edificada por e para mulheres.

O protagonismo feminino na construção das ciências domésticas enquanto alternativa para profissionalização, permitiu que as mulheres fizessem outros usos de um espaço que reforçava as normas de controle criadas para seus corpos. Se o objetivo era uma profissionalização para melhor organização do lar, algumas dessas mulheres foram além.

4.1 Mulheres no ensino superior: fugindo às regras

Ao longo desse estudo, procuramos mostrar que a presença feminina na ESAV foi restrita e atendeu a uma demarcação do lugar do feminino, desde a fundação. Os primeiros cargos ocupados por funcionárias foram aqueles relacionados ao que era aceitável para as mulheres, como os serviços da secretaria e professora da educação básica⁴⁹, a exemplo da Sra. Germana de Carvalho e da Sra. Hermengarda Gomes e Souza, como já mencionado anteriormente. Em 1951, esse quadro já era diferente, acompanhando o movimento das mulheres de transposição das atividades do espaço privado para ocupar o espaço público, a ESAV contava com dezessete funcionárias: Antonira Lopes Fortes, Hilda Val de Castro, Ester

⁴⁹ O analfabetismo era uma realidade brasileira, e no interior de Minas Gerais, em Viçosa, não foi diferente. A falta de uma formação básica dos operários interferiu na construção da ESAV, assim Rolfs e Bello Lisboa criaram uma Escola primária para atender funcionários e seus filhos. Formaram um Caixa Beneficente mantido com um desconto do salário dos funcionários para o pagamento da professora (BORGES; SABIONI; MAGALHÃES, 2006).

Amorim, Zilda Barduni, Yvone Ferraz de Oliveira, Marcina Torres Ferreira, Maria Barduni, Pedrina Tomaz Afonso, Cirene Amorim, Wanda Costa Val, Terezinha Costa Val, Inês Silvino Ferreira, Jandira Lopes de Faria, Maria do Carmo Dantas, Juracy Daker, Maria Luzia Alves Torres e Juracy de Souza Barros. Foi possível identificar que alguns desses nomes compunham diversos setores diferentes da secretaria e Educação Básica. As mulheres estavam em maior número nas secretarias dos departamentos e administração da ESAV, além disso, aparecem como tesoureiras.

No ensino superior, aquelas que ocupavam mais do que os espaços que permitiam a presença feminina fugiam a regra e eram exceções, como é o caso da primeira aluna a concluir um curso superior na instituição, Liene de Jesus Teixeira, que finalizou o curso de Agronomia em 1950. Antes de Liene, foi possível identificar a aluna Heloísa⁵⁰ através de uma publicação do jornal *O Bonde*. De acordo com os *bondistas*, Heloísa esteve na instituição em 1941.

Se muitos usam a expressão caloura, é porque não sabem ainda o seu nome e não porque o façam por “pouco caso”. Você com certeza já deve ter ouvido que ainda hoje se chama de caloura a ex- colega Heloísa, que aqui esteve em 1941! Se não ouviu, o azar é seu, pois ouve-se aí e muito.

Você quis bancar o samaritano e transformou-se em lobo disfarçado. Saiba pois, que a Liene tem sido tratada como merece, pelo menos temos feito o possível, e que lhe dedicamos grande amizade. E seu artigo diz que não temos feito tal (O BONDE, 1º de junho de 1946, nº 23).

As relações entre os alunos e as poucas alunas revelam os conflitos cotidianos que cercavam as novas relações em um espaço pensado por e para homens. Os alunos entravam em embates sobre a forma de tratamento dado aos corpos femininos que passaram a compartilhar a sala de aula com eles.

Com justa razão falou-me um colega, em carta recente, sobre a “NOSSA MÃE ESAV”. Por essa fez expressão de meu colega, considerando a Esav nossa mãe, facilmente compreendemos que nós, ESAVIANOS, somos todos irmãos. E dia a dia aumenta essa grande família nacional. Atualmente temos entre nós uma meiga irmãzinha, a qual sem medir sacrifícios, quer viver e compartilhar em tudo conosco. Assim sendo, não seríamos justos para com a nossa nova irmã considerando-a “caloura eterna” de uma vez que essa atitude além de não lhe ser naturalmente muito agradável, constitui entre nós uma espécie de castigo destinado aos calouros, infratores do regulamento tradicional do trote. Outras moças que estudaram em nosso meio, foram sempre tratadas pelos seus próprios nomes. Portanto, irmãos esavianos, a gentil senhorita LIENE DE JESUS TEIXEIRA, que tão bem soube compreender-nos e integrar-se em nosso meio, já representa mais uma chama esaviana a brilhar pela sua inteligência invulgar, seu fino trato social, sua feliz escolha profissional. LIENE merece de toda a família esaviana os maiores aplausos e atenção. Quando alguém distraidamente substituir o seu lindo nome e até santificado nome pelo de “caloura”- lançai como eu o vosso protesto: sim, é Liene

⁵⁰ O nome de Heloísa circula no jornal sem apresentar o seu sobrenome ou outras informações que permitem a identificar com maiores detalhes.

de Jesus Teixeira, conheço-a bem, é aluna do curso superior da E.S.A.V. (O BONDE, 18 de maio de 1946, n°22).

No trecho, os alunos discutem sobre o tratamento dado às pioneiras, ademais discordam sobre estar sempre chamando as alunas de calouras independente do tempo em que permanecem na instituição. Tal comportamento nos aponta as dificuldades cotidianas enfrentadas por esses estudantes no que se refere à presença da mulher na instituição. Há uma preocupação em identificar as regras de comportamento para um cenário que fugia do habitual. O título de “caloura eterna” foi colocado para alguns como forma carinhosa de tratar as alunas que frequentavam a instituição, porém, também foi interpretado como ato de menosprezo, pois era um apelido comum para se referir aos calouros que desrespeitavam o trote.

O estudante identificado como Timbira faz referência a “outras moças que estudaram em nosso meio”, sugerindo que existiram outras alunas anteriores à Liene. Como elas passaram pelo ritual do trote, é possível compreender que ingressaram no curso superior, no entanto, não estão nos registros de alunas e alunos que concluíram o curso. Além das barreiras para ingressar na Escola Superior, as mulheres precisavam lidar com a permanência em um curso com uma grade curricular pensada por e para os homens da época, já que esse era o público alvo da Escola.

O período de entrada de Heloísa e Liene na ESAV atende a análise de Oliver e Figueirôa (2007) que ressaltam o movimento de acesso das mulheres aos cursos Superiores agrícolas somente a partir de 1940. Posteriormente à Liene, identificamos *Albina Concepcion Ronero Echauri*, formada em 1951 em Medicina Veterinária, e *Inamá Ferreira*, formada em 1953 em Agronomia. Em 1954, mesmo ano que iniciou o curso de Ciências Domésticas, se diplomaram *Maria Vilela*, em Agronomia, e *Zélia Maria de Almeida Lopes*, em Medicina Veterinária, confirmando o número restrito de mulheres que acessavam os cursos de graduação que eram predominantemente ocupados pelo público masculino.

Outro importante aspecto a ser observado é a presença dessas mulheres na posição de professoras. Como apontado no primeiro capítulo, o acesso à educação foi entendido como uma responsabilidade das mulheres para auxílio dos homens na modernização, no entanto, isso não aconteceu em uma escola superior voltada ao público masculino. Apesar de elas serem colocadas como as mais preparadas para o campo educacional, eram apenas auxiliares da modernização, os espaços de maior prestígio como ministrar aulas no Ensino Superior não lhes eram permitido.

Dentro dessa lógica, as mulheres acessaram espaços públicos específicos para cuidar do lar, em consequência de uma construção social colocada como biológica diante da qual as mulheres tinham uma aptidão natural para atividades domésticas. O discurso é mantido por um sistema, uma ideologia, uma construção para que a disciplina desses corpos possa vingar (FOUCAULT, 1999). Seguindo esse contexto, a antiga Escola Superior de Agricultura se abriu para construção da Escola Superior de Ciências Domésticas, uma porta de acesso mais direcionada ao público feminino na instituição.

4.2 Uma Escola para elas: Profissionalização para o lar

Fundada⁵¹ a partir da necessidade⁵² de ampliação de cursos para a criação da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, a Escola Superior de Ciências Domésticas (ESCD) seguiu os parâmetros quanto ao lugar das mulheres no início do século XX, logo, é facilmente entendida como uma escola para formação feminina. Essa ampliação permitiu que reunindo à ESCD e criando o Serviço de Experimentação e Pesquisa e o Serviço de Extensão⁵³ fosse consolidada a UREMG em 1948.

Nos finais da década de 1940, o projeto de promoção da Extensão no campo estava preocupado em tirar o Brasil da posição de “subdesenvolvido” para acompanhar os países ditos “desenvolvidos” que debatiam sobre o lugar das mulheres na sociedade diante do crescimento do mercado de trabalho gerado pela Segunda Guerra Mundial (PINHEIRO, 2016). A Associação de Crédito Rural de Minas Gerais (ACAR) colocou em prática uma concepção de ensino que trazia como lema “um agrônomo, uma professora e um jipe”, assim a Extensão Rural teria o papel de superar o “atraso econômico” brasileiro para aumentar a produtividade por meio das técnicas agrícolas desenvolvidas nas Universidades. Essas técnicas eram responsáveis por “iluminar” a vida dos homens do campo, afinal, “era a ele que cabia o cumprimento da efetiva “missão” extensionista” (PINHEIRO, 2016, p. 33).

Em 1951, foi assinado um acordo entre o governo brasileiro e governo dos Estados Unidos visando a criação das Ciências Domésticas no Brasil. Para promover o

⁵¹ Lei Estadual 272, de 31 de novembro de 1948.

⁵² Para concretização do ideal de ampliação da Escola Superior de Agricultura, foi preciso criar outra Escola Superior para chegar ao título de Universidade Estadual. Os interesses econômicos foram essenciais para superação da crise financeira que se estendia na instituição desde os finais dos anos 1930 (RIBEIRO, 2006).

⁵³ Através da Associação de Crédito Rural de Minas Gerais (ACAR – MG) e o Serviço de Experimentação e Pesquisa, foi institucionalizado o Serviço de Extensão Rural, esse colocava em destaque a transformação da Escola Superior de Agricultura (ESA) em UREMG.

aperfeiçoamento do ensino, uma comissão de norte-americanos percorreu o solo brasileiro com o objetivo de selecionar a melhor Universidade para o acordo. Como a UREMG permanecia com sua Escola Superior de Ciências Domésticas apenas no papel⁵⁴, foi identificada como melhor local para tal. De acordo com Lopes (1995), é possível que a comissão para escolha tenha se dado apenas por retórica, uma vez que a ESCD já estava criada em Viçosa e o convênio com as universidades americanas não era algo novo para a instituição.

A autora ressalta que poderiam ter sido viabilizadas escolas para atender outros cursos mais comuns no Brasil como direito, medicina e engenharias. Tal fato sugere a interferência dos Estados Unidos na escolha dos novos profissionais a serem formados para o projeto UREMG, demonstrando interesse na consolidação da elite agrária. A *circulação* das ideias de professores estadunidenses, o *land grant colleges* e a referência dos EUA na expansão agrária auxiliaram para o desenvolvimento do modelo almejado.

A *home economics* se difundiu a partir das ideias de Catherine Beecher com o *Treatise on Domestic Economy*, publicado em 1841. A autora incorporou o discurso patriarcal da época que colocava as mulheres como responsáveis pelo lar e os homens como sujeitos da vida pública. O ideal reafirmava, ainda, que a divisão entre o público e o privado promovia a família, visto que concedia à mulher a prerrogativa de cuidar do lar e da educação dos filhos. Esse discurso foi conciliado ao contexto patriótico, reforçando a função das mulheres (SIMIÃO, 2016).

Antes mesmo do lançamento do *Treatise*, Catherine Beecher já realizava seminários e cursos para o público feminino. A autora acreditava que uma ciência voltada para a formação do lar colocaria as mulheres em condição ativa e legítima diante do desenvolvimento do país, pois, era dos lares, espaço de responsabilidade feminina, que saíam os filhos da pátria. Procurou reunir esse ideal de mulher socialmente naturalizado para permitir o acesso feminino à educação, assim recorreu a uma ciência que atendia ao que era imposto, mas também permitia às mulheres um lugar fora da submissão dos homens. A *housewife*, nos Estados Unidos, era o espaço mais apropriado para que elas acessassem a educação e isso era entendido como a concretização direta de um papel das mulheres com a pátria,

algo que a tornaria verdadeiramente mulher, uma vez que consumava a operação de consolidação da subjetividade feminina e da pessoa, ora depositária dessa identidade, a um só tempo social e individual. Uma existência, pois, fundamentada,

⁵⁴ Em 1948, para ampliação da ESAV para UREMG, foi definida a criação da Escola Superior de Ciências Domésticas, no entanto, apenas em 1952 a instituição ofereceu o primeiro curso: Administração do Lar.

referenciada biologicamente segundo sua natureza mesma, localizada socialmente segundo seu desígnio. Uma apoteose (SIMIÃO, 2016, p. 89).

A inovadora Catherine Beecher apresentou estratégias para institucionalização, profissionalização e cientificação da então construída aptidão feminina, com base na própria biologia. Cinquenta e oito anos depois do *Treatise*, em 1899, Ellen Richards apontou a importância do fazer doméstico enquanto ciência, desejando a aplicação das descobertas relacionadas ao cotidiano do lar, como química sanitária, alimentar e poluição industrial (SIMIÃO, 2016).



Figura 13: Ellen Richards

(Fonte: BIOGRAFY, 2019.)

Ellen Richards nasceu em 1842 em Massachussts, onde viveu em uma fazenda. Em 1870, terminou a graduação e matriculou-se como aluna especial de química no *Massachusetts Institute of Technology*, passando a ser a única mulher naquele ambiente. Iniciou os estudos na engenharia sanitária e na pesquisa experimental em economia doméstica. Fundou o movimento de economia doméstica e foi pioneira ao aplicar a química na nutrição. Seu pioneirismo também se estendeu ao Instituto de Tecnologia de Massachusetts

onde foi a primeira aluna e instrutora. A falta de reconhecimento das mulheres na ciência impediu que Ellen Richard ingressasse no doutorado, só foi conhecida como cientista depois de estudar química aplicada ao lar, onde se atentou as fontes de poluição do ar (LOPES, 1995). Isso explicaria sua luta pela inserção feminina no mercado profissional por meio do lar, pois, seria o único lugar aceitável para que as mulheres ocupassem. Em 1911, Richards faleceu deixando a Ciências Domésticas como seu grande legado.

A importância de Ellen Richards vai além de uma simples atuação militante em prol da ciência e da inserção feminina no seu espectro. O que a pioneira fez foi antes tornar-se a mentora de uma *nova concepção de mulher*. Não furtando-lhe as tarefas e os compromissos domésticos, como fizera Beecher, Richards preconizou a projeção da mulher na vida pública, e mais precisamente na sua esfera mais notável segundo seu juízo: o campo do conhecimento científico (SIMIÃO, 2016, p. 93).

Apesar dos *land grant colleges* terem sido pioneiros no acesso das mulheres ao ensino, não apresentavam essa instrução pensada para mulheres (SIMIÃO, 2016). Isso era essencial para que elas conseguissem seguir em tais carreiras, uma vez que uma grade pensada para homens dificultava o acesso feminino ao ensino e posteriormente ao mercado de trabalho. A *home economics* se propôs a seguir outros caminhos dentro da lógica de modernidade, e tomaram como ênfase o planejamento, administração e uso eficiente dos recursos para cuidar do lar.

A modernização do campo, baseada nos padrões estadunidenses, criou uma noção de extensionismo fundamentada na divisão sexista entre homens e mulheres, sendo ele o chefe da família e ela dona de casa. Às mulheres o trabalho doméstico, que permitia os baixos custos na produção com o uso da mão de obra não paga, o que nos sugere que o objetivo da formação feminina nas Ciências Domésticas era, também, para que essas se apropriassem de um conhecimento que seria usado dentro dos seus próprios lares. Era por meio dessa administração e cuidado do lar que os homens poderiam promover o desenvolvimento do campo. Não era uma formação para que alcançassem uma emancipação da vida doméstica. Contudo, Lopes (1995), através de entrevistas com as pioneiras do curso, nos mostra que os caminhos realizados pelas primeiras Economistas Domésticas ultrapassaram os cuidados com o lar.

A autora pontua que o acesso ainda muito restrito a educação no Brasil fez com que a divisão sexual do trabalho e a construção científica fossem sentidas com menor intensidade, pois até mesmo entre os homens o acesso à educação era um privilégio, o que dinamizou as divisões de gênero. Essa segmentação esteve fortemente presente dentro da UREMG.

A política desenvolvimentista no Brasil acompanhada por modificações em relação à questão de gênero. As mulheres urbanas brasileiras seguiram as tendências internacionais de emancipação feminina derivadas da necessidade gerada pelo esforço da Segunda Guerra Mundial e pelo crescimento econômico. Todavia, a partir do final da década de 1940 e nos anos 1950, o Brasil parece ter convergido com a política estadunidense de restabelecimento do papel doméstico das mulheres. Ora, a transmissão dos códigos e visões de mundo propiciadas pelo Imperialismo e a Guerra Fria, estendia-se ao âmbito do privado que, como enunciava a geração de feministas da chamada segunda onda, também é político (PINHEIRO, 2016, p. 26).

Considerando o período de aproximação entre os países, o contexto de Guerra Fria (1947- 1991) é indispensável para compreender o interesse dos Estados Unidos em exportar esse saber e manter acordos. Preocupavam-se com o nacionalismo que se desenvolvia na América Latina com o risco de gerar conflitos e uma autonomia por parte desses países que poderia ocasionar uma abertura ao socialismo instaurado na União Soviética.

Em 1952, a Escola Superior de Ciências Domésticas começou a disponibilizar cursos e por meio de um acordo com a Universidade de Purdue, trouxe ao Brasil o técnico Mr. Winks que atuou no Serviço de Extensão e Miss Anita Dickson, técnica em *home economics*. Antes de chegar ao Brasil, Miss Dickson já estava em relações com a Escola Superior de Ciências Domésticas.

Anita Dickson nasceu em 1911, em Montevallo- Missouri nos Estados Unidos. Formou-se na área de educação na Universidade de Missouri em 1932. Atuou em diversas regiões do país na extensão rural. Foi agente do campo do programa de Demonstração do Lar, professora na educação de adultos (1932-1934), envolveu-se em projetos do Serviço de Extensão Rural e foi professora de Educação Vocacional (1934 -1937). Trabalhou com economia doméstica por dez anos (1937-1947), foi Agente de Extensão do Estado em Missouri (1947-1951) e Associada em Economia Doméstica na Universidade de Purdue, o que permitiu que viesse para Viçosa coordenar e orientar na construção da Economia Doméstica (LOPES, 1995). Miss Dickson foi fundamental para construção do curso de bacharelado em Ciências Domésticas. Chegou ao Brasil em fevereiro de 1952, poucos meses depois, em agosto, a ESCD que esteve apenas no papel desde 1948, iniciou suas atividades.

Foi possível perceber o engajamento do Estado para consolidação de um plano modernizador apoiado no modelo estadunidense que caminhava desde o surgimento da ESAV, com o modelo dos *land grant colleges* implantado por Peter Henry Rolfs, sequenciado pelo modelo da *home economics* de Anita Dickson:

(...) escolher uma técnica ligada ao serviço de extensão rural americano, para implantar no Brasil o curso de ciências domésticas, comprova a ênfase que os acordos de governos pretendiam dar ao curso de ED, qual seja, a de desenvolver programas educativos para a população rural, fundamentalmente

para a parcela que não freqüentava até então os cursos superiores de agronomia - as mulheres (LOPES, 1995, p. 109).

A Extensão foi a alternativa encontrada para ampliação do acesso a uma educação agrícola fundamental para aplicação do projeto de modernização do campo. O Brasil reconhecia seu papel agrícola e fornecedor de matéria prima na condição de “país subdesenvolvido”, mas buscou se inspirar no modelo americano de desenvolvimento do campo.

No Brasil, a implantação de um modelo estrangeiro referente à economia doméstica encontrou obstáculos. As condições de infraestrutura para realização desse plano revelaram que a realidade brasileira, especialmente a viçosense, teria que se adequar para se adaptar aos padrões modernos do século XX. Nos primeiros anos de funcionamento da Escola, as condições eram precárias, como denuncia Maria C. Simões em documento sobre os dez anos da primeira turma das Ciências Domésticas: “sem alojamento para as alunas, sem prédio para as aulas, sem corpo docente próprio, sem verbas, nasceu a ESCD. Para dormitório, usava-se a casa de hóspedes da ESA, atual sede da Reitoria, e, como prédio de aulas a sala de visitas do alojamento ou salas disponíveis do prédio da ESA” (SIMÕES, 1966).

A primeira diretora foi Benedita Melo, indicada por Helena Antipoff⁵⁵, assumiu um dos poucos cargos ocupados por mulheres na Escola. Apesar da proposta de inclusão feminina, o corpo docente do primeiro ano era aproximadamente 72% masculino, composto por José de Alencar, *Microbiologia*, Flávio A. Couto, *Horticultura*, Afonso S. Correia, *Zootecnia*, Edgar V. Barros, *Sociologia*, Erly Dias Brandão, *Contabilidade*, Aníbal J. Tôrres, *Higiene*, Nestor C. Santos, *Matemática* e Joaquim Campos, *Zootecnia*. As únicas mulheres eram as técnicas americanas, Anita Dickson e Ernestina Cotta, ambas da Universidade de Purdue, lecionaram *Preparo de Alimentos*, *Nutrição*, *Decoração*, *Vestuário*, e a brasileira Lygia de Oliveira, da Escola de Enfermagem Carlos Chagas, em Belo Horizonte, que lecionou *Puericultura* e *Enfermagem*. Logo, percebemos a predominância das disciplinas e professores ligados ao curso de Agronomia.

⁵⁵Helena Wladimirna Antipoff (1892 - 1974), nascida na Rússia, foi psicóloga e pedagoga com formação universitária na Rússia, Paris e Genebra. Foi convidada pelo governador do estado de Minas Gerais para operacionalizar a Reforma Francisco Campos- Mario Casassanta, iniciativa do movimento Escola Nova com o objetivo de implantar uma Escola de Aperfeiçoamento de Professores. Passou a viver no Brasil a partir de 1929 e dedicou-se à formação de normalistas que assumiriam as mudanças no ensino fundamental das escolas primárias. Interessada pelo ensino de psicologia, foi convidada para implantar o Laboratório de Psicologia da Escola de Aperfeiçoamentos. Seu interesse pela educação da criança com deficiência fez de Helena Antipoff pioneira na educação especial no Brasil. Fundou a primeira Sociedade Pestalozzi, iniciando o movimento *pestalozziano* brasileiro que possui, atualmente, cerca de cem instituições (CAMPOS, 2003).

Camila Pinheiro (2016) compreende essa vinculação do trabalho agrônomo e doméstico como algo próprio ao curso, pois não havia distinções entre as atividades domésticas e agrícolas, o que antecipou a naturalização da dupla jornada assumida pelas mulheres. Tal comportamento explica a presença do curso no campo onde a relação com o lar foi muito associada ao trabalho agrícola. Isso fez com que as políticas para formação rural, por meio das Ciências Domésticas, não se preocupassem com a ameaça de uma redução da carga de trabalho do produtor rural, pois colocar as mulheres na posição de auxiliares sugere tal função. No entanto, o que ocorre é uma sobrecarga de atividades para as mulheres através da dupla jornada que chega antes da conhecida no espaço urbano.

A partir da criação da Escola, foram buscadas estratégias para atrair as mulheres para o Ensino Superior da ESCD. Dentre elas, o oferecimento do curso de Administração do Lar com duração de um ano, a primeira turma concluiu em fevereiro de 1953. O objetivo era que dele saíssem as profissionais do ensino superior e, ao final, se formaram como Cientistas Domésticas as trinta e três alunas. Algumas foram convidadas para o cargo de professoras do Curso Superior, outras foram além sendo selecionadas para realizar a graduação nos Estados Unidos por um ano, e em seguida retornaram e assumiram o que, segundo Lopes (1995), era um “caminho natural”, tornaram-se professoras da ESCD. Algumas que não seguiram tais caminhos, continuaram na escola e foram autorizadas a realizar matrícula no segundo ano do curso superior.

Terminado este, todas são convidadas a permanecer na escola, algumas já diretamente envolvidas com o curso superior, como professoras; outras, no curso de um ano, quase como um estágio probatório ou uma aprendizagem adicional para a prática pedagógica e, tão logo quanto possível, tornam-se também professoras do curso superior (LOPES, 1995, p. 239).

Tal movimentação nos permite perceber como a formação para o lar foi apenas uma alternativa encontrada para assumir outros espaços. A lógica modernizadora do século XX formou essas mulheres para administrar e permanecer nos lares, elas foram além. A tendência expansionista exigia que desenvolvessem a extensão rural. Apesar da formação que seguia os moldes da *dominação masculina*, algumas mulheres criaram mecanismos que lhes permitiram não retornar para os lares.

Buscava-se mostrar uma necessidade política e simbólica por meio da Extensão e Ciências Domésticas,

um conjunto de códigos de comportamento e visões de mundo que assegurassem não só o disciplinamento da força de trabalho rural e a desmobilização de potenciais movimentos sociais rurais, como também o discurso de “modernização” do ambiente doméstico como instrumento capaz de reproduzir a dominação masculina (PINHEIRO, 2016, p. 32).

A vinculação do projeto de Extensão ultrapassou as demandas políticas, tornando-se, de igual maneira, uma questão de cunho moral que estava além das demandas esavianas. Construiu-se uma imprescindibilidade pelas economistas domésticas para o avanço do Brasil, a emergência pela modernização dedicava mais atenção à expansão desse saber que à manutenção das economistas no lar. De acordo com Pinheiro (2016), essas profissionais percorriam as famílias rurais e comunidades do Brasil levando filtros d'água, tanques de lavar roupa e lições para confecção de roupas e hortas.

Apesar da profissionalização e trabalho assalariado, as economistas domésticas tinham em sua formação a manutenção do papel feminino, exerciam uma atividade semelhante à desempenhada por professoras e enfermeiras, promoviam uma extensão da maternidade comum a noção de cuidado. Elas eram entendidas como mulheres modernas por alcançarem o trabalho assalariado que permitiria uma autonomia financeira, no entanto “tinham em seu labor a ratificação do arcaico” (PINHEIRO, 2016. p.49), permaneciam na tarefa de cuidadoras.

Pinheiro (2016) mostra dois importantes pontos sobre as relações do cuidado – *care* – e o trabalho doméstico. O primeiro se refere a uma atividade que pode ser realizada sem remuneração, pois foi construída uma ideia de que se trata de uma demonstração do amor feminino por seus familiares. O segundo é a externalização pós Segunda Guerra Mundial diante da qual mulheres brancas saem para o mercado de trabalho e as negras ocupam o interior de suas casas

No caso brasileiro, a especificidade da escravidão anteciparia a difusão deste serviço, ocorrido na Europa somente no século XX. O trabalho hoje conhecido como *care* já era realizado no Brasil por mulheres negras desde os tempos coloniais e graças a uma dada modalidade de transição do escravismo para o assalariamento, que não propiciou a inserção desta parcela da população no mercado de trabalho-continua a ser majoritariamente feito por mulheres negras (PINHEIRO, 2016, p. 50).

As Ciências Domésticas foram uma estratégia para formar mão de obra saudável e disciplinada, criando um modelo de relação familiar, uma política utilizada para expandir a concepção hegemônica quanto ao gênero feminino na qual o trabalho doméstico exerce o papel de auxiliar na produção de capital. A lógica da Extensão Rural na UREMG fortaleceu a ideia de que as mulheres deveriam seguir aquilo que foi construído para o feminino, o papel de cuidadoras:

responsáveis pela redução de doenças, pelos cuidados com hortas e animais domésticos e pela alimentação da família. Como faces da mesma moeda, seu complemento era o ensino direcionado aos homens, referido à utilização de técnicas “modernas” em prol do aumento da produtividade do trabalho (PINHEIRO, 2016, p. 27).

Coube aos corpos femininos um disciplinamento para que administrassem o lar seguindo as lógicas de controle. Os mecanismos de poder usaram das mulheres para manutenção do patriarcado ao coloca-las dentro de uma formação para o lar que auxiliava o desenvolvimento nacional realizado pelos homens. Contudo, constatamos que elas fizeram outros usos de tais relações, beneficiando-se dessa abertura para sair do privado para o público. E ainda que tenha sido uma formação voltada para o lar, possibilitou formas de emancipação feminina.

O acesso a esse local disciplinador, a UREMG, não se deu de forma homogênea e nem atingiu todos os grupos. Diante das dificuldades encontradas para a formação profissional feminina, a idade média de ingresso dessas alunas é algo importante para analisar como a profissionalização se dava de forma tardia. Como discutido no primeiro capítulo, o casamento possuía um valor social superior à carreira profissional, o que tornava ainda mais restrito a quantidade de estudantes. Consonante a uma sociedade que colocava como antagônica as mulheres casadas e a mulheres solteiras, as jovens eram disciplinadas para almejar o casamento,

As alunas que frequentaram esse espaço entre 1931 e 1956, período entre o primeiro Curso Feminino e o encerramento do curso para primeira turma de Ciências Domésticas, não respeitaram um padrão quanto à idade para ingressar nos cursos técnicos e superiores.

Tabela 4: Quantidade de estudantes segundo idade (1931 – 1956)

Idade	Freq. absoluta (N)	Freq. relativa (%)
15	1	1%
16	3	2%
18	11	8%
19	13	9%
20	15	11%
21	21	15%
22	11	8%
23	9	6%
24	11	8%
25	8	6%
26	9	6%
27	5	4%
28	6	4%
29	2	1%
30	4	3%
31	1	1%
32	1	1%
33	1	1%
34	3	2%
36	1	1%
Não consta	3	2%
Total	139	100%

Fonte: Lista das Pioneiras (2019)

Percebemos que não havia nem mesmo uma idade mínima para a entrada das estudantes, iam desde os quinze aos trinta e seis anos. Em média, eram alunas com vinte e dois anos, sendo mais frequente aos vinte e um, e menos frequente entre menores de dezoito anos e maiores de trinta. Isso está ligado a uma caminhada tardia no acesso a educação. Como o casamento era entendido como a melhor das opções, é possível que algumas dessas

mulheres tenham conseguido acesso a educação depois do casamento, uma vez que costuma ser um laço precoce.

Houve um forte crescimento da presença feminina na instituição, no entanto, incapaz de dissolver as demarcações dos cursos. Como ressalta Michel Foucault (1999), o poder não precisa lidar com a negação para se instaurar, posto que isso não é o mais importante, o que precisamos compreender é como ele produz os regimes de verdade que moldam sujeitos. Não havia uma proibição para que mulheres não seguissem nos cursos de Agronomia ao invés de Ciências Domésticas, no entanto são métodos que mantêm o controle das operações do corpo impondo uma relação de docilidade-utilidade.

Até 1956, apenas três mulheres concluíram o curso de Agronomia presente na instituição há vinte e oito anos. Em contrapartida, Ciências Domésticas, em sua primeira turma, formou 14 cientistas domésticas. A divisão sexual do trabalho mantém os homens nas áreas de maior valor social.

Tabela 5: Quantidade de estudantes por curso (1931-1956)

Curso	Freq. absoluta (N)	Freq. relativa (%)
Administração do Lar	107	77%
Agronomia	3	2%
Ciências Domésticas	14	10%
Técnico Agrícola	5	4%
Técnico de Ciências Domésticas	10	7%
Total	139	100%

Fonte: Lista das pioneiras (2019).

Além de estarem concentradas nas áreas domésticas, há uma desigualdade de acesso até mesmo nos tipos de cursos. A Administração do Lar, com duração média de um ano, foi o curso com maior quantidade de alunas que o concluíram, chegando a 77%, valor superior à soma de todos os demais. Tal curso serviu de preparação, permitindo compreender o alto índice de alunas.

A presença feminina na ESAV aumentou e, junto dela, houve o desenvolvimento da Escola Superior de Ciências Domésticas. Se entre 1947 e 1950 não há registros de nenhuma

aluna que tenha concluído o curso, em 1952, ano de início da Administração do Lar, foi registrado um grande crescimento no número de alunas. É importante ressaltar que, em uma sociedade excludente, ocasionalmente, era mais favorável ter uma formação própria para mulheres, pois, tendo vista o sistema machista, não lhes era proveitoso a qualificação em áreas em que não seriam aceitas profissionalmente. Era um risco formar-se agrônoma e não conseguir emprego porque não se acreditava na capacidade feminina nesse ramo.

4. APONTAMENTOS FINAIS

A pesquisa sobre a conquista de espaço das mulheres na ESAV pode ser desenvolvida por diferentes caminhos, seja analisando as trajetórias dos sujeitos envolvidos nesse processo ou identificando os cursos oferecidos. Optamos, aqui, por analisar os cursos realizados pela ESAV e UREMG para atender o público feminino em meio a um contexto de mudanças nas relações de controle sobre os corpos femininos. Atentamo-nos a perceber o desenvolvimento gradual dos espaços de acesso para mulheres desde o *Primeiro Curso Profissional Feminino*, em 1931, até chegarmos à *Ciências Domésticas*.

Tendo em vista a importância e as mudanças do início do século XX, partimos das noções entre vida privada e pública, uma vez que a saída das mulheres do lar para as ruas esteve para além das mudanças da paisagem. A profissionalização feminina, muito restrita aos lugares de cuidado, foi e ainda é fundamental para alcançar alguma independência.

Os interesses para que as mulheres acessassem a vida pública diziam respeito às transformações nas relações econômicas. O fortalecimento do capitalismo e o contexto pós-primeira Guerra Mundial fizeram com que as mulheres fossem vistas como mão de obra. Para os discursos de dominação, elas eram apenas auxiliares do progresso, no entanto, assumiram um protagonismo que marcou o início do século XX com a presença dos seus corpos em diversos espaços públicos, dentre eles as escolas.

Inicialmente, as escolas normais foram as alternativas mais comuns, permitindo uma instrução para mulheres, dentro da lógica dos cuidados. Essa formação limitada, acrescida de recursos que as impossibilitavam de ensinar sobre Agronomia e Veterinária, explica as distinções entre o corpo docente da escola anexa e da ESAV. A primeira professora dessa instituição não lecionava nos cursos técnicos e superiores, mas na Escola Cooperativa, local destinado a alfabetizar operários, suas filhas e filhos.

A princípio, acreditávamos que encontraríamos um espaço exclusivamente masculino onde as esposas dos professores tinham a instituição apenas como um quintal com suas residências dentro da ESAV. No entanto, nos deparamos com as funcionárias, inicialmente, na secretaria e em alguns serviços para manutenção do internato e, posteriormente, nas correspondências institucionais, assinando como secretária geral e tesoureiras, até chegarmos às primeiras professoras com a ESCD.

Essas funcionárias exerciam atividades além das funções ligadas à profissão, como a participação em eventos e organização de times para competições esportivas e associações.

Durante o período entre a fundação da ESAV e ESCD, elas faziam parte do convívio predominantemente masculino.

Nos eventos esportivos dos grandes centros, as mulheres apareciam nas arquibancadas e posteriormente tornaram-se parte ativa na condição de atletas, o mesmo percurso foi realizado na ESAV, chegando ao ponto dos alunos se deslocarem para Escola Normal na função de torcida das normalistas.

Essa *circulação* entre os corpos nos levou a perceber a vida esaviana de forma muito mais ampla e próxima aos discursos do espaço público e privado. Somos levados a acreditar que o curso de Ciências Domésticas apenas formou mulheres para administrar seus lares e proporcionar melhor assistência aos maridos e filhos, no entanto essas mulheres conseguiram fazer outros usos desses espaços que serviram de escada para que algumas se tornassem professoras universitárias e buscassem seus estudos nos Estados Unidos.

O vínculo estrangeiro, as origens dos pioneiros e o fato da UFV ainda hoje ser uma instituição isolada em relação à cidade de Viçosa, relação passível de muitas críticas, nos fez dar mais atenção ao convívio interno das mulheres na instituição. Apesar da ESAV surgir muito vinculada aos interesses políticos e ser colocada em Viçosa seguindo a mesma lógica, percebemos que o público atingido pela instituição não era a população de Viçosa. Às camadas mais humildes, como os operários que fizeram parte da construção da instituição, coube a escola anexa com aulas de alfabetização.

Por ser marcada pela presença externa, os filhos de fazendeiros vinham de diversas partes do Brasil e de fora dele para ESAV, a fim de alcançar um alto conhecimento que em muito se divergia do analfabetismo predominante em Viçosa. Fato capaz de fazer da instituição um mundo muito a parte daquele que era comum aos esavianos.

As dificuldades para encontrar fontes referentes às personalidades femininas também foi algo marcante. Tal conjuntura pode ser identificada ainda hoje na UFV, o site “Personagens e Pioneiros da UFV” mantido pela própria instituição não faz referência a mulheres como Anita Dickson, no entanto, Rolfs e outros professores tem sua biografia detalhada.

Diante dessa fronteira histórica e a ausência de estudos sobre mulheres em Viçosa no início do século XX, optamos por compreender as transformações vivenciadas na instituição a partir da lógica progressista adotada pelo discurso oficial. Porém, são necessários estudos sobre a história das mulheres viçosenses para pensar a presença feminina perante essas fronteiras de acesso à Universidade.

Os cuidados com o anacronismo são indispensáveis, também, nos sensibiliza o fato dessas mulheres acreditarem que a saída do lar para uma formação para o lar era algo único e que merecia atenção. A *dominação masculina* não se instaura apenas na manutenção dos homens nos postos do poder institucionais, ela condiciona nossos pensamentos e comportamentos. Por isso, era comum que percebessem os cursos de profissionalização para o lar como grandes avanços.

Buscamos analisar os cursos anteriores à Economia Doméstica por entendermos que a implantação do curso superior passou por um processo gradual que não pode ser desvinculado do pilar extensionista. O “Aprender fazendo” permitiu que as mulheres reivindicassem os cursos de extensão, como constatamos com a carta de solicitação assinada por mil e seiscentas senhoras para a realização do *Mês Feminino*.

É possível que as esposas dos professores tenham sido mobilizadoras desses eventos femininos, pois já viviam na Escola e algumas acompanharam o desenvolvimento da Economia Doméstica nos EUA. As relações internacionais estiveram presentes no surgimento da ESAV e não foi diferente com UREMG, fazendo com que o referencial desses cursos fosse mais vinculado a um padrão estadunidense que brasileiro.

Apesar da tentativa esaviana de adaptar-se a presença feminina nos cursos, é possível perceber a ausência de profissionais voltados especificamente para a área feminina, ao longo dos primeiros eventos, como o *Curso Profissional Feminino*. Pela perspectiva da Divisão Social do Trabalho, é possível analisar os âmbitos em que essas mulheres se formaram e até mesmo os cargos ocupados por todas as funcionárias da instituição, no entanto, os eventos mostram como os homens eram permitidos de falar sobre temáticas colocadas como femininas.

Reconhecendo os limites temporais e interpretativos, procuramos compreender esses primeiros cursos oferecidos para mulheres em meio à lógica contextual de modificações na relação entre vida privada e pública. No entanto, além dessas questões, podem ser relevantes trabalhos com a verificação da possível ocorrência da *Semana das Fazendeiras*, pois apesar dos estudos que citam o evento, não encontramos fontes que informam seu acontecimento, é possível que tenha sido apenas um decreto não aplicado. Outra importante possibilidade são os levantamentos sobre as funcionárias, observando os cotidianos e os cargos ocupados, para assim potencializar o conceito, pouco explorado, de divisão sexual do trabalho.

Assim como os cotidianos da vida cidadina estavam marcados pela pluralidade dos acontecimentos não destacados pelo discurso hegemônico, o desenvolvimento no campo não foi algo uniforme. O padrão modernizador excludente fez com que esse movimento entre

público e privado atendessem às mulheres brancas e ricas, conseqüentemente eram elas que tinham o privilégio de ocupar as salas de aula.

Pela observação dos aspectos analisados, certificamos como a entrada feminina neste meio educacional e no mercado de trabalho foi gradual, mesmo depois da conclusão do curso. A trajetória dos cursos esavianos implicou na ampliação dos espaços femininos dentro da ESAV, até chegar ao curso superior da Escola Superior de Ciências Domésticas.

Apesar de pontuarmos a interseccionalidade existente entre mulheres, são necessários estudos com uma análise aprofundada na história a partir desses diferentes grupos. É preciso buscar trajetórias como a das mulheres negras e indígenas dentro da Universidade Federal de Viçosa, para que assim o discurso hegemônico seja diluído e as desigualdades de acesso sejam melhor problematizadas.

Finalizamos acreditando que foi possível analisar o processo de conquista de espaço das mulheres na ESAV e UREMG, seguindo desde os cursos de extensão ao superior. Abordamos eventos femininos que foram inexplorados e silenciados pela história institucional. Assim desejamos que seja apenas uma semente para o desenvolvimento de trabalhos futuros com outras perspectivas e aprofundamentos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, Jane Soares de. Mulheres no cotidiano: educação e regras de civilidade (1920/1950). **Dimensões: Revista de História da UFES**, v. 33, p.336 – 359, 2014.

ALMEIDA, Marlaine Lopes de. **O Club Sportivo Feminino e as formas de sociabilidade para as mulheres da elite em Aracaju (1919 – 1926)**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia. Salvador – BA.

AZEVEDO, Denílson. **Melhoramento do homem, do animal e da semente**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

BAIA, Anderson da Cunha. **O Esporte na Consolidação e Propagação do Espírito Esaviano**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia – MG.

BARBOSA, Lidiany Silva. **Roupa nova para a velha senhora agrária: os engenheiros-agrônomo e a modernização do campo**. 2004. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Viçosa.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Tradução: Sérgio Milliet. v.1, 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BLOCH, Marc. **Apologia a História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BORGES, José Marcondes. **Escola Superior de Agricultura: origem, desenvolvimento e atualidade**. Viçosa – MG: Editora UFV, [196-].

BORGES, José Marcondes; SABIONI, Gustavo Soares. **Legislação de importância histórica**. Viçosa – MG: Editora UFV, 2010.

BORGES, José Marcondes; SABIONI, Gustavo Soares; MAGALHÃES, Gilson Faria Potsch. **A Universidade Federal de Viçosa no século XX**. Viçosa – MG: Editora UFV, 2006.

BORGES, Vera Lucia Abrão; SILVA, Fabrício Valentim da. **Ensino agrícola, trabalho e modernização no campo : a origem da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais (1920-1929)**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Tradução: Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Mapa do Analfabetismo no Brasil. Brasília: Instituto Nacional. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Mapa+do+analfabetismo+no+Brasil/a53a+c9ee-c0c0-4727-b216-035c65c45e1b?version=1.3>> Acesso em: 10 out. 2018.

BRESCIANI, Maria Stella. Dimensões do estar no mundo/cidades: o público, o privado, o íntimo. In: Britto, Fabiana Dutra; Jacques, Paola Berensteins. (Org). **Corpocidade – Gestos urbanos**. 1ªed. v. 1, p.102-149. Salvador: EDUFBA, 2017.

BURLAMAQUI, Mariana Mello. **A Associação brasileira de educação como uma instituição de divulgação das ciências**. 2013. Disponível em <http://www.hcte.ufrj.br/downloads/sh/sh6/SHVI/trabalhos%20orais%20completos/trabalho_005.pdf> Acesso em: 30 nov. 2018.

BURITI, Iranilson. Corpo feminino em detalhes: honra e modernidade no Brasil dos anos 20 (século XX). **Saeculum- Revista de História** ; João Pessoa, jul./dez. 2012. Acesso em: 11 out. 2018.

CAIXETA, Rodrigo Fonseca. **Concursos de beleza e socialização feminina nos “anos dourados”**. 2015. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas. **Helena Antipoff: razão e sensibilidade na psicologia e na educação**. Estud. av. [online]. 2003, vol.17, n.49, pp.209-231. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300013> Acesso em: 26 de jan. 2019.

CARVALHO, José Murilo de. **A escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/7j8bc/pdf/carvalho-9788579820052.pdf>> Acesso em: 10 nov. 2018.

CASTANHA, André Paulo. As fontes e a problemática da pesquisa em história da educação. In: ORSO, P. J.; CASTANHA, A. P. e outros. (Org.). **História da educação: levantamento de fontes e instituições escolares**. 1ed. Cascavel – PR: Coluna do Saber, 2008.

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro, 1918-1940**. Campinas, Editora UNICAMP, 2000.

CERASOLI, Josianne Francia. **Modernização no plural: obras públicas, tensões sociais e cidadania em São Paulo na passagem do século XIX para o XX**. 2004. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280690>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2000.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do Cotidiano: Artes de fazer**. 22 ed. Petrópolis, RJ. Editora Vozes. 2017.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural – entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Memória e Sociedade, 2002.

COMETTI, Elen Scopel. **A Extensão na Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (ESAV) 1926- 1948**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora – MG.

COSTA, Priscila Trarbach. **O acesso da mulher ao ensino superior na Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUTRA, Eliana. **O ardil totalitário ou a dupla face na construção do Estado Novo**. Belo Horizonte, UFMG, 1997.

ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da belle époque**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. **Os republicanos e a abolição**. Rev. Sociol. Polit. Curitiba, n. 27, p. 181-195, novembro de 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01044782006000200013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 nov. 2018.

FERREIRA, Jordan Bruno Oliveira. **O cinema em Teresina: cultura do cinema e modernidade no século XX**. 2008. Monografia (Licenciatura Plena História) – Universidade Estadual do Piauí, Teresina.

FILHO, Jairo Barduni. **Masculinidades: Um jogo de aproximações e afastamentos, o caso do jornal estudantil O Bonde**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e José Albuquerque Guilhon Albuquerque. 6ªed. Rio de Janeiro/ São Paulo, Paz e Terra, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução: Raquel Ramallete. 26 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

FRACCARO, Glaucia. **Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917 – 1937)**. FGV Editora. Rio de Janeiro, 2018.

FREIRE, Maria Martha de Luna. A puericultura em revista. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Set. 2014, v. 24, nº 3, p.973 – 993.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição**. Tradução: Betania Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOELLNER, Silvana Vilodre. **Bela, Maternal e Feminina: imagens da mulher na Revista Educação Physica**. Rio Grande do Sul. Ed: Unijuí, 2003.

GOMES, Janaína Damaceno. **Os Segredos de Virgínia: Estudo de Atitudes Raciais em São Paulo (1945 – 1955)**. 2013. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

KERGOAT, Danièle. Divisão Sexual do Trabalho. In: HIRATA, Helena; LABOIRE Françoise; DOARÉ, Hélène Le; SENOTIER, Danièle. (Org.) **Dicionário Crítico do Feminismo**. Rio de Janeiro, 2009.

LAMOUREUX, Diane. Público e Privado. In: HIRATA, Helena; LABOIRE Françoise; DOARÉ, Hélène Le; SENOTIER, Danièle. (Org.) **Dicionário Crítico do Feminismo**. Rio de Janeiro, 2009.

LARROSA, Jorge. **Tremores: Escritos sobre experiência**. Tradução de Cristina Antunes e João Wanderley Geraldi. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitaria da Primeira República. In: MAIO, Marco Chor; SANTOS, Ricardo (orgs). **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro; Fiocruz, 1996.

LOPES, Maria de Fátima. **O sorriso da paineira: construção de gênero em Universidade Rural**. 1995. Tese (Doutorado em Antropologia Social)– Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

LOPES, Eliana Marta Teixeira; FARIA , Luciano Mendes Filho; VEIGA, Cynthia Greive. (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 2ªed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: NOVAIS, Fernando; SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da vida privada no Brasil**. v. 3, República: da belle époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 368 – 422.

MELO, Victor Andrade. Mulheres em movimento: a presença feminina nos primórdios do esporte na cidade do Rio de Janeiro (até 1910). In: **Revista Brasileira de História**. v. 27, nº 54. São Paulo, 2007. p. 127-152.

OLIVEIRA, Carlos Alberto. **Prescrições para o futuro: Belo Horizonte entre processos de modernização**. 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

OLIVER, Graciela de Souza; FIGUERÔA, Silvia F. de M. Características da institucionalização das ciências agrícolas no Brasil. **Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência**, v.4. 2006.

OLIVER, Graciela de Souza.; FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de Mendonça. Ceres, as mulheres e o sertão: representações sobre o feminino e a agricultura brasileira na primeira metade do século XX. **Cadernos Pagu (UNICAMP)**. p. 365-397, 2007.

Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-83332007000200015&lng=en&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em: 09 jul. 2018.

OLIVER, Graciela de Souza. **Institucionalização das ciências agrícolas e seu ensino no Brasil, 1930-1950**. São Paulo: Annablume, 2009.

PANIAGO, Maria do Carmo Tafuri. **Viçosa, Mudanças Socioculturais – Evolução História e Tendências**. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa. Imprensa Universitária, 1990.

PIMENTEL, Carmen Regina de Carvalho; FREITAS, Anamria Gonçalves. O ensino secundário brasileiro em 1930 no contexto da cultura escolar e história da educação. In:IX NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”. Universidade Federal da Paraíba. **Anais**. Paraíba, 2012. p.931 – 944.

PINHEIRO, Camila. **Estado, Extensão Rural e Economia Doméstica no Brasil (1948 – 1974)**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.

RABELO, Josiane Oliveira; COSTA, Marta Oliveira; Martins, Bárbara Tavora de Souza. **A educação feminina no Brasil em meados do século XIX e início do século XX**. Enfope, 2015 Disponível em: <<https://eventos.set.edu.br/index.php/enfope/article/view/1195>> Acesso em: 12 out. 2018.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Letramento: Justificando. Belo Horizonte, 2017.

RIBEIRO, Maria das Graças. Caubóis e Caipiras. Os land grant colleges e a Escola Superior de Agricultura de Viçosa. **Revista História da Educação**, Pelotas.v.10, n.19, p.105 – 120, 2006. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/29406/0>> Acesso em: 15 jul. 2018.

ROSA, Tiago Barros. O poder em Bourdieu e Foucault: considerações sobre o poder simbólico e o poder disciplinar. **Revista Sem Aspas**, Araraquara, v.6, n.1, p. 3-12, jan./jun. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/semaspas/article/view/9933>> Acesso em: 16 jul. 2018.

ROSSI, Michelle Pereira da Silva. “**Dedicado à Glória de Deus e ao progresso humano**”: A gênese protestante da Universidade Federal de Lavras – UFLA (Lavras, 1892 – 1938). 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia – MG.

SAFFIOTTI, Heleith. **A Mulher na sociedade de classes: Mito e realidade**. – 3.ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, Aline Tosta. **A construção do papel social da mulher na Primeira República**. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=14404@1> Acesso em: 24 out. 2018.

SANTOS, Eduardo Luiz dos. **Diagnóstico da situação arquivística da Universidade Federal de Viçosa**. 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos)- Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos, GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. n. I, p. 1-15, 2009.

SILVA, Fabrício Valetim. **Ensino agrícola, trabalho e modernização no campo: a origem da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais (1920-1929)**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia – MG.

SILVA, Fabrício Valentim, BORGES, Vera Lúcia Abrão. A origem da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do estado de Minas Gerais: Peter Henry Rolfs e os pilares do saber esaviano (1920- 1929). **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, n.29, p.169-197, 2008. Disponível em: < https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/5052/art12_29.pdf> Acesso em: 12 jun. 2018.

SILVA, U. M. **Extensão universitária: a interação do conhecimento na Semana do Fazendeiro- UFV**. 1995. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa – MG.

SIMIÃO, Fábio Luiz Rigueira. **Ser Mulher, “Uma missão”: A Escola Superior de Ciências Domésticas, Domesticidade, Discurso e Representações de gênero (1948 – 1992)**. 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

SIMONINI, Eduardo Lopes. “Espírito Esaviano” e cotidiano discente na Escola Superior de agricultura e veterinária do estado de Minas Gerais. **Cadernos de História da Educação**. v. 13, n. 1 2014.

Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/viewFile/28177/15548>> Acesso em: 11 nov. 2018.

SCHVARZMAN, Sheila. Ir ao cinema em São Paulo nos anos 20. **Revista Brasileira de História**. v. 25, n. 49. São Paulo, 2005. p. 153-174

SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho; BARROS, Neide Célia Ferreira. As propagandas da Revista Feminina (1914- 1936): A Invenção do mito da beleza. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, v.7, n.1, p. 106- 120. 2014.

SILVA, João Paulo de Souza. **Intelectuais, instituições e reformas na educação brasileira (séc. XX)**. Rio de Janeiro: Dictio Brasil, 2017.

SUZUKI, Júlio César. Modernização, território e relação campo-cidade: uma outra leitura da modernização da agricultura. **Agrária**. São Paulo. n. 6, pp. 83-95, 2007.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **Elites políticas mineiras na Primeira República brasileira: um levantamento prosopográfico**.

Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/1/s11a2.pdf>, Acesso em 12 nov. 2018

WIRTH, John D. **O Fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira**. Trad: Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

ACERVOS E FONTES PESQUISADOS

1. ACERVO DO ARQUIVO CENTRAL E HISTÓRICO UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

1.1. Estatutos, Relatórios e Legislação

ANTEPROJETO do Regulamento do Internato Feminino da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais.

BOLETIM de Agricultura, Zootecnia e Veterinária elaborado por Peter Henry Rolf: “A indústria pecuária mineira e o ensino”. v. 1, n. 4 e 5, p. 105, jan. 1928. Belo Horizonte – MG.

BRASIL. Decreto nº 10.154, de 15 de dezembro de 1931. Aprovação do novo Regulamento da ESAV – MG.

BRASIL. Decreto nº 6.053, de 30 de março de 1922. Cria a Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV) em Viçosa, MG.

BRASIL. Lei nº 272, de 31 de novembro de 1948. Criação da Escola Superior de Ciências Domésticas.

BRASIL. Lei nº 146, de novembro de 1935: subordina a ESAV à Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho do Estado de Minas Gerais.

ESTATUTO da Escola Superior de Agricultura e Veterinária. Viçosa, 1929.

REGISTRO DE TRABALHO do Primeiro Curso Profissional Feminino. Viçosa, 1931.

REGULAMENTO da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais, 1927.

REGULAMENTO da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais, 1931.

REGULAMENTO da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais, 1935.

REGULAMENTO da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais, 1947.

RELATÓRIO ANUAL da Escola Superior de Agricultura e Veterinária. Viçosa, 1927.

RELATÓRIO ANUAL da Escola Superior de Agricultura e Veterinária. Viçosa, 1931.

RELATÓRIO ANUAL da Escola Superior de Agricultura e Veterinária. Viçosa, 1934.

RELATÓRIO ANUAL da Escola Superior de Agricultura e Veterinária. Viçosa, 1935.

RELATÓRIO ANUAL da Escola Superior de Agricultura e Veterinária. Viçosa, 1942.

RELATÓRIO ANUAL da Escola Superior de Agricultura e Veterinária. Viçosa, 1948.

1.2.Mensagens e Diversos

MENSAGEM dirigida pelo Presidente em exercício da Associação Brasileira de Educação, Euzebio de Oliveira, ao Diretor da Escola Agrícola de Viçosa Sr. Dr. Bello Lisboa. 26 de janeiro de 1935. Rio de Janeiro.

MENSAGEM dirigida pelo Presidente da Associação Brasileira de Educação, Celso Kelly, ao Diretor da Escola Agrícola de Viçosa Sr. Dr. Bello Lisboa. 08 de janeiro de 1935. Rio de Janeiro.

MENSAGEM dirigida pelo Diretor da Escola Agrícola de Viçosa Sr. Dr. Bello Lisboa, ao Presidente da Associação Brasileira de Educação, Celso Kelly. 12 de janeiro de 1935. Rio de Janeiro.

MENSAGEM dirigida pelo Diretor da Escola Agrícola de Viçosa Sr. Dr. Bello Lisboa ao Presidente da Associação Brasileira de Educação, Euzebio de Oliveira. 25 de janeiro de 1935. Viçosa.

MENSAGEM dirigida pelo Diretor da Escola Agrícola de Viçosa Sr. Dr. Bello Lisboa ao Presidente da Associação Brasileira de Educação, Euzebio de Oliveira. 13 de fevereiro de 1935. Viçosa.

MENSAGEM dirigida pelo Diretor da Escola Agrícola de Viçosa Sr. Dr. Bello Lisboa ao Presidente da Associação Brasileira de Educação, Euzebio de Oliveira. 30 de janeiro de 1935. Viçosa.

MENSAGEM dirigida pela Sra. Da Jeronyma Mesquita ao Escola Superior de Agricultura e Veterinária. 29 de janeiro de 1935. Viçosa.

1.3.Jornais

A PAINEIRA, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 1956.

FOLHA RURAL, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 1935.

O BONDE, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 1945 – 1963.

2. ACERVO BIBLIOTECA CENTRAL UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

LIVRO ESAV, 1939. Universidade Federal de Viçosa, 1939.

3. ACERVO DA BIBLIOTECA DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DOMÉSTICA

FERREIRA, Maria das Dores de Carvalho. Texto palestra. In: **Semana Nacional de Ciências Domésticas**. Viçosa, 1966.

SIMÕES, Maria C. R. **A Escola Superior de Ciências Domésticas da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais**. Viçosa, 1966.

APÊNDICE

Gráfico 1: Relação da idade de alunas egressas na UFV entre 1931 a 1956

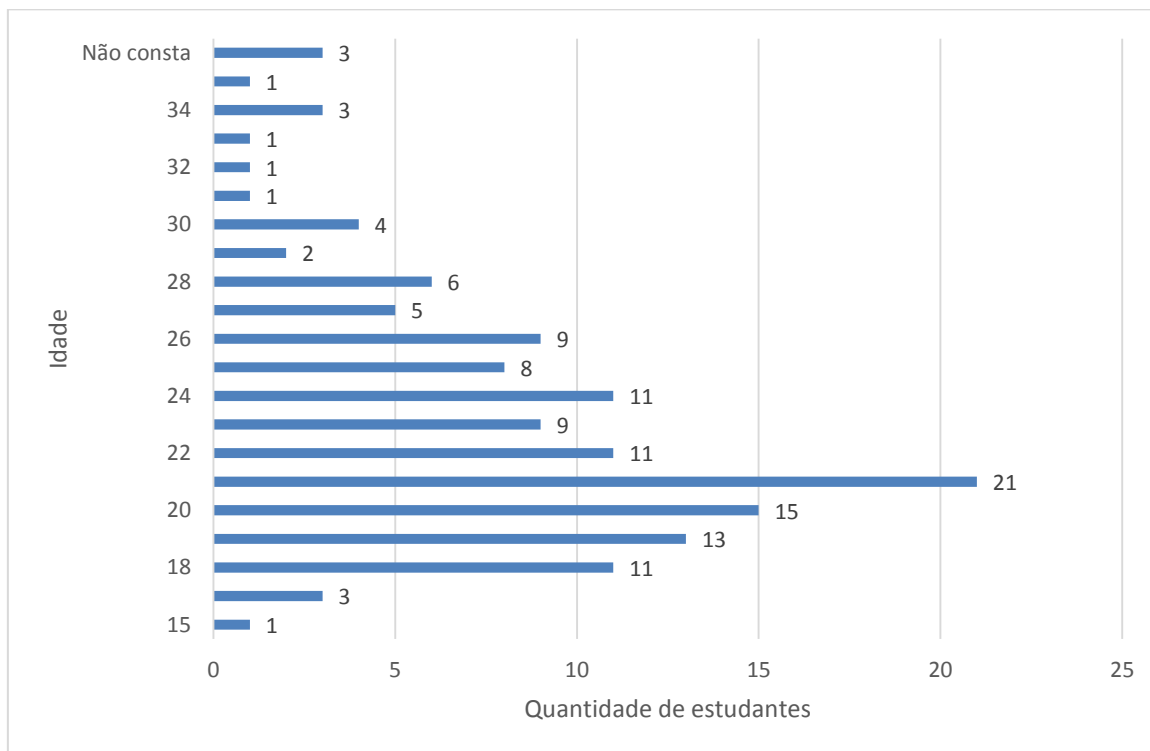


Gráfico 2: Quantidade de alunos por curso na UFV entre 1931 – 1956.

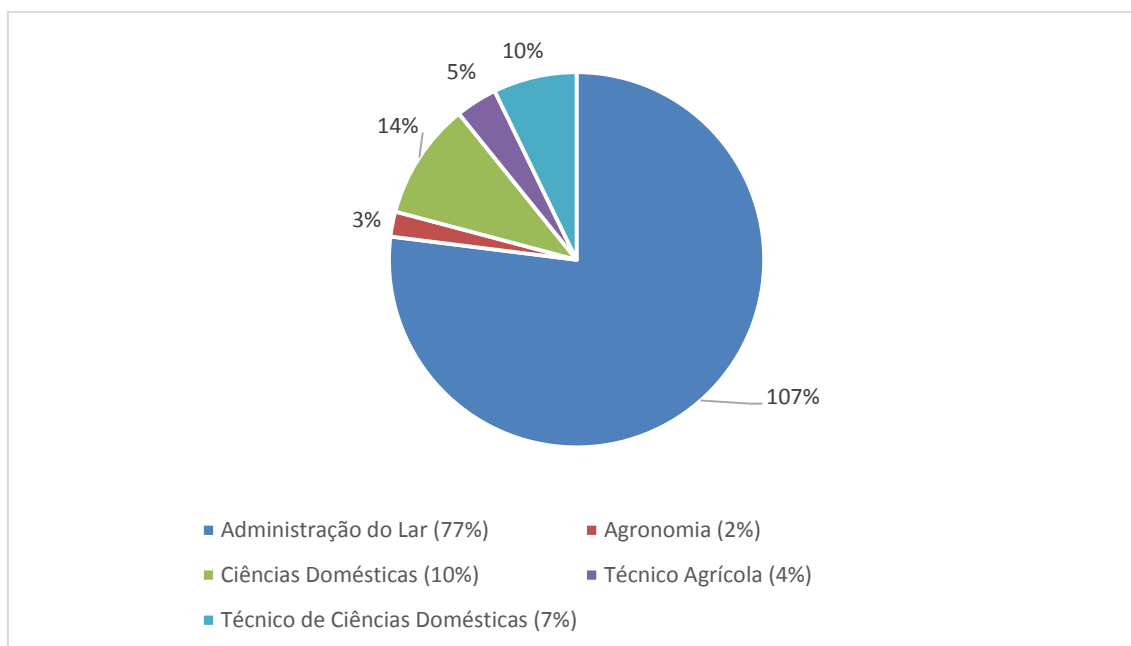
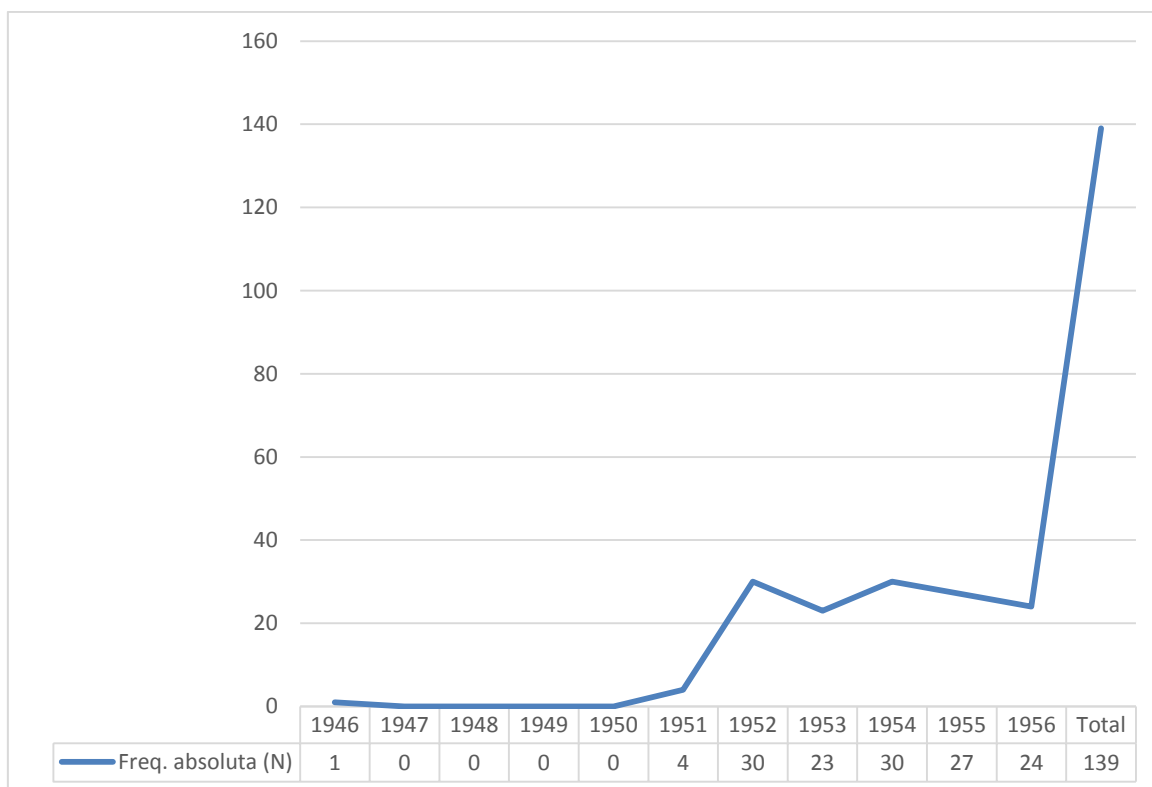


Gráfico 3: Relação de alunas ingressas na UFV entre 1946 – 1956.



ANEXOS

ANEXO A – PRIMEIRO CURSO PROFISSIONAL FEMININO

Relatório do trabalho de Ensino Profissional
nos Anos, ministrado pela Escola
de Ensino de Agricultura e Veterinária
do Estado de Minas Gerais. Foi o trabalho
concluído por iniciativa do Estabelecimento
e aprovado pelo Ex. Sr. Rubens
Figueira, Secretário de Agricultura
& Minas Gerais, em 21 de Junho de 1931.

Foi iniciada, no sábado, 1.º de agosto de
1931, às 2 horas em ponto, no abrigo n.º 1, des-
te Estabelecimento, a primeira aula do curso
feminino, autorizado pelo Governo de Minas Ge-
rais. Nesta ocasião, estavam presentes, além do
Diretor e um professor, reunidos no abri-
go n.º 1, acima referido, onde o Diretor desta
Escola, o Ex. Sr. Dr. J. C. Belo Lobão, inaugurou
o curso com palavras que dignam do acontecimen-
to, dando esperança a todos presentes que tais
cursos seriam o núcleo da Instrução Profissional
na Comunidade desta Escola, numa obra
cujas influências para o bem do Brasil, seria
sentido em todos os pontos e que, cuja mag-
nitude só o futuro saberia.

Em tal abrigo, rustico, nem fechado con-
tra os ventos frios daquela dia, e com as pa-
lavras do nosso Diretor, tão cheias de esperan-
ça para essa obra, foi inaugurado o pri-
meiro Curso Feminino Profissional, oferecido
por este Estabelecimento.

Logo depois da inauguração, o Diretor Dr. J.
C. Belo Lobão pôz as Senhoras, alunas do dis-

do Professor: M. L. Schvab.
O assunto escolhido por este, para a primeira aula, foi "As Proteínas na Alimentação Humana"; com o fim de demonstrar o valor das proteínas para os animais adultos e em crescimento, foram as Senhoras alunas levadas às pincelgas, proximamente, onde existem alguns animais em experiência, demonstrando o papel das proteínas na alimentação.

Essas experiências foram explicadas às Senhoras pelo professor encarregado da aula. Depois de alguns vinte minutos de observações aos referidos animais, foram ellos conduzidas ao prédio principal, onde, no laboratório dos alimentos, foi demonstrado, com os pontos ali existentes, o mesmo principio científico do valor das proteínas para os animais em crescimento.

No espaço de $1\frac{1}{2}$ hora, mais ou menos o Professor encarregado explicou, brevemente, a distinção entre os alimentos proteicos e os alimentos hidrocarbonados e os alimentos gordurosos. Afim de esclarecer este ponto, diversos alimentos foram postos sobre a mesa de aula e classificados de acordo com estas categorias.

A parte mais teórica da aula foi a explicação do modo pelo qual estes alimentos são aproveitados, regentados, armazenados e transformados e os pontos digestivos, no corpo do animal.

A aula foi considerada como um grande sucesso e como objetivo do curso foi conseguido o resultado estabelecido pelos seguintes pontos:

2

- 1.ª. A distinção das proteínas, dos outros diversos grupos;
- 2.ª. O papel das proteínas no corpo animal;
- 3.ª. Os perigos causados pela falta das proteínas, na raça para animais adultos, tanto quanto, para os em crescimento;
- 4.ª. Simultaneamente, as fontes principais dessas substâncias na alimentação humana.

O subscritor sente-se profundamente honrado pela distinção que lhe foi concedida, tão útil e cujos destinos, segundo encara, são tão seguros, como deverão ser todas as obras dos homens que as fulgam e guiam.

Figura 14: Relatório de trabalho de ensino profissional feminino

(Fonte: Arquivo Central e Histórico Universidade Federal de Viçosa, 2019.)



Figura 15: Grupo de mulheres participantes do Primeiro Curso Profissional Feminino em aula prática de campo.

(Fonte: LOCUS UFV, 2019.)

ANEXO B: MÊS FEMININO

(Fonte: LOCUS UFV, 2019)



Figura 16: Grupo de participantes do Mês Feminino em frente à residência do vice-diretor

(Fonte: LOCUS UFV, 2019.)



Figura 17: Grupo de mulheres participantes do Mês Feminino em um campo aberto com galinhas em suas mãos, a direita professor Joaquim Fernandes Braga.

(Fonte: LOCUS UFV, 2019.)



Figura 18: Plantio de árvore do Mês Feminino. Árvore que demarca e homenageia a realização do evento

(Fonte: LOCUS UFV, 2019.)



Figura 19: Primeira festa do Mês Feminino realizada no quintal da casa do Diretor da ESAV.

(Fonte: LOCUS UFV, 2019.)



Figura 20: Grupo de mulheres participantes do Mês Feminino em um campo aberto. Ao fundo vê - se a Avenida Principal e a esquerda a Estaçãozinha.

(Fonte: LOCUS UFV, 2019.)



Figura 21: Grupo de mulheres participantes do Mês Feminino.

(Fonte: LOCUS UFV, 2019.)



Figura 22: Grupo de mulheres participantes do Mês Feminino em aula prática no aviário.

(Fonte: LOCUS UFV, 2019.)



Figura 23: Aula teórica para alunas sobre cachaça em sala do Edifício Principal, ministrada pelo Dr. Jacintho Soares de Souza Lima.

(Fonte: LOCUS UFV, 2019.)



Figura 24: Grupo de mulheres participantes do Mês Feminino em uma aula prática de transplântio com o professor Geraldo Francisco Corrêa.

(Fonte: LOCUS UFV, 2019.)



Figura 25: Grupo de mulheres participantes do Mês Feminino em uma aula de preparo de alimentos em uma sala do Edifício Principal.

(Fonte: LOCUS UFV, 2019.)



Figura 26: Grupo de servidoras e um servidor sentado ao centro de uma mesa dentro de uma sala no Edifício Principal.

(Fonte: LOCUS UFV, 2019.)



Figura 27: Grupo de servidores da ESAV e algumas senhoras (possíveis servidoras), em frente ao Edifício Principal da ESAV.

(Fonte: LOCUS UFV, 2019.)

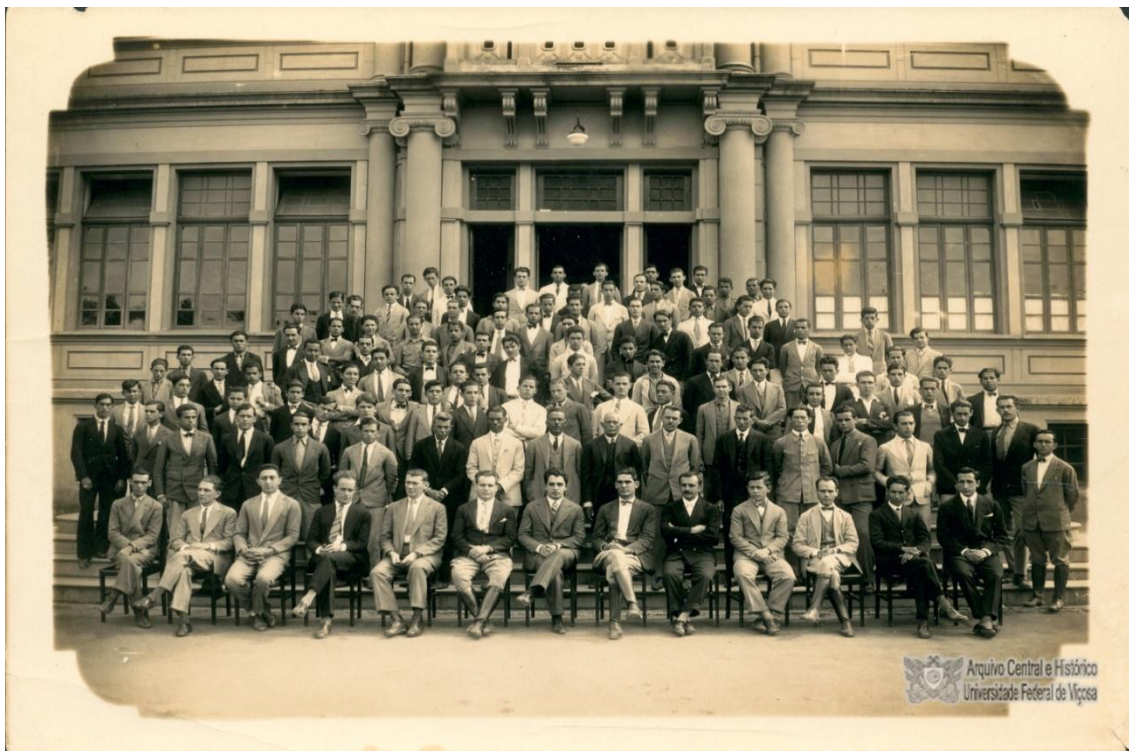


Figura 28: Corpo docente, discente, servidores e visitantes na ESAV.

(Fonte: LOCUS UFV, 2019.)



Figura 29: Grupo de funcionários, operários, alunos do curso fundamental e a banda da ESAV. A Educação infantil/fundamental funcionou nas instalações do subsolo do Edifício Principal.

(Fonte: LOCUS UFV, 2019.)



Figura 30: Crianças em frente a escola infantil, com dirigentes, professores e familiares. Dirigentes: Peter Henry Rolfs; Bello Lisboa. Professores: Lourenço Menicucci Sobrinho; Diogo Alves de Mello; Humberto Bruno.

(Fonte: LOCUS UFV, 2019.)



Figura 31: Professora Leonor lecionando ao "ar livre" para as crianças do Jardim de Infância ao lado de uma instalação da ESAV.

(Fonte: LOCUS UFV, 2019.)

ANEXO C: JORNAIS

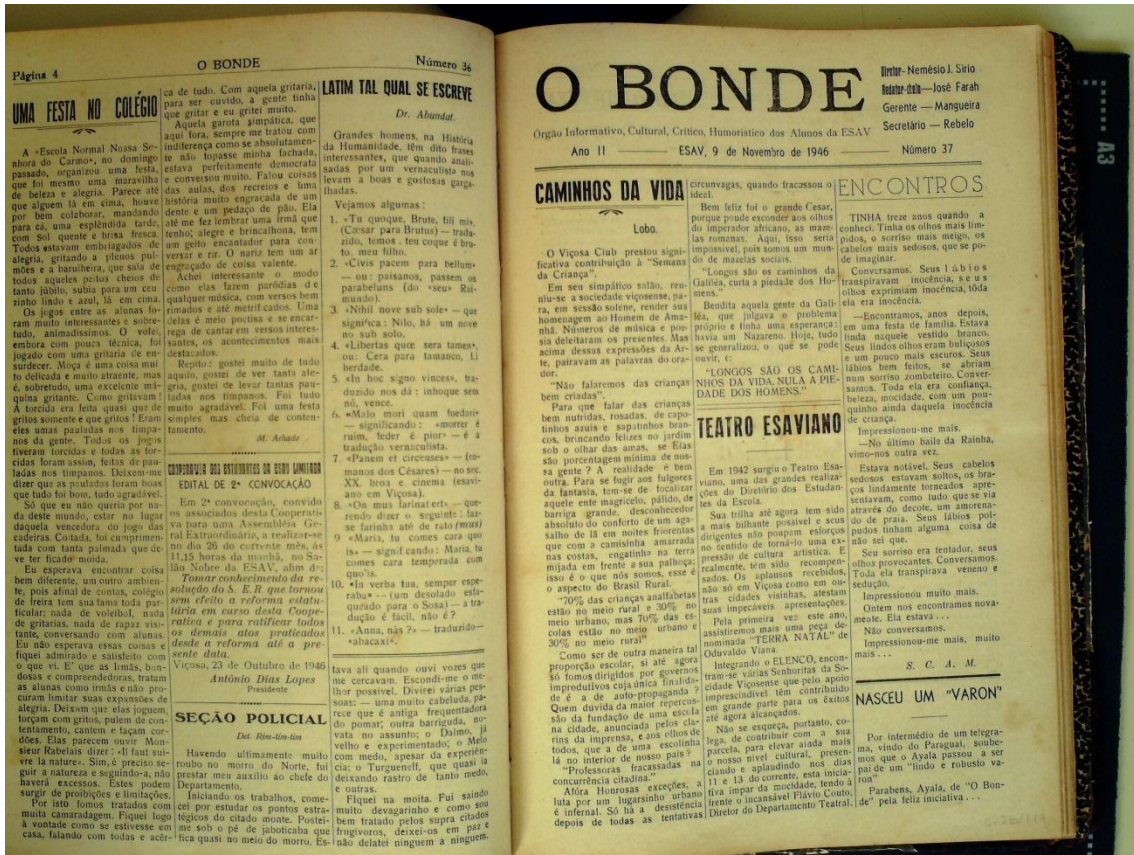


Figura 32: Jornal O Bonde

(Fonte: Arquivo Central e Histórico Universidade Federal de Viçosa, 2018.)

MÊS FEMININO

Em 1935 inaugurou-se o primeiro "Mês Feminino".

Instituindo a Escola dias em que o agricultor tivesse a oportunidade de receber ensinamentos de Agricultura, não podia esquecer as fazendeiras, e por isso criou o Mês Feminino.

Criando a ESAV o Mês Feminino, quis, mais uma vez, patentear a todo o Brasil o incalculável desejo de, atacando esse importante problema, estimular as fazendeiras a uma cooperação mais estreita com os seus maridos, nas lides da fazenda; preparar as jovens filhas do campo à construção mais hígida de seus lares, tornando-as, com as noções da Agricultura moderna, fazendeiras mais valiosas, e quis também, convidando a participar dos seus trabalhos de rudimentos de Agricultura, desde as escolas primárias, despertar na infância a tendência para os estudos agrônômicos. Assim, a todas predispõe a receber com mais entusiasmo os ensinamentos dos bandeirantes da economia Brasileira do presente e do futuro — os agrônomos.

O Mês Feminino que foi organizado com um programa para 3 anos, tempo prorrogado, por solicitação das senhoras presentes ao último, cumpriu com feliz êxito o seu objetivo, e constituiu para a nossa Escola, suspiro de orgulho por ter sido o primeiro organizado em território nacional.

INSCRIÇÕES:

1935—1.º mês—	212
1936—2.º " —	364
1937—3.º " —	370

A Escola não parou aí com o seu grande programa de beneficiar a Agricultura. A sua assistência à lavoura é notória pelo avultado número de consultas a que tem anualmente respondido. E, ainda, é bem recente a organização de assistência às fazendas por excursões de seus professores aos diversos municípios limítrofes, em

concorridos "meetings" que têm constituído verdadeiros sucessos, de incalculáveis benefícios à lavoura.

Além dessas modalidades de propaganda agrícola, possui a Escola elevado número de circulares e boletins sobre assuntos técnicos, contendo preciosas informações para os agricultores.

A Escola franqueia também aos agricultores, em qualquer época do ano os seus campos para visitas, estudos e observações.

Muito há que fazer com relação ao "Serviço de Extensão" que representa um dos fulcros vitais do desenvolvimento de Minas e do Brasil.

Dada a complexidade dos seus problemas, as condições econômicas atuais, a falta de técnicos, a deficiência de vias de comunicações, o seu desenvolvimento será menos rápido do que o deseja a ESAV, mas seguro e sempre progressivo.

As atividades do Departamento dentro do perímetro da Escola, atingem diretamente os seus servidores. São mantidas escolas diurnas para os filhos dos seus operários, e escolas noturnas para os trabalhadores adultos. Graças a essas escolas é nula a porcentagem de analfabetos entre os seus operários.

De acordo com o serviço de saúde, a ESAV obriga anualmente, o tratamento da verminose, tendo os operários as fichas de saúde controladas pelo médico do respectivo serviço.

A cargo do dr. Raymundo Faria, está a visita semanal a cada residência de operário, numa inspeção de higiene.

Organizam-se quinzenalmente vesperais, com o intuito de reunir socialmente o corpo de operários e suas Exmas. famílias. Esses vesperais realizam-se no Salão Nobre da Escola com interessantes programas.

Desse modo a Escola ataca os seus problemas de maneira eficiente cuidando dos seus operários sobre o triplíce aspecto — saúde, instrução e social.

Estão subordinados a este Departamento, os Serviços de Publicidade, Tipografia e Saúde.

Aulas do Mês Feminino



Figura 34: Livro ESAV, 1939.

(Fonte: Biblioteca Central Universidade Federal de Viçosa, 2018).